



MEANDROS GEOGRÁFICOS: PRÁTICAS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Gevson Silva Andrade
Ana Regina Marinho
Organizadores



MEANDROS GEOGRÁFICOS: PRÁTICAS DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Gevson Silva Andrade
Ana Regina Marinho
Organizadores

Recife, 2022



UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE**REITORA** Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti**VICE-REITORA** Profa. Dra. Vera Rejane do Nascimento Gregório**CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE****Membros Internos**

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento

Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela

Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos

Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos

Profa. Dra. Emilia Rahinemay Kohlman Rabbani

Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho

Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida

Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos

Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo

Profa. Dra. Rosangela Estevão Alves Falcão

Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo

Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas

Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida

Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)

Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)

Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)

Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)

Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)

Profa. Dra. Letícia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)

Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)

Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)

Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)

Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

DIRETOR CIENTÍFICO E COORDENADOR Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura**PROJETO GRÁFICO** Danilo Catão**REVISÃO** Os Autores

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.

**Todos os direitos reservados.**

É proibida a reprodução deste livro, ou de seus capítulos, para fins comerciais.

A referência às ideias e trechos deste livro deverá ser necessariamente feita com atribuição de créditos aos autores e à EDUPE.

Esta obra ou os seus artigos expressam o ponto de vista dos autores
e não a posição oficial da Editora da Universidade de Pernambuco – EDUPECatalogação na Fonte (CIP)
Núcleo de Gestão de Bibliotecas e Documentação - NBID
Universidade de Pernambuco

M483 Meandros geográficos: práticas da formação do professor/
Organização de Gevson Silva Andrade e Ana Regina Marinho.
-- Recife : EDUPE, 2022.
205 p.

[recurso eletrônico]

ISBN: 978-65-86413-78-6

1. prática pedagógica. 2. Ensino - aprendizagem. 3.
Conhecimento pedagógico I. Andrade, Gevson Silva.
II. Marinho, Ana Regina. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 370.71

APRESENTAÇÃO

O projeto “Meandros Geográficos: Práticas da formação do professor” é uma iniciativa dos docentes da Universidade de Pernambuco (UPE) com o intuito de divulgar os melhores Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), com a produção de artigos com os resultados das pesquisas realizadas entre discentes e docentes da UPE. O primeiro volume foi lançado no ano de 2017, o segundo em 2018 e o terceiro em 2019 e o quarto volume nesta edição de 2022.

Este quarto volume é composto por 10 (dez) artigos das diferentes áreas da geografia, mostrando o que os discentes e docentes de graduação da UPE estão pesquisando. São artigos nas áreas de ciências humanas e da natureza com foco na geografia e análise do espaço geográfico. Todos os artigos apresentados neste volume trazem pesquisas voltadas para a geografia escolar, salientando a importância da formação de professores.

A coleção “Meandros Geográficos” visa o fortalecimento dos cursos de geografia da UPE, com a participação de docentes e discentes dos diferentes *Campi* Mata Norte, Garanhuns e Petrolina.

Essa coleção é resultado de pesquisas oriundas nos trabalhos de conclusão de curso, e visa o fortalecimento da prática desenvolvidas por discentes e docentes e objetiva ser um canal importante de publicação da produção do conhecimento da universidade e como instrumento de divulgação das pesquisas dos cursos de geografia. É importante pensar numa ampliação das contribuições de outras universidades nos próximos volumes da coleção, para que a mesma consiga atingir um público maior das ciências geográficas.

Gevson Silva Andrade e Ana Regina Marinho (Organizadores)

AUTORES

1. Carla Danyelle Moura Santos

Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade de Pernambuco - UPE/Campus Petrolina. Na sua graduação atuou como bolsista de Monitoria com projeto “Novas práticas pedagógicas para o ensino da História do Pensamento Geográfico” vivenciado no componente curricular Introdução à Ciência Geográfica sendo as atividades fomentadas pelo Programa de Fortalecimento Acadêmico - PFA/UPE no 1º e 2º semestre de 2018. Área de concentração: História do Pensamento Geográfico, Práticas Pedagógicas, Ensino Aprendizagem.

2. Sidclay Cordeiro Pereira

É graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Como graduando foi bolsista de Monitoria, Extensão e Iniciação Científica. Como graduado trabalhou como bolsista do CNPq em projetos envolvendo universidades públicas (UFPE, UEFS, UFPE) e organizações não governamentais (APNe e AS-PTA). No Mestrado, pesquisou sobre as estratégias de uso do espaço do Recife (PE) no período de ocupação neerlandesa (1630-1654) seguindo a linha da Análise Regional numa perspectiva da Geografia Histórica. Finalizou, em 2019, na Université Laval (Québec, QC, Canadá) o doutorado em Ciências Geográficas com a tese intitulada “Análise de um século de representações territoriais e da gestão hídrica no Estado de Pernambuco, Brasil (1909-2019)”. É professor do colegiado de Geografia da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina, lecionando os componentes curriculares de Região e Regionalização, Geografia Regional do Brasil e Introdução à Ciência Geográfica. E-mail: sidclay.pereira@upe.br.

3. Júnior Manoel da Mata

Possui Licenciatura plena em Geografia pela Universidade de Pernambuco (2017) e vínculo estudantil com a UNIVISA, cursando pós-Graduação em

Ensino de História do Brasil. Atua profissionalmente na Escola Cecília Meireles (Cumaru-PE) e na E.R.E.M. Manoel Guilherme da Silva (Passira-PE), perfazendo portanto, cerca de 250 h/aulas mensais como professor das redes pública e particular.

4. Priscila Feliz Bastos

Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco do Departamento de Geografia. Possui Pós-Doutorado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco, Doutorado e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco e Graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de ensino e pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas de saúde, território e redes. E-mail: priscila.bastos@upe.br.

5. Mariana Maria Silva de Lima

Graduada pelo curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Antiga participante do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa Residência Pedagógica (PRP), de um projeto de extensão e um de vivência. (E-mail: marynn_a@hotmail.com).

6. Luciana Rachel Coutinho Parente

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005) e Doutora em Geografia (Geografia Humana) pelo Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2015). Professora do Curso de Geografia do Campus Mata Norte da Universidade de Pernambuco (2006). Coordenadora do Curso de Geografia do Campus Mata Norte da Universidade de Pernambuco. Investigadora Colaboradora do Grupo de Pesquisa ZOE – Dinâmicas e Políticas Urbanas e Regionais, do Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa. Possui experiência na área de

Educação e Pesquisa, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão e Ordenamento do Território, Conflitos SócioTerritoriais, Patrimônio, Cultura, Ensino e Meio Ambiente. (E-mail: luciana.coutinho@upe.com)

7. Geovana de Oliveira Monteiro

Licenciada em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE) - *Campus Garanhuns* e Pós-graduanda em Ensino de Geografia, Meio Ambiente e História pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). E-mail: geovana-monteiro@live.com.

8. Bruna Gonçalves da Costa Bezerra

Licenciada em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE) - *Campus Garanhuns* e Professora no Município de Brejão - PE. E-mail: gcbruna@hotmail.com.

9. Ana Maria Severo Chaves

Licenciada em Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE) - *Campus Garanhuns*, Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento pelo Instituto Universitário Cândido Mendes, IUCAM/RJ, Mestre e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Sergipe (UFS), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN). E-mail: anamschaves05@gmail.com.

10. Clélio Cristiano dos Santos

Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Professor Adjunto na Universidade de Pernambuco (UPE) e na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Coordenador do Grupo de Pesquisas em Geografia (GRUPEG) da UNEAL, Pesquisador do Grupo de Estudos Sistêmicos do Semiárido do Nordeste (GES-

SANE) da UPE e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Sociedade e Natureza (NEXUS) da UFPE. E-mail: clesantos@yahoo.com.

11. Leomar da Silva Lima

Graduado pelo curso de Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco, *Campus Mata Norte*.

12. Ana Regina Marinho

Geógrafa. Possui Graduação em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade de Pernambuco (2004), Graduação em Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2012). Tem experiência no ensino fundamental, médio e superior nas áreas de Geografia, Educação, Meio Ambiente, Pedagogia e Turismo. Experiência na área de Avaliação de Impacto Ambiental, como Analista Ambiental - Geógrafa. Experiência na área de Formação de Professores. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco no curso de Licenciatura em Geografia - *Campus Mata Norte*. E-mail: ana.marinho@upe.br.

13. Max Salarrony Ferreira Gomes

Graduado em licenciatura em Geografia, pela Universidade de Pernambuco, *Campus Petrolina*.

14. Renata Sibéria de Oliveira

Professora adjunta do Colegiado de Geografia da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina, coordena o grupo de Estudo e pesquisa em dinâmicas territoriais e Produção do Espaço urbano-regional - GETEU. Desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Econômica, políticas públicas, espaço urbano e ensino de Geografia. E-mail: renatasiberiao1@hotmail.com.

15. Anderson Tafarel de Brito Férrer

Possui graduação em Geografia pela Universidade de Pernambuco (2018), atuando principalmente no seguinte tema: geografia, cidades educadoras, São Vicente Férrer. E atualmente é graduando do curso de Licenciatura em Pedagogia também pela Universidade de Pernambuco.

16. Gevson Silva Andrade

Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005) e doutorado em Geisteswissenschaft - Technische Universitaet Berlin (2011) Revalidado no Brasil pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (conceito 7-CAPES). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco, Bolsista EXP-B do CNPq, Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Territorial (NEDET) para o Agreste Central e Setentrional de Pernambuco, é assessor de comunicação - Red Científica Alemania Latinoamérica, da Berlin Allumini Network e da AEBA-Recife (Associação dos Ex-bolsistas brasileiros na Alemanha, secção Recife). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: paisagem- fluxos, rede urbana, práticas sócio-espaciais, uso e ocupação do solo, migração, áreas periféricas, desenvolvimento territorial. E-mail: gevson.andrade@upe.br.

17. Darlene Marques da Silva Massaranduba

Licenciada no curso de Geografia no Depto de Geografia da Universidade de Pernambuco Mata Norte. Especialista em Educação Ambiental e Meio Ambiente pela Faculdade de Venda Nova (FAVENI). Professora do centro de Referência em Educação Infantil José Romualdo Maranhão – Itaquitoinga-PE.

18. Paulo Roberto Florêncio de Abreu e Silva

Mestre no programa de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação no Depto de Engenharia Cartográfica na UFPE. Doutor em Geografia na área de concentração: Ambiente, Ensino e Território pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto do Depto de Geografia da Universidade de Pernambuco, campi Mata Norte. Pesquisador de Cartografia para crianças. Faz parte dos grupos de pesquisa: Desenvolvimento do Espaço, Território e Região GPDETER/UPE e grupo de pesquisa Formação Continuada de Professores - da UFRGS. E-mail: paulo.abreu@upe.br.

19. Pablo Wesley Alves de Oliveira

Possui graduação em Licenciatura plena em Geografia pela Universidade de Pernambuco. Foi monitor no museu interativo Espaço Ciência (2018). Foi Estagiário da Reitoria da Universidade de Pernambuco (2017-2020). Desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica (EDITAL IC UPE PFA 2018) com o Projeto “Levantamento dos principais impactos ambientais em áreas de extração e beneficiamento de calcário no município de Santa Maria do Cambucá- PE”; atuou no Projeto de Sensibilização Ambiental - PROSA (2018)”. Foi monitor da disciplina de Pedologia (curso de Geografia CMN -UPE) com o Projeto “Ensinando de forma lúdica: oficinas de técnicas de ensino para o estudo dos solos” (2019). Participou como discente do Programa Residência Pedagógica (2019). Foi estagiário como professor de Geografia na escola Oásis do Primeiro Mundo (2019). E-mail: pablowsleyalves@gmail.com.

20. Anderson Vitor Lopes Dias

É Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade de Pernambuco (CMN-UPE). Foi Bolsista de Iniciação Científica (EDITAL IC UPE PFA 2018) com o Projeto “Mapeamento das principais áreas de extração e beneficiamento de calcário no município de Santa Maria do Cambucá-PE”. Foi monitor da disciplina de Pedologia (curso de Geografia CMN -UPE) com o Projeto “Ensinando de forma lúdica: oficinas de técnicas de ensino para o

estudo dos solos” (2019). Participou como discente do Programa Residência Pedagógica (2019). Durante a graduação atuou nas áreas de Biomonitoramento, mineração, práticas educacionais e análises de paisagem. E-mail: victor.anderson1@hotmail.com.

21. Helena Paula de Barros Silva

Possui graduação em Geografia Licenciatura (2003) e bacharelado (2007) pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). É Mestre (2006) e Doutora (2011) em Tecnologias Energéticas e Nucleares pela Universidade Federal de Pernambuco. É Professora Adjunta do Curso de Geografia e Coordena o Laboratório de Monitoramento Ambiental do *Campus Mata Norte - Universidade de Pernambuco*. Atualmente é professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental da Universidade de Pernambuco, e faz parte do corpo de professores Colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE (PPGEO/UFPE). É membro da Equipe Editorial da Revista Caminhos de Geografia e da Revista Sociedade & Natureza. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: técnicas e métodos de ensino da Geografia, meio ambiente e monitoramento ambiental. E-mail: helena.silva@upe.br.

22. Mara Camila Pinto Carvalho Almenbergas

Graduada em Geografia pela Universidade de Pernambuco campus Petrolina. E-mail: maracamila_jua@hotmail.com.

23. Francelita Coelho Castro

Graduada em Geografia pela UPE *campus Petrolina*. Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Universidade do Estado da Bahia. Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: francelitacastro@gmail.com.

24. Antonio Marcos dos Santos

Doutor em Geografia pela UFPE. Professor Adjunto do curso de Geografia da UPE campus Petrolina. E-mail: antonio.santos@upe.br.

SUMÁRIO

TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES EM UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO **15**

Carla Danyelle Moura Santos
Sidclay Cordeiro Pereira

ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS POPULACIONAIS RECENTES E SEUS IMPACTOS: UM ESTUDO DA POPULAÇÃO DE CUMARU-PE **32**

Júnior Manoel da Mata
Priscila Felix Bastos (Professora Dra. Orientadora)

O PAPEL DO ENSINO DA GEOGRAFIA NO ESTÍMULO À IDENTIDADE LOCAL: A VAQUEJADA DE SURUBIM-PE E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO **55**

Mariana Maria Silva de Lima
Luciana Rachel Coutinho Parente

O LÚDICO NA SALA DE AULA DE GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM UMA TURMA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BREJÃO - PE **74**

Geovana de Oliveira Monteiro
Bruna Gonçalves da Costa Bezerra
Ana Maria Severo Chaves
Clélio Cristiano dos Santos

A GEOGRAFIA E A ANÁLISE DOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL COMO INSTRUMENTO DE DIRECIONAMENTO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA-PE **93**

Leomar da Silva Lima
Ana Regina Marinho

A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO E O DIREITO À MORADIA: UM ESTUDO DA OCUPAÇÃO URBANA VILA SALINAS EM PETROLINA – PE **122**

Max Salarrony Ferreira Gomes

Renata Sibéria de Oliveira

PRAÇAS PÚBLICAS ENQUANTO ESPAÇOS DE LAZER: O CASO DA PRAÇA PEDRO PE-REIRA GUEDES, SÃO VICENTE FÉRRER - PE **141**

Anderson Tafarel de Brito Férrer

Gevson Silva Andrade

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA COM ALUNA CEGA NA ESCOLA DOM RICARDO VILELA NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA-PE **155**

Darlene Marques da Silva Massaranduba

Paulo Roberto Florêncio de Abreu e Silva

O PLÁSTICO COMO AGENTE POLUIDOR E FACILITADOR DAS AULAS DE GEOGRAFIA: ESTUDO DE CASO EM TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II **171**

Pablo Wesley Alves de Oliveira

Anderson Vitor Lopes Dias

Helena Paula de Barros Silva

DESERTIFICAÇÃO E SEUS INDICADORES DE ANÁLISE: PERSPECTIVA REGIONAL E GLOBAL **187**

Mara Camila Pinto Carvalho Almenbergas

Francelita Coelho Castro

Antonio Marcos dos Santos



TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES EM UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Carla Danyelle Moura Santos

Sidclay Cordeiro Pereira

RESUMO

A História do Pensamento Geográfico (HPG) se caracteriza como uma área da Geografia que estuda os pensamentos que nortearam a produção do espaço no passado, bem como objetiva entender as correntes de pensamento e as ideias voltadas para inúmeros campos de discussão, tanto do ponto de vista científico como ideológico. O objetivo desse trabalho foi construir, aplicar e avaliar uma prática pedagógica que envolvesse a HPG para os primeiros períodos de Graduação em Geografia. O trabalho foi desenvolvido como um estudo qualitativo a partir, inicialmente, de um levantamento bibliográfico sobre autores, obras e instituições que lidam diretamente com a Geografia no Brasil entre 1930-2010. Em seguida, construiu-se uma Prática Pedagógica que unisse suas temporalidades e espacialidades em uma linha temporal. Essa prática foi aplicada no componente curricular Introdução à Ciência Geográfica do curso de Geografia da UPE - *Campus Petrolina* em dois momentos, 2017 e 2018. Por último, a Prática foi avaliada como exitosa pelos discentes e autores. Conclui-se que, ao se trabalhar com a relação ensino-aprendizagem, é fundamental se estar atento às construções de práticas

pedagógicas que envolvam a criatividade para que o conteúdo programático torne-se mais próximo da realidade dos discentes, principalmente quando se vivencia temáticas que, aparentemente, não tocam diretamente em seu cotidiano como a HPG.

Palavras-chave: Geografia; História do Pensamento Geográfico; Prática Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Entende-se, no presente trabalho, a História do Pensamento Geográfico (HPG) como uma sub-área da Geografia que objetiva catalogar, compreender e analisar os pensamentos, correntes e ideias voltadas à construção e ao desenvolvimento do conhecimento sobre espacialidades, temporalidades e seus consequentes impactos na produção do saber geográfico passado e hodierno. A HPG possui os olhares polissêmicos que lhe são uma miríade de percepções e concepções sobre a História da Geografia como ciência, incluindo suas obras, instituições e pensadores.

Nas graduações em Geografia no Brasil, convencionou-se vivenciar os conteúdos da HPG, inicialmente, no componente curricular Introdução à Ciência Geográfica (ICG). No caso específico da graduação em Licenciatura em Geografia do *Campus Petrolina* da Universidade de Pernambuco, este componente é lecionado no primeiro período em sessenta horas/aula.

A tarefa de ministrar a ICG é, em si, complexa por conta do seu vasto conteúdo e, ao mesmo tempo, da maioria dos seus estudantes estarem iniciando sua vida acadêmica. Nesse sentido, o docente necessita, constantemente, buscar novas estratégias para trabalhar a HPG em sala de aula.

O professor, antes de tudo deve ser um pesquisador, pois a Geografia trabalha com diversos e distintos contextos. Assim, as práticas pedagógicas tendem a ser um método facilitador para a dinamização no processo ensino-aprendizagem, uma vez que permite a transição entre os conteúdos que são parte dos objetos de pesquisa do docente para a sistematização das suas aulas.

Posto isso, este trabalho teve como objetivo construir, vivenciar e avaliar uma Prática Pedagógica (PP) para o ensino da HPG. Para isso, foi desenvolvido um estudo qualitativo a partir de pesquisas bibliográficas em livros e periódicos, sejam eles em formato físico ou virtual; práticas de observação, leitura e elaboração de material didático-pedagógico; identificação de material audiovisual com potencial pedagógico; vivência de situações didáticocentralizadas para o ensino e a pesquisa de HPG; acompanhamento de aulas e construção de uma Prática Pedagógica aplicada nos primeiros períodos do curso da Licenciatura Plena em Geografia da Universidade de Pernambuco (*Campus Petrolina*) em 2017 e 2018.

O presente artigo apresenta o percurso desse trabalho e foi dividido de maneira que, inicialmente, temos as considerações sobre a HPG. Em seguida, trata-se do conceito e aplicações das Práticas Pedagógicas. Após isso, discute-se a importância das práticas pedagógicas em Geografia. Uma vez tendo a construção teórica do trabalho, parte-se para apresentar como foi construída, vivenciada e avaliada a prática pedagógica que originou esse artigo. Por fim, conclui-se apontando as dificuldades, êxitos e possíveis caminhos a serem percorridos por quem se dedica ao ensino da HPG.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Inicialmente, parte-se da concepção de Claval (2014, p. 8) quando ele afirma que:

A geografia é uma disciplina complexa que é difícil definir em poucas linhas. Seu sentido não parou de evoluir com o progresso das técnicas, a ampliação do mundo conhecido, as transformações da razão científica. Para captá-la em sua diversidade, parece-nos interessante recapitular as perspectivas e os contextos nos quais as práticas e os saberes geográficos nasceram e evoluíram. De uma época a outra, de um lugar a outro, as realidades se sobreponem, em maior ou menor grau, mas não são idênticas.

Entende-se, ainda, que falar de História é se referir a algo vivido no passado, o que demanda pesquisas e investigações permitindo uma melhor compreensão do presente. A Geografia é a ciência que estuda as relações e transformações da sociedade e natureza na produção do espaço geográfico em diversas escalas, desde o local ao global. Para analisar-se o presente, faz-se necessário o estabelecimento de conexões mais intrínsecas com a História.

Assim, Godoy (2010, p. 7) afirma que a HPG:

consiste em um campo de discussões teóricas, filosóficas, institucionais, epistemológicas e metodológicas. Embora sua relevância seja reconhecida entre os geógrafos, existem poucos estudos dedicados aos problemas enfrentados pela geografia em sua trajetória científica, histórica e social.

Isso quer dizer que esse campo ainda precisa, além de geógrafos, de profissionais que busquem estudá-lo e interpretá-lo em contextos distintos, uma vez que trazem, em sua bagagem, um rico conteúdo que pode ser investigado em todos os aspectos. Assim, entende-se o pensamento geográfico a partir de Moraes (2005, p. 32) como:

[...] um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas.

Nessa mesma perspectiva, Moreira (2010) discute que a HPG trata da história dos geógrafos, por ter um vínculo com pensadores que contribuíram substancialmente para o seu desenvolvimento, bem como a efetiva construção da Geografia. Ou seja, o que para um autor é um campo interdisciplinar, para outro é objeto de estudo mais relacionado ao âmbito geográfico.

Machado (2000) aborda a HPG como algo que nos leva a olhar a teoria de maneira diferente, focando como aspecto principal a forma de situar a Geografia na História das Ciências. Para isso, deve-se compreender e ter uma visão de que pensar a História geograficamente é vincular outras ciênc-

cias e trabalhar as ideias do ponto de vista ideológico e científico a fim de acompanhar seu desenvolvimento e seus eixos norteadores.

Desse modo, é válido salientar que para a composição do pensamento geográfico não há, apenas, a participação de geógrafos, são ainda exemplos de pensadores que exercem influência na produção geográfica: filósofos, sociólogos, historiadores, juristas, médicos, engenheiros dentre tantos outros profissionais que utilizam as dimensões espaciais e temporais em seus trabalhos (CAMPOS, 2011; MORAES, 2005; PONTUSCHKA, 2007; MOREIRA, 2010).

Dado o exposto, percebe-se que, em sentido amplo, a HPG estuda o que aconteceu e ainda ocorre, tanto no Brasil, como no mundo todo, bem como as contribuições de inúmeras pessoas de diferentes campos, viabilizando, de certa forma, um enriquecimento do seu arcabouço cultural, histórico, social, político e econômico. E isso torna, bastante importante o seu estudo para compreensão das tendências ao longo do pensamento geográfico e da precisão de se analisar o passado da Geografia para uma abertura de perspectivas para novos posicionamentos e encaminhamentos.

2. A PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO ESTRATÉGIA PARA O ENSINO- APRENDIZAGEM

Assim como a HPG, a Prática Pedagógica (PP) possui uma polissemia, ou seja, depende do olhar e do contexto que está sendo abordado e inserido. A PP se constitui de ações dos professores que desenvolvem suas aulas através de métodos que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem. Para isso, não existe uma fórmula e nem uma forma pré-determinada, mas existem concepções que são inseridas dentro desse contexto e, sobretudo, dentro da pedagogia que tende a intensificar a relação professor/aluno.

A PP é caracterizada como uma prática intencional de ensino e de aprendizagem. É a articulação para uma educação como atividade cotidiana e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada numa relação dialética, entre prática-teoria, conteúdo-forma em perspectivas inter-

disciplinares. Assim, a PP é uma produção histórica ligada ao conhecimento que implica em ensinar e aprender ao mesmo tempo. Objetiva resultados positivos e satisfatórios através da articulação da prática e da teoria na educação (FERNANDES, 2006). Por fim, Gimeno Sacristán (1999, p.74) salienta que a PP é entendida como “toda a bagagem cultural consolidada acerca da atividade educativa, que denominamos propriamente como prática ou cultura sobre a prática”.

Uma prática pedagógica obedece etapas, embora a divisão entre essas não seja rígida. Então, para que haja o retorno de toda metodologia de ensino proposta, é necessário avaliar os conteúdos trabalhados a fim de obter respostas e de verificar os pontos que podem ser modificados no processo. Segundo Luckesi (1997, p. 47), “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória, nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva”. Com base nisso, o autor deixa evidente que a avaliação é algo que vai muito mais além da atribuição de nota. De fato, é o momento em que o docente reconhece o seu próprio trabalho a ponto de criar novas estratégias através das reflexões alcançadas.

A avaliação no ensino superior é, particularmente, desafiadora, principalmente no que se diz respeito aos primeiros períodos dos cursos de graduação, uma vez que os estudantes estão em um momento de transição. Nessa etapa, de suas vidas, em grande parte, a preocupação com as notas aferidas em cada atividade avaliativa se sobrepõe a reconhecida importância da construção do conhecimento (SAUL, 1994; TOLEDO e SOUZA, 2018). Cabe ao docente, não só avaliar, mas intensificar ainda mais a aprendizagem do aluno e estimular suas habilidades individuais e coletivas.

Segundo Toledo e Souza (2016), a PP possui papel fundamental para a avaliação do processo de ensino-aprendizagem e converte-se em momentos fecundos de construção do conhecimento. Isso possibilita uma nova percepção acerca do conhecimento tanto no discente, quanto no docente.

Nessa mesma linha conceitual Souza (1994, p. 89-90) sustenta que:

O processo avaliativo parte do pressuposto de que se defrontar com dificuldades é inerente ao ato de aprender. Assim, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredito que irá culpar ou absolver o aluno, mas sim como uma análise da situação escolar atual do aluno, em função das condições de ensino que estão sendo oferecidas.

Através desse processo, pode-se perceber o nível de dificuldade e de compreensão do aluno, tornando a avaliação e a aprendizagem elementos indissociáveis, capazes de orientar o docente para procurar possíveis formas de corrigir os erros e aprimorar suas aulas.

Faz-se necessário que o docente procure se fundamentar em práticas que viabilizem seu próprio trabalho e que despertem no aluno a vontade de querer aprender mais e integrar o processo de educação como um sujeito crítico capaz de construir opiniões. Assim, nesta perspectiva, o docente é o indivíduo que tem como base o conhecimento e que precisa viabilizar isso de maneira que enriqueça a aprendizagem do discente e, para que isso aconteça, faz-se fundamental que os professores pensem maneiras de expandir, investigar e refinar a sua qualificação profissional.

3. A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA

Seja em qualquer campo disciplinar, a PP é de suma importância. Na Geografia, sua relevância evidencia-se com a necessidade da contextualização que deve ser proposta pelo docente, como um profissional inovador e dinâmico, ao priorizar em suas aulas os diversos saberes geográficos aliados ao conhecimento científico.

Além disso, a PP permite que durante a relação ensino-aprendizagem haja uma compreensão do objeto de estudo da Geografia, a relação sociedade-natureza. Segundo Ferreira, Rodrigues e Jesus (2011), o objetivo da PP, em Geografia, é contribuir na formação de cidadãs e cidadãos com consciência do espaço e suas transformações; dos fenômenos que elas vivenciam

cotidianamente, bem como a compreensão da articulação entre teoria e prática no espaço vivido.

Assim, na perspectiva da construção do saber geográfico, o docente torna-se intercessor do conhecimento buscando contribuir na contínua construção da Geografia como uma ciência analítica e propositiva (BORGES, 1994; PONTUSCHKA, 2007).

Levando-se em conta o que foi exposto, é possível compreender que, para existir uma aprendizagem efetiva dos alunos, é fundamental que metodologias de ensino sejam voltadas às práticas pedagógicas que tenham a intenção de dinamizar, inovar e instigar o aluno a querer aprender cada vez mais e, assim, construir e reconstruir seus conhecimentos. A base teórica é fundamental, mas a vivência da prática é inesquecível, pois concede que o aluno aperfeiçoe tudo o que já sabe e que encontre novos caminhos para a construção do saber.

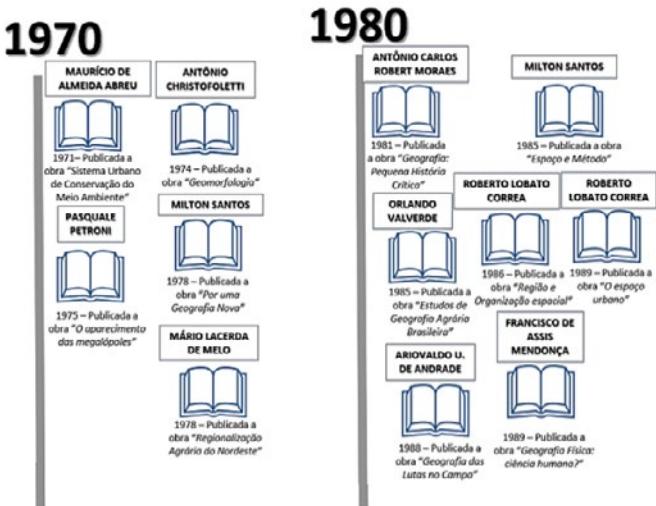
4. UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A PP aqui evidenciada foi construída ao longo de seis meses para ser aplicada no componente curricular Introdução à Ciência Geográfica no primeiro período da Graduação em Licenciatura em Geografia da Universidade de Pernambuco - *Campus Petrolina*. Foi vivenciada, primeiramente, nos dias 24 e 31 de outubro de 2017 computando um total de 8h/a. Após esse momento, foi avaliada e vivenciada novamente em 15 de maio de 2018 em 4h/a, dessa vez em outra turma de primeiro período.

Para a construção da PP, inicialmente, estabeleceu-se a periodização em uma linha temporal tendo como marco inicial os anos de 1930, finalizando na primeira década do século XXI. Assim, utilizaram-se 4 (quatro) períodos da história política brasileira que, convencionalmente, norteiam a historiografia, a saber: a Era Vargas, a República Populista, a Ditadura Militar e a Nova República.

Após a linha temporal estabelecida, fez-se uma seleção do que se considerou uma amostra dos principais pensadores da HPG no Brasil e suas obras mais impactantes. Como critérios foram utilizados: se os conteúdos das suas obras eram de grande impacto na produção do conhecimento geográfico brasileiro; se estavam reconhecidas como bibliografia básica nas diversas áreas da Geografia e, por último, se impactavam diretamente na gestão territorial do Brasil. Para se chegar na lista final, foram lidos diversos autores que analisam a produção do conhecimento geográfico brasileiro em retrospectiva, tais como Andrade, 1987; Campos, 2011; Gomes, 1996; Machado, 2000; Moraes, 2005; Moreira, 2010; Pontuschka, 2007 e Santos, 1978. Por fim, foram também consultados alguns docentes do curso de Geografia da UPE *Campus Petrolina*. Ao término da triagem, chegou-se a uma lista com mais de 50 (cinquenta) pensadores. Por fim, foram escolhidas, no máximo, 4 (quatro) obras de cada autor e acomodadas em suas devidas periodizações. Abaixo está um recorte que apresenta parte da linha temporal da publicação de algumas obras geográficas no Brasil.

IMAGEM 1: Recorte da linha temporal evidenciando as principais obras e autores



Fonte: Autoria, 2017.

Na outra parte da linha temporal, considerou-se a criação de algumas instituições estatais brasileiras. Os critérios de escolha foram: sua atuação direta na transformação do território e presença marcante de profissionais da Geografia em seu quadro de profissionais.

IMAGEM 2: Recorte da linha temporal evidencian-
do as principais instituições estatais no Brasil



Fonte: Autoria, 2017.

Na última parte da linha temporal, foram apontadas algumas universidades brasileiras que possuem a graduação em Geografia. Utilizou-se o ano da criação do curso independente da data de criação da universidade. Em uma lista de mais de 200 universidades públicas e particulares, 20 (vinte) foram escolhidas, sendo todas públicas.

É válido salientar que na década de 1930, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo (USP) foi a grande responsável pela institucionalização e consolidação da Geografia brasileira, e o seu curso de Geografia, criado em 1934, possibilitou a ampliação de outros cursos assim como a formação de muitos profissionais que contribuíram substancialmente para o legado da Geografia (GOMES, 1996; PONTUS-CHKA, 2007).

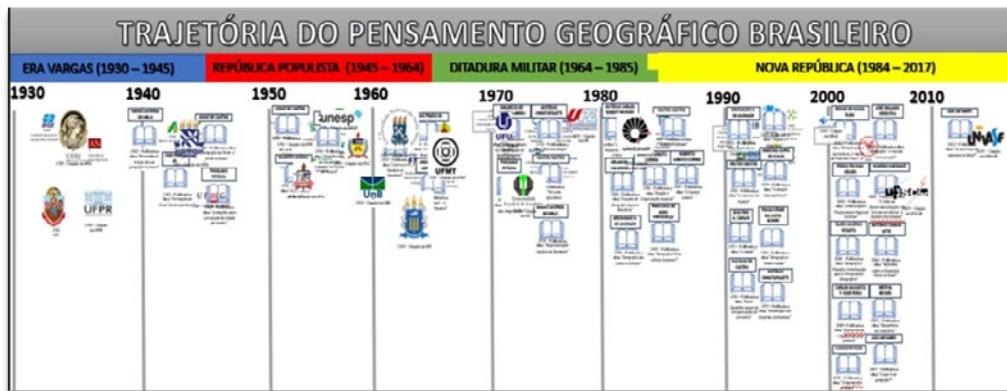
IMAGEM 3: Recorte da linha temporal evidenciando a criação dos cursos de Geografia em algumas universidades públicas brasileiras



Fonte: Autoria, 2017.

Para finalizar, mesclararam-se as três linhas temporais (publicação das obras, criação das instituições e início das graduações de Geografia no Brasil), para evidenciar a ideia de temporalidade dos acontecimentos, salientando que cada obra, instituição e curso estão difundidos no espaço.

IMAGEM 4: Resultado da mesclagem das linhas temporais



Fonte: Autoria, 2017.

A PP também possibilitou que os discentes relacionassem momentos estudados na HPG com cada acontecimento da linha temporal. Nesse sentido, Sousa Neto (2007) discute alguns problemas visíveis da Geografia, um deles diz respeito à sua história evolutiva e linear. E, diante dessa concepção, a PP desconstrói essa visão mostrando a difusão das temporalidades em espacialidades distintas.

A PP foi apresentado através de slides onde as linhas temporais e o uso de símbolos e cores possibilitaram a visualização e compreensão da construção do pensamento geográfico brasileiro. A partir disto, os estudantes responderam perguntas sobre o que aprenderam com a execução da prática.

Assim, através do diálogo, apresentação, orientação e avaliação, a PP foi finalizada, esclarecendo de maneira sucinta, o quanto é interessante trabalhar esse conteúdo, principalmente na graduação em Geografia, pois mostra a sua trajetória e suas transformações ao longo do tempo e espaço, sendo também o primeiro passo do geógrafo para conhecer a ciência que pretende estudar e contribuir.

5. AVALIANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Como a prática pedagógica foi aplicada duas vezes (2017 e 2018) e em turmas diferentes, foi possível analisar a interação entre os alunos em cada um dos momentos. Para estabelecer diferenças e comparações, foi construída uma tabela que contém os elementos que permitiram a execução da prática, o que deixa claro que cada turma demonstra suas particularidades e estratégias para estabelecer conexões com a PP.

A aplicação da PP ocorreu no primeiro período de Geografia no ano de 2017. Os alunos foram divididos em grupos e responderam perguntas relacionadas a cada década, sendo elas trabalhadas e fundamentadas durante a explicação para possíveis discussões posteriores. Salienta-se, que essa turma era acompanhada semanalmente no processo de monitoria. Como ponto positivo, pode-se considerar a descontração e o dinamismo na apropriação dos conteúdos pelos alunos.

Na segunda aplicação da PP, em 2018, houve um menor contato com os alunos e isso impactou nos resultados, uma vez que não havia um acompanhamento semanal prévio de monitoria. Os discentes tiveram que construir sua própria linha do tempo, colocando os eventos em que eles consideravam mais relevantes em suas devidas décadas, possibilitando a troca de conhecimento entre eles.

Foi possível perceber uma maior interação na segunda tentativa do que na primeira, pois as perguntas se caracterizam como um instrumento da própria rotina da graduação e a construção da linha do tempo trouxe algo novo no qual eles ainda não tinham vivenciado. Como ponto a ser aprimorado, a fundamentação para cada período é importante, pois para bons resultados é preciso que cada década seja bem compreendida, e que cada elemento seja bem explicado, não basta apenas abordar o ilustrativo, a argumentação é fundamental.

Abaixo, pontuam-se algumas diferenças entre os resultados de cada vivência da PP.

TABELA 1: Comparação da aplicação da prática nos primeiros períodos de Geografia da Universidade de Pernambuco

	1º Período de Geografia (2017)	1º Período de Geografia (2018)
Tempo de vivência da prática	8h/4	4h/a
Forma de avaliação	Perguntas coletivas sobre o assunto abordado	Construção de uma linha temporal própria
Socialização	Ocorreu de maneira espontânea por haver mais tempo de interação	Ocorreu de maneira mais lenta devido ao pouco tempo de interação
Pontos a serem aprimorados	Possuir uma avaliação mais clara	Se aprofundar mais cada década presente na linha temporal.

Fonte: Autoria, 2017.

Mesmo com as particularidades, foi evidente perceber como os alunos entenderam o objetivo de toda a prática. No decorrer da aula, a cada parte da linha temporal demonstrada, os discentes, mesmo que no início da graduação, já conseguiam associar as obras e os autores apresentados na prática aos materiais trabalhados em sala pelos docente, assim como descobriam e apontavam os órgãos e universidades que conheciam.

O mais interessante foi o momento de finalizar, pois ao observarem uma linha temporal visualmente poluída, perceberam a importância de se compreender cada parte exposta, ou seja, a junção das temporalidades e espacialidades. Assim, entenderam a lógica de tempo e espaço e o desenvolvimento da realidade diante dos diferentes momentos, os quais viabilizaram uma transição na sociedade e originaram processos de caráter político, social, econômico, cultural e ambiental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A HPG é uma área que permite a compreensão do passado para se entender o contexto atual, ou seja, evidencia toda bagagem antiga sobre a produção do espaço a fim de nortear a sistematização da Geografia no século XIX. Por isso, a junção da História com a Geografia é fundamental pois auxilia na condução da interpretação na lógica de tempo e espaço diante os fatos passados e presentes. O componente curricular Introdução à Ciência Geográfica se caracteriza como o início da prática docente dos alunos do curso de Geografia, uma vez que é o primeiro momento em que o aluno iniciante na graduação vivencia conteúdos e práticas pedagógicas sobre saber geográfico.

A Prática Pedagógica comprehende-se como a construção de eixos que através de recursos, planejamento, metodologias, reflexões e mecanismos guiam o docente em sala de aula a ponto de torná-la mais produtiva e inovadora. Os resultados são satisfatórios e isso impacta positivamente quando se trabalha conteúdos extensos e complexos.

Por ser uma abordagem muito extensa, as dificuldades são várias na elaboração de uma PP que aborde os principais, por isso requer uma frag-

mentação das partes para se compreender o todo. Na construção da PP aqui apresentada, pôde-se constatar as dificuldades em se encontrar materiais de fôlego longo, pois a partir do início do presente século, percebeu-se a diminuição desse tipo de obra, já que hoje as produções, em sua maioria, são em artigos acadêmicos pulverizados em várias revistas, diminuindo a produção de livros que se aprofundem na HPG brasileira.

Por ser a HPG uma área de suma importância para o estudo do desenvolvimento da Geografia, é necessário que mais profissionais continuem atuando na busca de informações, pois o mundo está em constante mudança e isso impacta diariamente nas aulas de Geografia. Assim, projetos de monitoria, na universidade, são necessários, pois introduzem no discente os desafios de ser docente.

Levando-se em consideração esses aspectos, conclui-se que, assim como a HPG, as várias outras disciplinas, independente das suas áreas de abrangência, tornam-se muito mais viáveis e comprehensíveis quando o docente procura novas práticas que viabilizem seu trabalho, utilizando como principal material de estudo o próprio discente e a bagagem clássica e atual disponível, inovando a relação ensino-aprendizagem a partir de métodos que envolvem todas as dimensões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

BORGES, Vilmar J. **A História do Pensamento Geográfico e a construção da consciência espacial do educando.** Ensino em Re-vista, Uberlândia – MG, v. 3, n.1. 1994. p. 53-58.

CAMPOS, Rui R. de. **Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Paco Editorial. 2011.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens:** a Geografia. São Paulo: Contexto, 2014. 144 p.

FERNANDES, C. Currículo e prática pedagógica da educação superior. In: MOROSINI, M. (Ed.). **Enciclopédia de pedagogia universitária: Glossário**. Brasília, v. 2, 2006.

FERREIRA, Alessandra A. et al. A importância da prática de ensino em Geografia. **Anais do IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**. 2011.

GIMENO SACRISTÁN, J. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED Sul, 1999.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 289 p.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1997.

MACHADO, Lia Osório. **História do Pensamento Geográfico no Brasil: elementos para a construção de um programa de pesquisa (uma conversa com Lia Osório Machado)**. Terra Brasilis. Revista História do Pensamento Geográfico no Brasil. Ano I, nº 1 – Geografia: disciplina escolar, Jan./Jun. 2000. Rio de Janeiro, RJ.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 5 ed. São Paulo: Ed. Anna Blume, 2005. 158 p.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. v.1. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010. 190 p.

PONTUSCHKA, Nídia N. et al. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo : Contexto. 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SAUL, A. M. A avaliação Educacional. In: SOUZA, C.P. (et al) **Avaliação do Rendimento Escolar**. São Paulo: FDE. 1994, p. 61-68.

SOUZA NETO, Manoel F. de. **Aula de geografia e algumas crônicas**. 2^a ed. Campina Grande, PB: Bagagem, 2007.

TOLEDO, Marcela Gomes; SOUZA, Sônia Maria de Campos. **Avaliação: uma prática pedagógica**. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/S31_Artigo5.pdf>. Acesso em 07 out. 2018.



ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS POPULACIONAIS RECENTES E SEUS IMPACTOS: UM ESTUDO DA POPULAÇÃO DE CUMARU-PE

Júnior Manoel da Mata

Priscila Felix Bastos (Professora Dra. Orientadora)

RESUMO

Tendo em vista a necessidade perene do ser humano de buscar melhorias em suas condições de existência, o presente estudo retrata um fenômeno de regressão habitacional no período 2000 - 2010, no município de Cumaru-PE. O objetivo desta inquietação é uma tentativa de entender as causas que levaram à redução, valendo-se destas para apontar possíveis consequências aos habitantes. A pesquisa aferida na construção deste foi norteada por uma perspectiva qualquantitativa, perseguindo a metodologia de coleta de dados em bola de neve (snowball), onde os primeiros entrevistados indicam segundos, e estes apontam novos atores, até que chegue ao ponto de saturação, onde há repetição das ideologias iniciais. Considerando a possibilidade de haver o comprometimento do bem-estar dos cumaruenses remanescentes, este estudo é crítico acerca da realidade futura desta municipalidade que tem nos fenômenos migratórios e redução das taxas de fecundidade e natalidade, sua problemática.

Palavras Chave: Problemas demográficos em Cumaru-PE. Geografia das populações. Tendências populacionais recentes.

ABSTRACT

In view of the perennial need of human beings to seek improvements in their conditions of existence, the present study portrays a phenomenon of housing regression in the period 2000 - 2010, in the municipality of Cumaru-PE. The purpose of this concern is an attempt to understand the causes that led to the reduction, using these to point out possible consequences for the inhabitants. The research measured in the construction of this was guided by a qualitative and quantitative perspective, pursuing the methodology of data collection in snowball (snowball), where the first respondents indicate seconds, and these point to new actors, until it reaches the saturation point, where there is a repetition of the initial ideologies. Considering the possibility of compromising the well-being of the remaining Cumaruenses, this study is critical about the future reality of this municipality that has in its migratory phenomena and reduced fertility and birth rates, its problem.

Key-words: Demographic issues in Cumaru-PE. Geography of populations. Recent population trends.

INTRODUÇÃO

Embora remotos e pouco acessíveis à investigação científica, os pequenos municípios carregam em sua história, um pouco daquilo que pode ser considerada a essência do Brasil, seja na miscigenação e nos costumes, nas relações interpessoais, muitas vezes, com características únicas, ou na humildade de seu povo e capacidade de movimentar este país.

Desta forma, sabe-se que o Brasil detém grande número de municípios de pequeno porte, criados, sobretudo, com a intenção de melhorar a gestão territorial. Todavia, a maior parte desses já nasceram e permanecem dependentes dos governos federal e estaduais. Estas municipalidades, em consequência da infraestrutura que demandam, deveriam melhorar as condições

sociais no interior do país e estancar processos históricos migratórios, mas isso não ocorre, ou ocorre de forma sutil. Cumaru, no agreste pernambucano tem realidade semelhante à destes tantos núcleos.

Seguindo na contramão da tendência de evolução populacional nacional, Cumaru perdeu cerca de dez mil habitantes entre os anos de 2000 e 2010, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e continua perdendo residentes. Eis aqui algo a ser questionado: Se continuado, o que esse fenômeno pode causar no âmbito municipal ao longo dos próximos anos?

O setor público dá sinais de dificuldades para a manutenção de serviços básicos à população. Especula-se perda de receitas no FPM (Fundo de Participação Municipal), o que poderia afetar a qualidade de vida local. A falta de oportunidades para os jovens e a escassez de postos de trabalho para os cidadãos são apontados como causas para o decréscimo populacional, todavia, as questões são abordadas sem fundamentação científica, o que denota certa particularidade ao acontecimento.

Diante disso, a problemática enaltecida para a execução deste trabalho é pautada na área da ciência histórica, que aborda os diferentes fenômenos ocorridos com as populações ao redor do mundo, apontada por Damiani (2009, p. 08) como “a base e o sujeito de toda a atividade humana”. Assim, a finalidade do estudo em campo foi identificar as causas para a diminuição de habitantes no município de Cumaru-PE, a fim de elencar consequências econômicas provenientes desta ocorrência.

A pesquisa em campo investigou os fatores de repulsão, mas também, outros elementos, que confrontados com o material teórico, permitiram a abordagem de vários conceitos que se aplicam na ocorrência do fato. Ainda em campo, um levantamento de dados ofereceu suporte para a abordagem dos indicadores demográficos enquanto possibilidade no acontecimento que acalenta Cumaru.

A estratégia de abordar o universo proposto consistiu na adoção da “pesquisa em bola de neve” (ou snowball) conceituada por Baldin e Munhoz

(2001, p. 332) como “uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede”. Esta metodologia, atrelada à aplicação de entrevistas possibilitou a construção de análises da realidade local e ampliou o olhar crítico à área.

Dadas as circunstâncias, almeja-se a construção de um conhecimento que aponte as reais causas para os acontecimentos que envolvem os habitantes da referida área municipal, tendo em vista a escassez de acompanhamento e fundamentação científica. A possibilidade de haver o comprometimento do bem-estar de seus habitantes, da preservação de seu desenvolvimento econômico e social e manutenção da cultura local moveu a elaboração deste.

1. FRENTES DE ABORDAGEM TEÓRICA

Tendo em vista a possibilidade de haver a atuação individual e/ou conjunta de processos no fenômeno detalhado, as contribuições teóricas são pautadas em abordagens migratórias e nas alternâncias e variações em taxas demográficas. Como agentes contribuintes ao primeiro processo, há ainda o êxodo rural e agentes naturais (o clima principalmente).

1.1. A interferência do processo migratório

Como o fenômeno em destaque denota uma diminuição populacional grandiosa (levando-se em consideração a escala) em um curto espaço de tempo, há um forte indício de que a questão migratória influenciada, sobretudo, pela antiga ação do êxodo rural (no tocante à questão nacional), tem interferido na dinâmica populacional cumaruense ao longo dos últimos anos.

Mesmo que alguns fenômenos migratórios do passado tenham perdido força dentro do território nacional, conforme relatam Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011), alguns outros atuam em áreas mais restritas com particularidades únicas, surgidas através das novas solicitações econômicas nacionais. As migrações pendulares de universitários do interior do país são exemplos claros desta realidade.

Assim, evidenciando a antiga perspectiva da migração dos indivíduos, do campo para as zonas urbanas, Gonçalves (2005, p. 121) afirma que:

O êxodo rural tem sido efetuado principalmente pelas pessoas jovens, em sua maioria assalariados rurais sem nenhuma estabilidade, que vivem sob condições de subemprego [...]. Ao lado desses, engrossam os contingentes que saem do meio rural, os pequenos sitiante ou os filhos, que são atraídos, inicialmente, pelas sedes municipais, na procura por condições de vida melhores.

Desta forma, relata um fenômeno que há muito acomete as regiões mais pobres do país, sobretudo a região nordeste. Além de identificarem problemas históricos do país, disparidades econômicas e realidades sociais ocultas, as migrações arruínam laços familiares e identidades culturais seculares. Esses movimentos populacionais ao detalharem tais fragilidades econômicas e sociais, mostram ao país e ao mundo a necessidade de intervenção estatal para a segurança de padrões igualitários de existência em um dos países mais ricos do mundo.

Por outro lado, Gonçalves (2001, p. 163) afirma que “a mobilidade humana é em geral um sintoma de grandes transições. Quando ela se intensifica, algo ocorreu ou está para ocorrer, ou melhor, algo está ocorrendo nos bastidores da história”, visto o caráter silencioso do fenômeno migratório e possíveis mudanças que podem eclodir na sociedade, o que fundamenta a preocupação com o tema proposto, dada a falta de conhecimento sobre o mesmo.

Damiani (2009, p. 63) parafraseando Max Sorre, detalha que “o impulso migratório raramente é um fato simples; resume-se num acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperanças”, assim, se há a necessidade de abandonar o lugar, há também, a falta de meios qualitativos de coexistência nele. Trazendo a perspectiva para o município de Cumaru, as condições sociais são fatores que impulsionam a saída dos habitantes, tendo em vista a tentativa de viver mais e melhor.

Sabendo que Cumaru possui IDH baixo (0,572), uma incidência de pobreza a 66% da população, não detém nenhuma atividade industrial (AMU-

PE, 2015), aliado ao fato de estar inserido no polígono das secas, pode-se dizer que há um cenário ideal para a ampliação de correntes migratórias que levam ao déficit populacional. Por não haver nenhuma política que possa estabelecer movimentos de retorno, pode-se originar, nas próximas décadas, uma cidade fantasma.

Pretende-se, portanto, abordar o fenômeno, assim como posto por Oliveira (2011), não como uma simples análise de números atrelados a variáveis, mas como um processo que eclode dentro das necessidades humanas. O que se quer é investigar as causas que fomentam o abandono do lugar, sem abdicar ou se prender aos números, perseguindo a visualização das consequências futuras.

1.2. A possibilidade elencada no fator demográfico

Sabendo que as características dos grupos populacionais ao redor do globo são extremamente diferenciadas, seja por influência de fatores socioculturais ou físicos, que contribuem com o modo de vida dos grupos humanos, Garnier (1967) relata que as melhorias no ramo da medicina e nos sistemas educacionais estão contribuindo para a diminuição gradativa das famílias, enfatizando a redução dos índices de natalidade e fecundidade na maior parte das nações.

Corroborando com Garnier, Damiani (2009) detalha que as populações a nível mundial sofrem “variações sutis”, influenciadas pelo aumento da escolaridade que reflete diretamente no número de nascimentos. Ela salienta que esse padrão tem atuação em escala inferior nos países subdesenvolvidos, mas que já surtem efeito na dinâmica populacional destes.

Essa perspectiva adentra o cenário nacional e é comprovada pelo IBGE. O Brasil também pontua entre os países que reduziram o número de nascimentos nos últimos anos, provavelmente por conta da melhoria nos indicadores sociais. Em 2000, a taxa de natalidade brasileira era de quase 21%, em 2015 ela havia caído para 14% (IBGE). Assim, combinados os fatores migração e queda da natalidade, o cenário de decrescimento habitacional é iminente.

2. O MUNICÍPIO E O FENÔMENO

Fruto de ocupações irregulares às margens do rio Capibaribe, Cumaru, anteriormente chamado “Malhadinha” e “Cumarú”, originou-se de um desmembramento de Limoeiro (AMUPE, 2015). As origens da cidade remetem ao século XVIII, quando comerciantes passavam às margens do rio para descansar e dessedentar suas mulas. Uma árvore de nome cumaru, oferecia sombra para os viajantes que iniciaram trocas comerciais naquele local e deram origem às primeiras residências.

Situado no agreste setentrional pernambucano, possui 292,242 km² de área, sede a 443 m de altitude e localiza-se distante cerca de 90 km da capital do estado, Recife. Foi emancipado através da lei estadual nº 4.986, de 20 de dezembro de 1963. Conta com o distrito sede, os povoados de Ameixas e Umari e vários micro vilarejos. Como municípios de fronteira, tem ao norte, Surubim e Salgadinho, a leste, Passira, a oeste, Riacho das Almas e ao sul, Bezerros. A rodovia PE-95 é a única via de acesso.

Com precipitação média anual de 800 mm, possui clima semiárido e vegetação caatinga; os solos arenosos e rochosos dificultam as práticas de agricultura e pecuária. O território está enquadrado no chamado polígono das secas. O subsolo cumaruense possui lençóis freáticos em abundância, porém, com água salobra e salina. O relevo caracteriza-se pelo planalto da Borborema (CPRM, 2005).

No tocante à questão populacional, Cumaru guarda uma característica peculiar: a maior parte dos habitantes ainda se concentra no meio rural; em 2015, dos 13.960 residentes, 9.134 viviam no campo e 8032 na zona urbana (AMUPE, 2015). No total há 7.672 domicílios urbanos e rurais (IBGE).

Um fato relevante é a quantidade de eleitores comparada à de habitantes: em 2014, Cumaru possuía 15.050 eleitores e 13.960 habitantes (AMUPE, 2015), uma particularidade que denuncia a ação de correntes migratórias vivas atuando no município.

A CPRM (2005) relata que a economia municipal se dividia entre o comércio local, a pecuária, a agricultura e atividades de extrativismo vegetal e

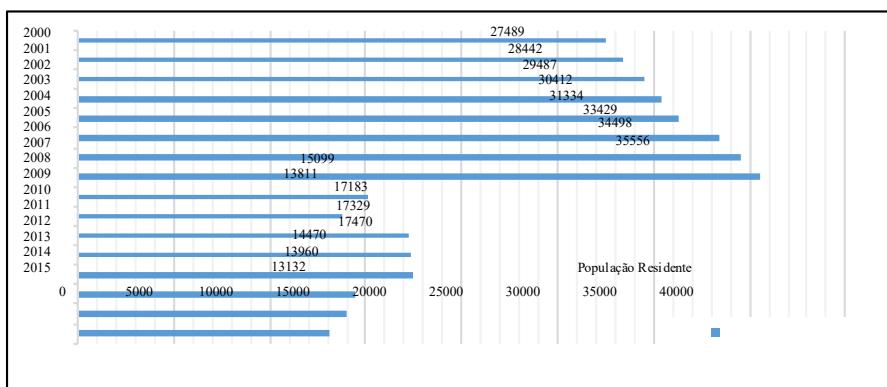
silvicultura. A AMUPE (2015) ressalta a importância do comércio e da agropecuária de subsistência na movimentação econômica atual. Em 2000 haviam 67 empresas com CNPJ, ocupando 504 pessoas (CPRM, 2005), em 2017 o número de trabalhadores formais era 948 (IBGE Cidades). Cumaru possui 707 imóveis rurais, dos quais 451 (63,79%) são minifúndios e 228 (32,25%) são pequenas propriedades (CPRM, 2005).

O IDH é considerado baixo (0,572) e a incidência de pobreza chega a 66% da população. Cerca de 57% da receita pública é destinada à folha de pagamento. O orçamento de 2014 foi de R\$ 47.500.000,00, o PIB, R\$ 102.560.000,00 e a renda per capita R\$ 6.623,09 (AMUPE, 2015).

2.1. A redução de habitantes constatada no censo demográfico de 2010

Segundo dados do IBGE (gráfico 1), em 2000, Cumaru possuía pouco mais de 27.000 habitantes; já no censo que se realizou em 2010, pouco mais de 17.000. Em uma análise matemática simples, percebe-se uma diminuição média de mil habitantes por ano. Sabendo que não há eventos locais de ordem natural ou social com grandes proporções que justifique tamanha redução no período, é possível estabelecer a ação de correntes migratórias e variação de taxas demográficas na área.

Gráfico 1: População residente em Cumaru-PE.



Fonte: Dados coletados pelo autor em site do IBGE.

O principal fator elencado como ponto negativo decorrente desta redução de habitantes é a perda de recursos enviados por órgãos públicos. Embora haja redução da população residente, as infraestruturas hospitalares, educacional, etc., permanecem as mesmas.

Discorrendo sobre a importância do quantitativo populacional na destinação de recursos financeiros às cidades, a CNM (2017, p. 05) detalha que:

As estimativas populacionais são fundamentais para o cálculo de indicadores econômicos e sócio demográficos nos períodos intercensitários e são, também, um dos parâmetros utilizados pelo Tribunal de Contas da União na distribuição do Fundo de Participação de Estados e Municípios.

Detalhando desta forma a preocupação que gestores tem quando o número de habitantes decresce, sobretudo nas cidades interioranas onde há escassez de atividades econômicas e dependência de recursos federais. No caso de Cumaru, a redução populacional levou à perda de coeficiente no FPM (Fundo de Participação Municipal), o que obrigou o antigo gestor a contestar a ideologia censitária na justiça, a fim de não receber mais cortes orçamentários.

Cumaru possuía coeficiente 1,2 (AMUPE, 2015), mas teve esta pontuação diminuída de forma gradual, chegando a 0,8, quando houve o trâmite judicial. Através da ação, a prefeitura conseguiu impedir o rebaixamento das contas, fazendo a gestão operar sob liminar com coeficiente 1,0; contudo a decisão foi revogada em 2016 e Cumaru agora possui oficialmente coeficiente 0,8 (TCU, 2017).

2.2. Qual o posicionamento do poder público sobre o assunto?

A pesquisa em campo buscou o depoimento de agentes atuantes na gestão municipal e os gestores atuais não foram contatados. No entanto uma senhora que trabalhou na gestão anterior como secretária de educação e hoje atua como vereadora do município concedeu uma entrevista.

Esta cidadã afirmou ter participado de reuniões promovidas por órgãos superiores, após o censo demográfico de 2010, e ter ouvido dos profissionais, cobranças ao poder público municipal para estancar o fenômeno, tendo em vista que sua continuidade geraria prejuízos às contas municipais.

Enquanto vereadora, disse não enxergar possibilidades para a melhoria das finanças públicas até a realização do próximo do censo 2020, mas reconhece que a gestão estará muito fragilizada até lá. As projeções do IBGE continuarão reduzindo as verbas ao município e logo o quociente do FPM será de 0,6 e não mais 0,8 como atualmente. Ela exclama que este quociente já chegou a 1,6.

Para a entrevistada, o município não pode ser culpado, mas o IBGE sim. Ela afirma que a população cumaruense pode nunca ter chegado próximo a 27.000 habitantes. A metodologia do senso 2000 teria dado margem à criação de habitantes fantasmas, mostrando um quantitativo falso. A nova forma de coleta de dados em 2010 apontou números condizentes com a realidade municipal, mas devido à comparação entre o período 2000-2010, as projeções atuais tendem ao decrescimento.

A indagação da funcionária pública acerca da ideologia censitária se constata no fato de o censo 2000 ter conciliado questionários impressos e digitalização de dados, o que não aconteceu no censo 2010, onde a metodologia foi mais moderna, contando com aparelhagem e apuração totalmente virtuais. Os dados do censo 2000 teriam mais chances de fraude devido a este fato.

O maior problema para o município hoje seria manter os serviços básicos com qualidade. A prioridade da gestão é pagar os funcionários; o dinheiro que sobra é destinado para áreas vitais, restando pouco para investimentos que gerem empregos e movimentação econômica no município.

A prefeitura permanece engajada na tentativa de derrubar as estimativas feitas pelo IBGE, no entanto há pouca probabilidade de concretização disto, relatou a vereadora que destacou ainda o fato de a prefeitura ter conseguido

rever as projeções feitas pelo IBGE no ano de 2015 e manter as finanças correspondentes ao quantitativo populacional de 2010.

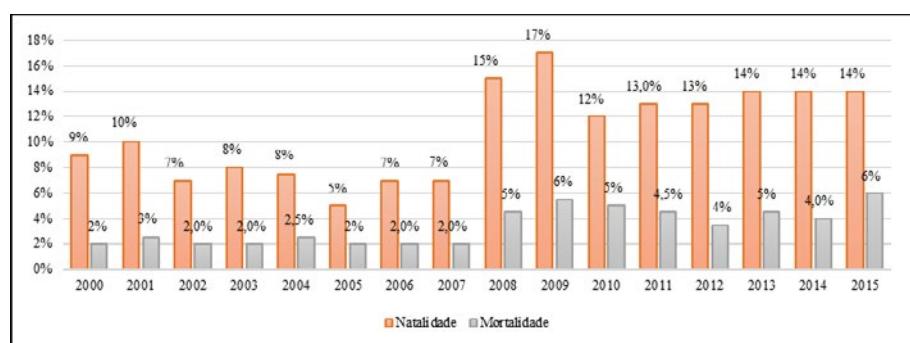
Embora tais afirmações tenham partido de uma única representante do poder público, o fato merece atenção, pois novas possibilidades poderiam surgir a partir da visualização como realidade desta perspectiva. O decrescimento populacional, neste contexto, seria explicado por outras causas.

3. AS CAUSAS PARA A REDUÇÃO POPULACIONAL

A primeira possibilidade elencada consiste na variação da taxa de natalidade. Seguindo as tendências nacionais e internacionais, haveria no município de Cumaru a atuação do que Garnier (1967) e Damiani (2009) pontuam como melhorias nos indicadores sociais, em especial no sistema educacional. Seguindo esta realidade global, os países em sua maioria reduziram as taxas de natalidade em seus territórios e ampliaram a expectativa média de vida.

Para tanto, o Departamento de informática do SUS (Datasus) constata realidade semelhante na área estudada: Cumaru tem taxas de natalidade inferiores à média nacional (conforme detalha o gráfico 2), que foi de 14,16 em 2015 (IBGE). O indicador demográfico apresenta 10,8% (média acumulada no período 2000-2015). Portanto, o número de nascimentos em queda contribui na diminuição do crescimento vegetativo e da população total.

Gráfico 2: Indicadores demográficos de Cumaru-PE.



Fonte: Dados coletados pelo autor em site do Datasus.

O segundo fator, migrações, pode ser constatado próprio senso comum no cotidiano, abordando os depoimentos constantes de pessoas, nas instituições públicas ou nas escolas, que tem familiares e que migraram. Outro elemento percebido é o fato de haver mais eleitores do que habitantes em Cumaru, uma prova concreta da força deste fenômeno, detalhado muitas vezes pela mídia local.

Embora seja visível a presença deste fator na área abarcada, houve dificuldades para a obtenção de dados acerca dos habitantes residentes fora do município. O órgão responsável pela contagem populacional (IBGE) não possui números detalhados deste tema em escala municipal.

Todavia, pode-se destacar a ausência de empreendimentos de grande porte no município como fator de repulsão. Segundo o IBGE, em 2015 apenas 5,5% dos cumaruenses tinham ocupação formal e cerca de 83% de sua receita era de origem externa. A saída de pessoas da cidade só não é mais agravada por conta de rendimentos de programas sociais, aposentadorias e pensões.

A questão climática impede o desenvolvimento de atividades primárias pelos mais pobres e a distância existente entre a sede do município e os núcleos de médio e grande porte contribuem para a saída de habitantes jovens que buscam oportunidades no ensino superior.

3.1. Análise dos dados das entrevistas

Foram coletados 42 depoimentos de indivíduos hoje residentes em outras áreas. Ressalta-se que a estratégia para realização das entrevistas utilizada nesta pesquisa foi pautada nos meios de comunicação, pois como os entrevistados residem fora do município, não houve a possibilidade de ir ao encontro destes. Os emigrantes foram indagados sobre a temática e contribuíram com a investigação do problema deixando relatos em áudio. As respostas foram categorizadas para análise.

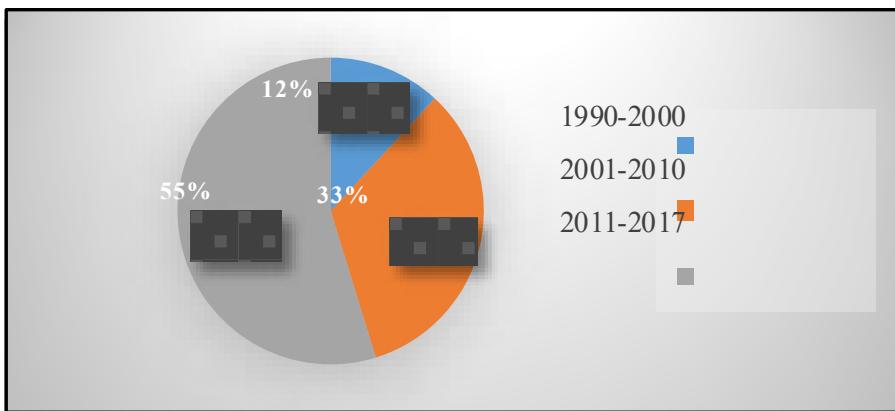
A estratégia de pesquisar um universo grandioso como o proposto, consistiu na adoção da “pesquisa em bola de neve” (ou snowball,) conceituada

por Baldin e Munhoz (2001, p. 332) como “uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede”. Perante esta técnica, uma primeira leva de entrevistados indicou novos afetados pelo fenômeno, estes indicaram terceiros e assim por diante. Esse processo foi realizado até a chegada do ponto de saturação, onde as respostas ofertadas pelos últimos condiziam com a realidade explanada pelos primeiros.

A pesquisa, norteada por uma perspectiva qualiquantitativa, fez os participantes declinarem suas percepções acerca de seu antigo espaço vivido em seis questões simples. É importante destacar que as variáveis detalhadas nos gráficos foram construídas com base nos depoimentos ofertados espontaneamente e não por opções elencadas pelo produtor da pesquisa.

A entrevista foi realizada com indivíduos que fixaram residência em outros municípios e, portanto, estão à margem da dinâmica na área estudada. Indagados sobre o tempo de residência fora de Cumaru (gráfico 3), 12% dos indivíduos afirmaram ter migrado no período 1990-2000, 33% no período 2001-2010 e 55% entre 2011 e 2017. Assim, os dados, dentro do universo estudado, podem indicar o aumento do fenômeno migratório.

Gráfico 3: Quando você saiu de Cumaru? (ano)

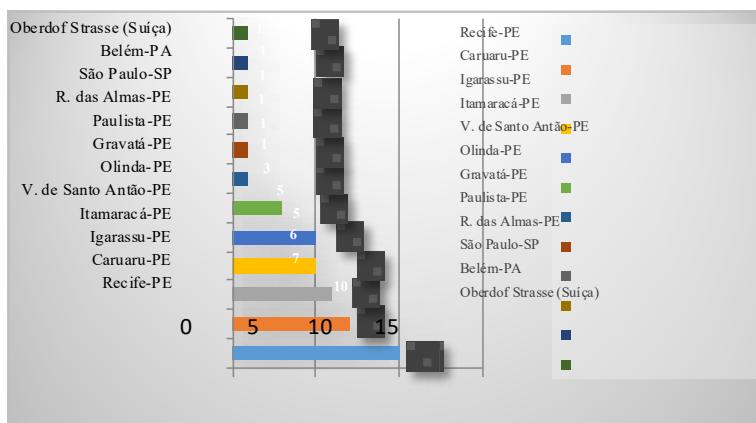


Fonte: Dados coletados em campo.

É importante destacar que os indivíduos cuja saída se deu entre 1990 e 2010 eram acometidos pela necessidade de serem absorvidos pelo mercado de trabalho, já os novos atores são estudantes que objetivam adentrar o ensino superior e justificam sua saída por conta da distância entre sua cidade e os centros que oferecem este serviço. Além disso, destacam a pouca possibilidade de obter sucesso numa carreira profissional em Cumaru. Desta forma citando Justo et al., Julião (2014) detalha que alguns municípios da Região Metropolitana do Recife estavam entre os dez municípios nordestinos que mais atraíram imigrantes nos anos 2000. Essa afirmação pode explicar o número de entrevistados que se destinaram a cidades como Recife, Igarassu, Itamaracá (visualizar gráfico 4).

Para os entrevistados, o bem-estar pessoal fala mais alto na hora de decidir sobre a permanência em Cumaru e o local (município) para fixar a nova residência pouco importa. A maior parte relatou ter migrado para outra localidade apenas por ter amigos ou familiares que os ofereceram um vínculo empregatício. Esta realidade pode ser atestada nos indivíduos entrevistados fora do estado e até do país (gráfico 4). Os já citados migrantes recentes buscam cidades maiores, atraídos pela oferta do ensino superior e influenciados pela distância entre Cumaru e estes núcleos maiores.

Gráfico 4: Para qual município se mudou?

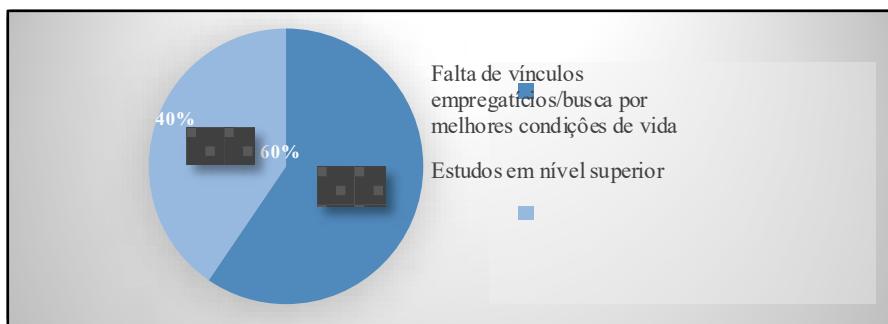


Fonte: Dados coletados em campo.

Outros migrantes (já citados) passivos de padronização nesta questão são o público universitário que fixam moradia em Caruaru, Vitória de Santo Antão, Recife e Olinda, pela proximidade dos núcleos universitários. Destaca-se Recife como o município que mais atrai os cumaruenses, seja por meio dos vínculos empregatícios, seja pelos serviços universitários.

Indagados sobre o motivo de saída (gráfico 5), 60% apontou a falta de oportunidades de crescimento profissional, falta de postos de trabalho e a necessidade de obter um melhor padrão social como ponto forte em sua decisão. O público jovem (40%) informou que a distância entre Cumaru e cidades que possuem universidades e a dificuldade de locomoção para estas influenciou na sua saída.

Gráfico 5: O que levou você a sair de Cumaru?



Fonte: Dados coletados em campo.

Um ponto que deve ser destacado é o sentimento de independência e/ou estabilidade financeira. Boa parte dos entrevistados disseram não gostar da ideia de depender da prefeitura do município para prover sua renda. Muitos disseram que tem aversão à obtenção de envolvimento político para conseguir vagas (através de contratos periódicos) no setor público, algo que eles destacaram como realidade em Cumaru. De fato, a AMUPE (2015) afirma que cerca de 57% dos recursos públicos do município são destinados à folha de pagamento, o que fundamenta as considerações deste público.

Reconhecendo o fato de migrar como problema, um entrevistado detalhou:

[...] “Essa minha saída por outro lado, afeta a autoestima das pessoas. Eu acabo contribuindo para o discurso de que lá não tem nada, de que Cumaru é um lugar sem futuro. E isso parte de mim, por estar desistindo de lá, por não ficar e tentar melhorar. Pelo meu conforto eu decidi me afastar, eu decidi sair.” (Emigrante de 2014)

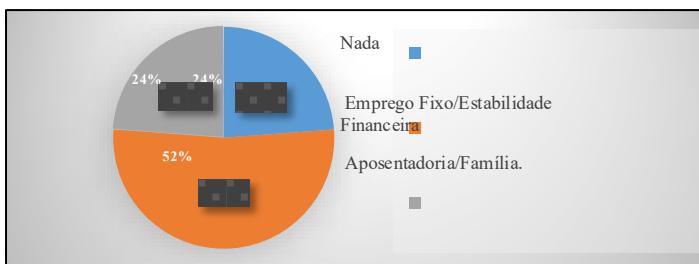
As decisões de sair de Cumaru não são vinculadas a nenhum sentimento de aversão às características do município, mas sim pela vontade de abdicar da informalidade no mercado de trabalho. Os depoimentos, assim como o citado acima, detalharam vínculos afetivos pelo local de nascimento. Não fosse o desemprego, o fenômeno migratório teria atuação muito inferior.

Se pudessem optar por migrar ou não, certamente os indivíduos ficariam no local onde enterram seus mortos, afinal a vivência do lugar acompanha as pessoas em seu dia a dia. Migrar é um direito, porém não o fazer ainda não é. O ato de migrar necessita ser uma escolha e não uma opção forçada (GONÇALVES, 2001).

Dois fatores ainda foram citados, vinculados à falta de trabalho: o clima e vínculos familiares. A seca contribui na escassez de postos de trabalho, sendo motivo de seu abandono da cidade. Outros disseram ter saído de Cumaru por ter casado com pessoas que ofereceram empregos em outras áreas municipais; todavia, esses elementos foram elencados como secundários à sua migração.

Historicamente, as migrações são explicadas pela busca por melhores condições de existência. O ser humano é atraído pela possibilidade de viver melhor, fixando moradia em outros lugares, e muitas vezes não pensa em retornar às suas origens. No caso desta amostra (gráfico 6), 24% dos entrevistados disseram que nada os faria retornar à sua cidade no momento, visto que adquiriram um padrão de vida estável, com emprego fixo. Segundo estes, Cumaru pouco pode lhes oferecer hoje.

Gráfico 6: O que faria você voltar a residir em Cumaru?

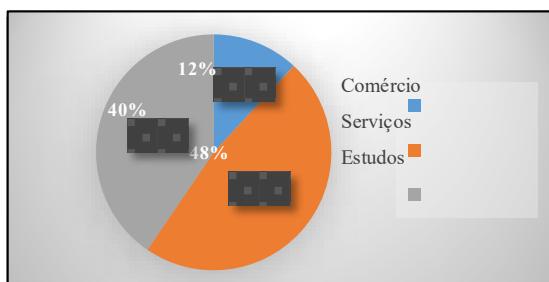


Fonte: Dados coletados em campo.

Todavia, o mesmo percentual se contatou nas pessoas que afirmaram ter desejo de voltar a residir em Cumaru quando se aposentarem ou voltariam por desejar viver perto de seus familiares; este grupo leva ao resgate do conceito de lugar, vista a afetividade que declararam ao seu município de origem, lamentando a diminuição de habitantes.

Os cumaruenses são atraídos pelo setor terciário da economia, uma tendência natural, evidenciada por Julião (2014) tendo em vista que este é o que mais emprega no país. 12% dos indivíduos (gráfico 7) afirmaram trabalhar com comércio e 48% desempenham algum serviço em outros centros urbanos. 40% deste público é composto por estudantes, mas quase todos disseram ter algum vínculo, como participação em projetos acadêmicos remunerados ou serviços informais.

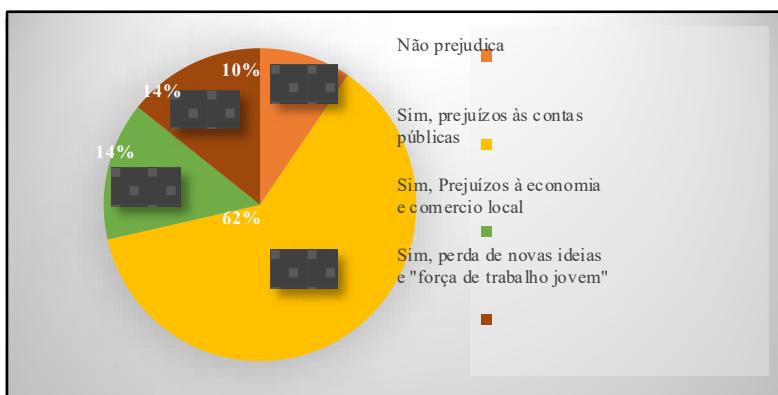
Gráfico 7: Que atividade desempenha fora de Cumaru?



Fonte: Dados coletados em campo.

Indagados sobre a sua influência no fenômeno migratório (gráfico 8), 10% disseram que sua saída não interfere na dinâmica populacional. Estes relataram que a cidade sempre sofreu com esse problema e nunca aconteceu nada à sua manutenção. Aqueles que enxergam problemas na diminuição de habitantes, apontaram prejuízos às contas públicas (62%), declínio na movimentação comercial e econômica local (14%) e perda de ideias inovadoras com a evasão constante de jovens (14%).

Gráfico 8: A sua saída, assim como a de outros milhares de habitantes, pode prejudicar o município? Como?



Fonte: Dados coletados em campo.

Embora não tenham conhecimento crítico acerca do acontecimento, os habitantes têm acesso a noticiários e entendem a relação que existe entre o número de habitantes e a quantidade de recursos que um município recebe e arrecada. Há preocupação com a evasão de mão de obra.

Para alguns dos entrevistados, a evasão dos jovens está “paralisando a cidade no tempo”, empobrecendo-a e deixando-a mais velha. Os jovens têm papel fundamental na manutenção dos municípios por sua criatividade e força de trabalho. Perdê-los é perder também a capacidade de reinvenção de Cumaru, segundo alguns dos entrevistados.

Desta forma é preciso ressaltar o fato que Julião (2014) interpreta como migração seletiva, no qual as pessoas que decidem migrar são as mais produtivas no mercado de trabalho, que têm ideário pulsante e grande capacidade de inovação. As perdas com a saída destes são incalculáveis a longo prazo para o município que repulsa este público.

4. CONSEQUÊNCIAS DECORRENTES DO FENÔMENO

Como fator principal tem-se a diminuição de recursos públicos que já impera, dificultando o trabalho das instituições públicas. As projeções levarão Cumaru à constante redução de receitas e aumento das dificuldades de gestão. Caso o censo 2020 constate a veemência das projeções até o momento, a cidade passará por momentos de estagnação econômica (vista a dependência financeira de órgãos públicos superiores), do contrário, as verbas voltarão a ser mais numerosas como antes.

Outro problema consiste no aumento de gastos com saúde. Já que os “humanos em movimento” são pessoas mais jovens, com idade propícia à atuação no mercado de trabalho, a população mais idosa fica na sua área de origem, aumentando os gastos com os sistemas de saúde.

Como apresentado pelos entrevistados, a evasão de jovens pode significar também mais um problema ao município, dada a importância que estes cidadãos têm na movimentação econômica, a capacidade de inovação em qualquer área e até na manutenção das características culturais locais. A saída de mão de obra jovem pode ter reflexo ainda na falta de pessoas aptas ao desenvolvimento de serviços específicos no comércio e instituições públicas locais.

A solução para o município por hora é contingenciar gastos e manter a funcionalidade sadia dos serviços básicos até a realização do censo 2020, visto que as contestações nas instâncias de justiça já não surtem efeito na reposição de recursos anteriormente recebidos.

A longo prazo, a prefeitura poderia investir em pesquisas no setor primário para oferecer ao pequeno produtor rural uma alternativa econômica

para fixar residência no município. O incentivo maior à agropecuária poderia ser a alternativa para a mão de obra pouco qualificada do município.

Os maiores problemas de Cumaru consistem na precária rede de transportes, na distância dos centros médios que atraem seus habitantes e na precarização dos recursos hídricos, principalmente nos últimos anos com a crise hídrica pela qual passa o Nordeste. O município pode ter no seu subsolo e no setor primário uma alternativa para a melhoria das condições sociais e uma ferramenta simples para estancar o fenômeno migratório que lhe acentua há anos, mas tem na falta de investimentos em pesquisa um entrave para viabilizar esta possibilidade já perene em outros municípios pequenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades levantadas ainda na fase inicial da pesquisa se confirmaram: Cumaru sofre com a redução da taxa de natalidade e a migração é responsável pela evasão de habitacional, dada a falta de elementos fixos que proporcionem aos habitantes, a sua realização profissional e econômica.

Os fatores naturais contribuem de forma significativa para a evasão da área, tendo em vista o caráter semiárido do clima e intermitente da bacia hidrográfica local. Ainda há a interferência do relevo e dos solos que impedem a expansão de monoculturas rentáveis e a ampliação de empregos formais, o que poderia ser uma saída para a dependência do setor público na geração de empregos.

A principal alternativa econômica poderia ser o investimento em agricultura irrigada em pequenas propriedades, vista a abundância de lençóis freáticos. Tal possibilidade impediria a saída de habitantes com baixo grau de instrução que se destinam às cidades de maior porte na busca de empregos no setor terciário. Todavia, sabendo que as águas subterrâneas são salobras e salgadas (CPRM, 2005), o desenvolvimento da atividade poderia gerar grandes áreas em processo de desertificação caso não houvesse a aplicação de técnicas edáficas atuais e eficazes.

O depoimento colocado pela representante do poder público gerou inquietação perante outra questão: a possibilidade de terem acontecido irregularidades na execução do censo 2000, o que possivelmente levou Cumaru a ter um número de habitantes não condizente com a realidade.

Outro fator que pode estar refletindo no problema é a concentração fundiária. A destruição gradativa do campesinato pela falta de apoio governamental impede que as propriedades familiares ofereçam condições sadias de existência aos indivíduos subordinados à essa realidade (DAMIANI, 2009). A ação de interesses ocultos aliada às condições precárias proporcionadas pelo semiárido são fatores comprovados de repulsão populacional e podem sim, serem atuantes em Cumaru.

No entanto a percepção dos fatos demonstra que as possíveis falhas na contagem da população e a concentração fundiária, demandariam mais tempo de abordagem teórica e pesquisas mais profundas em documentos e dados de instituições públicas que proporcionem mais detalhamento. A realização destes estudos poderia apontar novas causas ao processo, não abordadas e/ou não aprofundadas neste trabalho, bem como novas perspectivas ao fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO - AMUPE. Anuário dos municípios pernambucanos. Companhia Editora de Pernambuco: Recife-PE, 2015.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Curitiba-PR: Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, 2001. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. Perdas e Ganhos dos Coeficientes do FPM de 2017: Estudos Técnicos - agosto de 2017. Estudos técnicos CNM: Brasília-DF, 2017.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - DATASUS. **Número de nascimentos por ocorrência por município**. In TabNet Win32 3.0. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvpe.def>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

_____. **Número de óbitos por ocorrência por município**. In TabNet Win32 3.0. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt1ope.def>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GARNIER, J. B. **Geografia de População**. 2. ed. Londres: Longmans, 1967.

GONÇALVES, A. J. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo-SP: v. n. 15 p. 173-184, set./dez., 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/9830/11402>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

GONÇALVES, F. E. **Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natal, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censos demográficos**: Recenseamentos Gerais e estatísticas populacionais no Brasil. In Portal do IBGE. Disponível em: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html>>. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Dados gerais do município de Cumaru-PE**. In IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/cumaru/panorama>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

_____. **Taxa bruta de natalidade por mil habitantes - Brasil - 2000 a 2015**. In Brasil em Síntese. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/taxas-brutas-de-natalidade.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

JULIÃO, C. C. B. **Migração interna e seleção:** evidências para o Estado de Pernambuco. Tese (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Economia, Caruaru-PE, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11250>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

OLIVEIRA, A. T. R. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In Oliveira, L. A. P.; Oliveira, A. T. R. (Org.). **Reflexões Sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, 2011.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O’NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In Oliveira, L. A. P.; Oliveira, A. T. R. (Org.). **Reflexões Sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, 2011.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea do estado de Pernambuco.** Diagnóstico do município de Cumaru. Org.: Mascarenhas, J. C.; Beltrão, B. A.; Souza, L. C.; Galvão, M. J. T. G. et al. Recife: CPRM/ PRODEEM: Recife-PE, 2005.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Decisões judiciais efetivadas no exercício que modificaram coeficientes calculados pelo TCU.** Brasília-DF: Secretaria de Macro avaliação Governamental - SEMAG, 2017. Disponível em: <portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId>. Acesso em: 04 mar. 2020.



O PAPEL DO ENSINO DA GEOGRAFIA NO ESTÍMULO À IDENTIDADE LOCAL: A VAQUEJADA DE SURUBIM- PE E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO

Mariana Maria Silva de Lima

Luciana Rachel Coutinho Parente

RESUMO

Em linhas gerais, o presente trabalho decorre de uma análise vinculada à Educação Geográfica. Isto é, evidencia a necessidade de utilizar o ensino da Geografia para desvendar os diferentes usos que são ofertados ao território, na tentativa de alavancar e preservar a identidade mediante uma possível descaracterização. Parte dessa premissa o objetivo da abordagem ora destacada, a qual visa analisar a gênese da Vaquejada no município de Surubim, Pernambuco e os novos usos que compete hodiernamente ao território. Sabendo que a Geografia pode ser um aporte para estimular a identidade local nos cidadãos. Para tanto, utilizou-se o método exploratório como norteador, uma vez que a pesquisa se desenvolveu em um cenário propício a desvendar e explorar informações. No tocante aos procedimentos técnicos, ampararam-se no estudo bibliográfico, debruçando-se na consulta e destroncamento de conceitos chaves, além do procedimento do “exemplo de caso”, buscando exemplificar o objeto de estudo da abordagem vislumbrada. Sabe-se que a natureza desse trabalho é aplicada. Este perpassou por uma densa revisão bibliográfica e em *posteriori* se deu as idas ao campo, onde ocorreu a feitura de uma entrevista semiestruturada (questões abertas e fe-

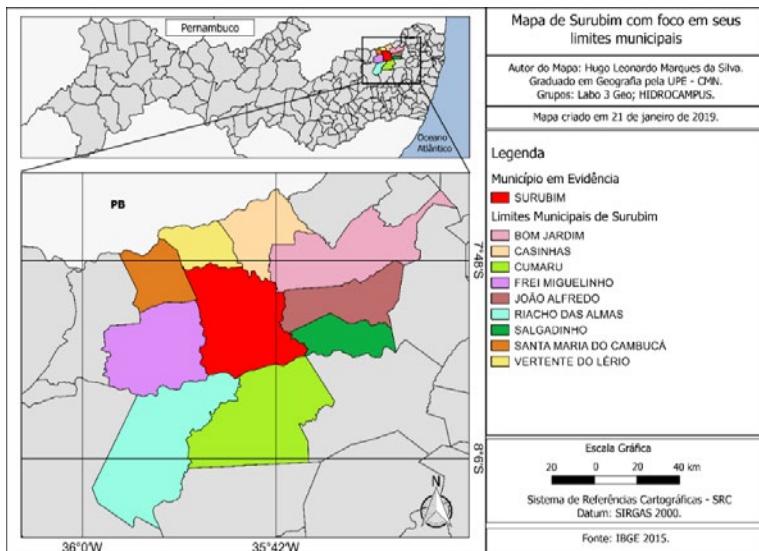
chadas) com perguntas qualificáveis em sua forma de abordagem. Visando assim comprovar os dizeres teóricos. Toda pesquisa culminou na realização de palestras, oficinas e em um aplicativo relacionado à temática numa instituição de ensino da cidade de Surubim, almejando aproximar a valorização identitária através da Geografia. Justificando-se, devido corroborar para as apreensões das dinâmicas culturais contemporâneas no território, prática indiscutivelmente notória para a Ciência Geográfica. Em síntese, conclui-se que este escrito através de todas as suas particularidades metodológicas conseguiu abordar os objetivos de forma simplista, informando ao leitor acerca dos novos usos presentes no dado território surubinense.

Palavras-chave: Educação Geográfica. Novos Usos. Território. Vaquejada.

1. INTRODUÇÃO

A presente abordagem tem como intuito compreender os novos usos do território a partir do entendimento da gênese e das transformações da Vaquejada, localizada no município de Surubim, conforme o mapa 1, o qual está disposto no estado de Pernambuco, distante 124 km da capital, Recife.

Mapa 1 – localização da cidade de Surubim – PE



Fonte: Adaptado do IBGE (2019).

A cidade de Surubim localiza-se na mesorregião do Agreste Setentrional e na microrregião do Alto Capibaribe. O Agreste, mesorregião elencada, é uma faixa de terra bastante estreita no sentido Leste-Oeste e alongada no sentido norte-sul, situada entre o Sertão (semiárido) e a Zona da Mata (úmido), perante Medeiros (2007).

O território surubinense, devido sua favorável localização, demonstra íntima relação com a pecuária, o que acarreta na maior influência cultural e identitária da cidade, a vaquejada. Tal expressão consiste em um esporte, onde homens e mulheres (vaqueiros ou vaqueiras) em seus cavalos derrubam bois, a fim de somarem mais pontos e saírem vencedores. Por conseguinte, shows também fazem parte da festa de Vaquejada.

A realização de grandes eventos nos dias em que ocorre o esporte atrai indivíduos de inúmeros estados do Brasil, com o intuito de desfrutar dos grandes shows com bandas famosas, o que deixa a derrubada do boi acaba ficando em último plano. Essa prática pode acarretar numa descaracterização do real objetivo da festividade. Visto isso, é nessa perspectiva que a problematização do trabalho ora elencado pode ser discutida, a qual subsiste na seguinte indagação: “a vaquejada de Surubim-PE vem sendo descaracterizada e influenciando na perda da identidade local devido aos novos usos do território?”.

Vale concernir perante Carlos (2018, p.28), que “sob o capital toda produção se transforma em mercadoria, realizando-se na dialética entre o valor de uso/valor de troca”. Com isso, justifica-se a abordagem ora destrinchada, por obter o entendimento da possível descaracterização da vaquejada no município de Surubim, fomentando a apreensão das dinâmicas culturais contemporâneas no território, prática indiscutivelmente notória para a ciência Geográfica.

Nessa perspectiva, compreender as transformações ocorridas no território da vaquejada, a partir do ensino da geografia, torna-se necessário, uma vez que é possível entender o viés identitário que fomenta as relações sociais

dos cidadãos mediante as dinâmicas territoriais compreendidas a partir da territorialidade.

O objetivo principal da proposta é investigar os novos usos do território em contraponto a gênese da vaquejada na cidade de Surubim-PE, como alternativa de trabalhar a noção de identidade no ensino da Geografia. Concomitantemente a isso, os específicos constam as seguintes objetivações: contribuir, através do ensino da Geografia, com a realização de palestras e entrevistas para a valorização do esporte com vistas à preservação da identidade dos atores locais; e construir um aplicativo para os estudantes do município, a fim de monitorar a disseminação de informações da vaquejada, como um aspecto cultural e identitário.

O estudo em tela, cuja natureza é aplicada, foi realizado através do método exploratório. A ida ao campo fez-se necessária, com o intuito de ter informações mais detalhadas acerca da vaquejada. Posteriormente, ocorreu a realização de uma entrevista semiestruturada, pautada em perguntas abertas e questionários, através da forma de abordagem qualitativa numa escola estadual do município, em união a realização de oficinas e da construção de um aplicativo do esporte em questão.

Sendo assim, ampara-se a investigação em voga, na feitura de uma análise qualitativa do objeto de estudo. Para tanto, visou-se o fortalecimento da identidade local através do ensino da geografia, porque pauta-se na Educação Geográfica, um modelo educacional que visa compreender e construir mediante as experiências dos estudantes.

2. METODOLOGIA

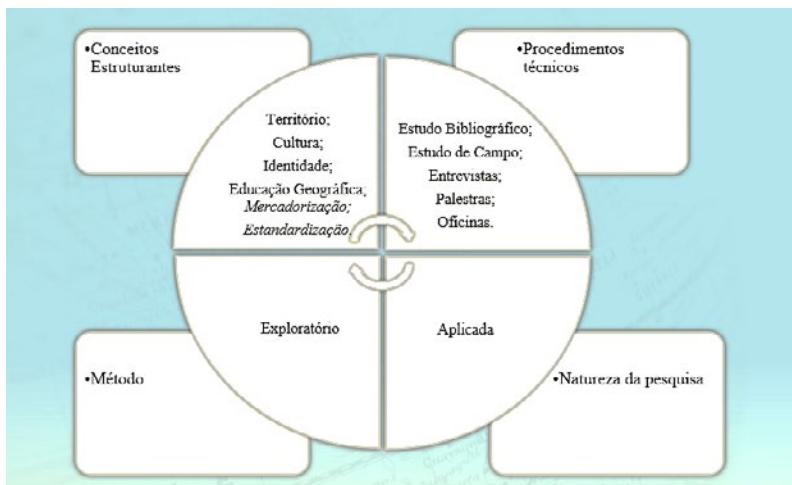
2.1 Método e procedimentos estruturais

A proposta de análise exteriorizada propôs investigar um dos conceitos chaves da Geografia, o território. Concomitantemente ao estudo dos conceitos de cultura, identidade, *mercadorização, estandardização*, indústria cultural e a Educação Geográfica, visando compreender as possíveis transformações

da vaquejada no município de Surubim. A figura 1 traz um recorte metodológico que resume estas informações.

A presente abordagem, decorreu de observações preliminares em campo, das quais contribuíram para a realização de entrevistas semiestruturadas, com perguntas que serviram para realizar uma análise qualitativa sobre a percepção dos entrevistados em relação a temática de estudo. Para tanto, a pesquisa culminou na realização de uma palestra, uma oficina e em um aplicativo para *smartfone* relacionado à vaquejada numa instituição pública e estadual, buscando aproximar a valorização *identitária* através da geografia.

Figura 1 – Esquema do resumo metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria (2019)

Os dados da pesquisa em tela, como já salientado, foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, contendo 11 indagações contemplando questionários fechados e perguntas abertas, nas quais constataram perguntas que foram divididas em um eixo caracterizador dos entrevistados e outro com caráter comprobatório acerca dos objetivos deste trabalho.

A entrevista semiestruturada, perante Alves (2008, p.231) “intercala questionários fechados com perguntas livres, cabendo ao geógrafo escolher

a melhor técnica para proceder à pesquisa”. Sendo assim, inicialmente, os 5 (cinco) primeiros pontos são as características dos entrevistados, onde foi solicitado a idade, o sexo, a série, o local de morada dos estudantes e o perfil socioeconômico, com o intuito de obter a compreensão das especificidades do público que vieram a responder as questões. As indagações posteriores, que consistem nos 6 (seis) outros pontos, servem para abordar a percepção dos atores locais acerca do objeto de estudo, que é a vaquejada.

Após a coleta dos dados, cabe recorrer a Alves (2008, p.231), o qual afirma que “uma técnica que auxilia na interpretação do método e dos conteúdos teóricos é a das palavras-chave. Essa análise do discurso e do conteúdo nas obras são técnicas que permitem ao pesquisador entender os escritos, mas lembrando de que se deve analisar associada à conjuntura social, econômica e política nacional e internacional [...].” Por isso, para melhor compreensão dos dados qualificáveis os mesmos serão analisados mediante o procedimento de “palavras-chave”. Já tabulação dos dados, deu-se no *Microsoft Office Excel*, e as análises ofertaram a construção de gráficos e tabelas.

Uma palavra-chave, na recuperação de informação, é um termo que capta a essência do tema de um documento, explicada como “Descriptora” por Calvin Mooers, Cientista da computação americano conhecido por seu trabalho na recuperação de informação, em 1948 [3]; Elas, no ramo da biblioteconomia, compõem um vocabulário controlado para uso em registros bibliográficos (LEITE, 2016, p.15).

Segundo Leite, a captura da essência dos termos respondidos nas entrevistas semiestruturadas são criadas por meio da análise manual de documentos com a indexação (classificação) de assuntos ou automaticamente com uma indexação (classificação) automática ou através de métodos sofisticados. As palavras chaves podem ser representadas de diferentes formas, seja através de uma simples lista com o intuito de categorizar um documento. Este trabalho utilizou o método mais simples, manual, para organizar as

palavras-chaves citadas pelos entrevistados. Averiguando, passo a passo, a frequência pela qual as palavras iguais apareciam nas respostas.

3. RESULTADOS DA ARTICULAÇÃO PRÁTICA

3.1 As entrevistas e análises dos dados referentes à vaquejada de Surubim

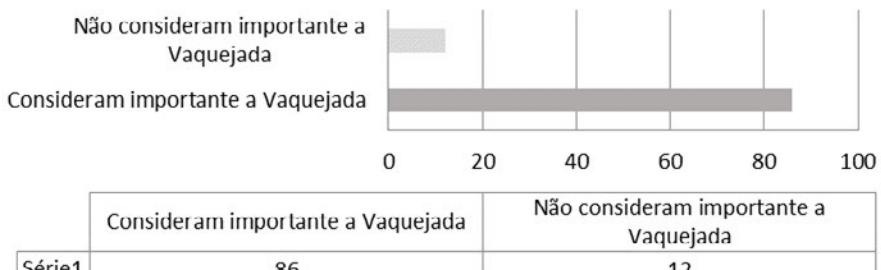
Esta proposta, a qual se pautou no objetivo de investigar os novos usos do território em contraponto a gênese da Vaquejada na cidade de Surubim-PE, possibilitou o entendimento de como trabalhar a noção de identidade no ensino da Geografia.

Primeiramente, para serem alcançados os objetivos desse escrito, precisou-se ir a campo, proferir uma pesquisa qualitativa acerca dos novos usos vislumbrados no território da Vaquejada. A Escola selecionada localiza-se no município de Surubim e no estado de Pernambuco. A mesma é da rede estadual de ensino, possui aproximadamente 1.400 (mil e quatrocentos) alunos, atendendo do 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio.

As indagações em forma de entrevista (Pesquisa semiestruturada), nessa perspectiva, foram ofertadas para discentes dos 1º anos e 3º anos do Ensino Médio, uma vez que – respectivamente – é o primeiro ano de imersão dos alunos em um nível médio, pautando-se em experiências novas, e o último ano, de regressão, com experiências mais rebuscadas por parte do alunado.

Sendo assim, visto isso, a primeira pergunta comprobatória da pesquisa trata da importância da Vaquejada para o município surubinense, visto que se faz presente à necessidade de se entender os novos usos no território da mesma, assim como sua perpetuação na identidade dos cidadãos. Nesse entendimento, os alunos do 1º ano E. M., a partir do gráfico 1, externaram as suas respostas.

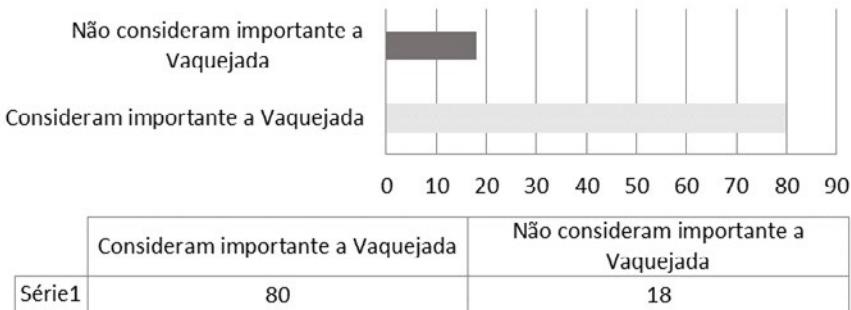
Gráfico 1 – A Vaquejada de Surubim e sua importância para os entrevistados do 1º ano



FONTE: Elaboração própria (2019)

Por meio do gráfico anterior, constata-se que dos 98 (noventa e oito entrevistados), 86 (oitenta e seis) consideram a Vaquejada de Surubim importante, enquanto que 12 (doze) não consideram importantes. Percebe-se, desse modo, que o esporte/festividade possui certa relevância generalizada entre os discentes da escola campo de pesquisa. Já os alunos do 3º ano E. M., através do gráfico 2, destoem razoavelmente do 1º ano E.M.

Gráfico 2 – A Vaquejada de Surubim e sua importância para os entrevistados do 3º ano E.M.

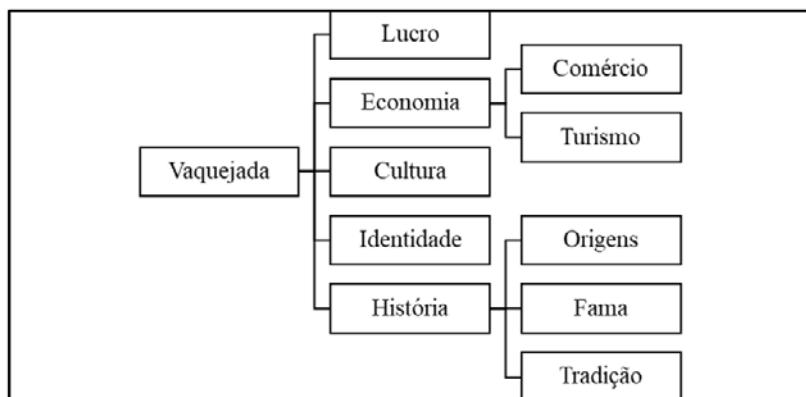


Fonte: Elaboração própria (2019)

Defronta-se que em meio a 98 (noventa e oito entrevistados), 80 (oitenta) consideram a Vaquejada de Surubim importante, enquanto que 18 (dezoito) não a consideram importante. Comparando as respostas dos entrevistados dos 1º anos e 3º anos, a partir dos gráficos 7 e 8, constata-se que o número dos discentes dos 1º anos é mais expressivo ao retratar a importância da Vaquejada em relação aos 3º anos. Porém, mesmo desse modo, há um número expressivo de alunos que consideram o esporte/festividade importante na cidade.

Buscando justificar esta indagação, requereu-se nas entrevistas que o alunado pontua-se o porquê de considerarem a Vaquejada importante. As respostas dos mesmos foram organizadas no esquema da figura 2 abaixo, o qual está estruturado no método de palavras-chave. Este consiste, de acordo com Leite (2016), na escolha de palavras que apareçam com maior frequência ao longo das respostas dos entrevistados, podendo o viés empírico ser utilizado para diferenciá-las.

Figura 2 – A importância da Vaquejada de Surubim mediante o método empírico de palavras-chave



Fonte: Elaboração própria (2019)

As palavras descritas acima apareceram com bastante frequência nas respostas dos 198 entrevistados, das séries do 1º e 3º ano do Ensino Médio.

Os discentes argumentaram que a Vaquejada é importante devido movimentar a economia, trazer lucros, alavancar o comércio e o turismo em alguns dias da semana. Porém, também pontuaram a cultura, assim como a identidade, a relevância da mesma na história, devido as suas origens, fama e tradição.

Visando atender os objetivos dessa abordagem, ocorreu a necessidade de recorrer ao gráfico 3, que traz os eventos (derrubada do boi, shows, derrubada de boi e shows e nenhuma das opções) onde os entrevistados percorrem quando a Vaquejada ocorre. De acordo com os alunos do 1º ano do E.M. seguem as informações abaixo:

Gráfico 3 – Ida dos estudantes do 1º E.M. aos eventos da Vaquejada de Surubim



Fonte: Elaboração própria (2019)

No que tange a ida dos estudantes das turmas dos 1º anos aos eventos durante a Vaquejada, dos 98 (noventa e oito) entrevistados, 23 (vinte e três) opinaram pela ida apenas a derrubada de boi; 18 (dezoito) opinaram pela ida apenas aos shows; 30 (trinta) opinaram pela ida a derrubada de boi e shows; e 27 (vinte e sete) opinaram por nenhuma das opções. Com isso, percebe-se que somando o número de pessoas que frequentam a derrubada de boi e shows e apenas a derrubada de bois, dará 53 (cinquenta e três) pessoas, enquanto que 45 (quarenta e cinco) pessoas somando apenas os shows e nenhuma das opções. Constatando, desse modo, que os discentes do 1º ano ainda têm o hábito de frequentar o esporte durante os eventos ocorridos na Vaquejada.

Comparando aos discentes dos 3º anos E. M. é válido analisar o gráfico 4 abaixo:

Gráfico 4 – Ida dos estudantes do 3º E.M. aos eventos da Vaquejada de Surubim



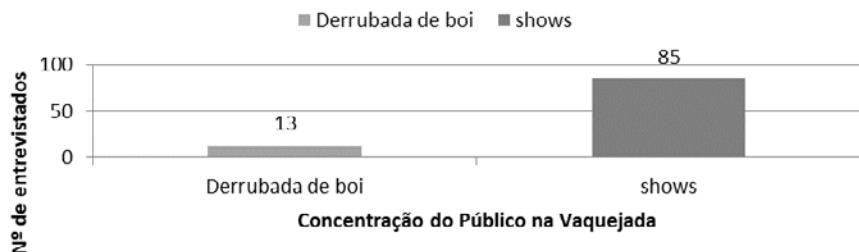
Fonte: Elaboração própria (2019)

Referindo a ida dos discentes das turmas dos 3º anos aos eventos durante a vaquejada,

dos 98 (noventa e oito) entrevistados, 17 (dezessete) opinaram pela ida apenas a derrubada de boi; 13 (treze) opinaram pela ida apenas aos shows; 25 (vinte e cinco) opinaram pela ida a derrubada de boi e shows; e 43 (quarenta e três) opinaram por nenhuma das opções. Com isso, percebe-se que somando o número de pessoas que frequentam a derrubada de boi e shows e apenas a derrubada de boi, dará 42 (quarenta e duas) pessoas, enquanto que 56 (cinquenta e seis) pessoas somando apenas os shows e nenhuma das opções. Constatando, desse modo, que os discentes do 3º ano vêm perdendo o hábito de frequentar o esporte durante os eventos ocorridos na vaquejada, contrapondo-se ao resultado elencado pelos 1º anos na mesma instituição de ensino.

A análise dos novos usos do território fica explícita no gráfico 5 abaixo, onde a indagação proferida aos discentes dos 1º anos do E. M. acerca da discrepancia do público na vaquejada de Surubim oferta-nos as seguintes informações:

Gráfico 5 – Diferença de público na Vaquejada pelo olhar dos 1º anos do E. M.

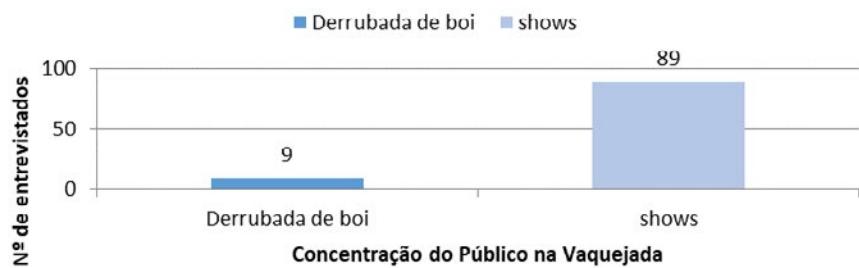


Fonte: Elaboração própria (2019)

No gráfico 5, constata-se que do alunado dos 1º anos entrevistados, entre os 98 (noventa e oito), 85 (oitenta e cinco) discentes consideram que há mais público durante os shows, enquanto que 13 (treze) discentes consideram que há mais público na derrubada de boi. Salvo as especificidades dos dois eventos, é pertinente ressaltar que a *estandardização* da cultura nos tempos hodiernos perpassa os questionamentos e respostas da pesquisa ora mencionada.

Já ao comparar a análise anterior, cabe mencionar o gráfico 6, o qual traz as especificidades dos alunos dos 3º anos entrevistados.

Gráfico 6 – Diferença de público na Vaquejada pelo olhar dos 3º anos do E. M.



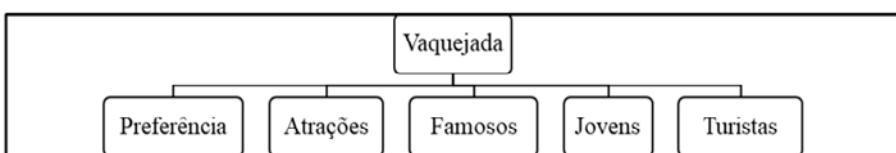
Fonte: Elaboração própria (2019)

Nesse gráfico, constata-se que do alunado dos 3º anos entrevistados, entre os 98 (noventa e oito), 89 (oitenta e nove) discentes consideram que há mais público durante os shows, enquanto que 9 (nove) discentes consideram que há mais público na derrubada de boi. Cabe mencionar que os 3º anos vislumbram um maior público nos shows, com ainda maior expressividade do que os 1º anos.

Contanto, não se pode esquecer-se das especificidades dos dois eventos – horários, espaço ocupado, atrações – as quais determinam diretamente no quantitativo de pessoas. Mesmo sabendo que na gênese da Vaquejada a derrubada de boi era o mais procurado pelo público, as festividades era apenas um complemento. Atualmente essa ideia vem sendo contrariada.

Visando justificar esta questão, requereu-se nas entrevistas que os alunos pontuassem o porquê deles considerarem que há mais público durante os shows do que na derrubada de boi no evento da Vaquejada. As respostas dos mesmos foram organizadas no esquema da figura 3 abaixo, o qual está estruturado, assim como esquema da figura 3, no método de palavras-chave.

Figura 3 – A concentração de público na Vaquejada de Surubim e o método de palavras-chave



Fonte: Elaboração própria (2019)

As palavras descritas acima apareceram com bastante frequência nas respostas dos 198 entrevistados, das séries do 1º e 3º ano do Ensino Médio. Estes pontuaram que há mais público nos shows propício à preferência ao divertimento; porque as atrações são boas e trazem pessoas famosas; devido o público jovem frequentar em peso; e, ainda, por ocorrer à atração de muitos turistas.

Para tanto, a análise geral dos dados descritos ao longo desse trabalho, vem ofertar subsídios para consolidar o objetivo do mesmo, que é entender a gênese da Vaquejada em relação aos seus novos usos, sendo subsidiado pelo ensino da Geografia.

3.2 Constatações realizadas através da prática do estudo

A utilização de dados foi de extrema importância para compreender a vaquejada surubinense na atualidade. Contanto, não apenas esse tipo de constatação se deu, fez-se necessária também a visitação na área estudada.

O evento ocorreu em 2019, nos dias 11, 12, 13, 14 e 15 de setembro. Cabe referir que durante esses dias ocorre eventos como: o futboi (FIGURA 4), a derruba de boi (FIGURA 5), os shows (FIGURA 6), a missa do vaqueiro (FIGURA 7) e a cabaceira (FIGURA 8).

Figura 4 – O Futboi (A)



Figura 5 – A derrubada de boi (B)



Figura 6 – Os Shows (C)



Figura 7 – A Missa dos Vaqueiros (D)



Figura 8 – A Cabaceira (E)



*A – Futboi / *B – Derrubada / *C – Shows / *D – Missa dos Vaqueiros / * E – Cabaceira

Fonte: Surubim News (2019)

No dia 11, a vaquejada foi iniciada com o futboi, perante figura 4, este é chamado assim devido a um grupo de jogadores que se reúne para jogar no parque da derrubada juntamente com os bois. Já a partir do dia 12, até o dia 15, ocorreu a derruba de boi no parque, conforme figura 5, ou seja, o famoso esporte que fez a vaquejada de Surubim construir o nome que tem hodier-namente. Ao que concerne os shows, de acordo com a figura 6, começaram no dia 11 e se estenderam até o dia 15, com atrações famosas e renomadas do Brasil, as quais atraíram grande público. Não se deve esquecer da missa do vaqueiro, mediante figura 7, que é um desfile de cavalos na avenida prin-ci-pal da cidade, a São Sebastião. Segundo Medeiros (2007), essa missa ocorre desde a gênese da festa de mourão, chamando toda a população para assistir à derrubada. Entretanto, ano a ano, o público na área que a cavalgada passa vem diminuindo. A cabaceira, bairro famoso de Surubim, onde atraí turistas e citadinos durante o evento da vaquejada com grandes reboques, intitulou o nome de um grande encontro de jovens, que também faz parte de uma descaracterização cultural, conforme figura 8.

Após as observações e constatações *in loco*, tornou-se impreterivelmen-te essencial levar para os discentes entrevistados através deste trabalho os

dados tratados e analisados, assim como a percepção do que foi visto nos dias do evento na cidade, desde o futboi até os shows.

Para tanto, uma palestra (FIGURA 9) com os resultados principais foi realizada, concomitantemente a uma oficina (FIGURA 10), na qual dinâmicas se deram com o objetivo de estimular a identidade local através da intervenção geográfica. Ainda, deve-se citar o aplicativo para smartphone (FIGURA 11) que foi confeccionado, visando, após a palestra e oficina, que os estudantes o baixassem e respondessem ao *quiz* presente nele, a fim de que conseguissem fixar as informações passadas e também aprender mais sobre a vaquejada de forma dinâmica. E assim, o fez.

Figura 9 – Palestras com os discentes entrevistados (A)



Figura 10 – Oficina com os discentes entrevistados (B)



Figura 11 – Apresentação do aplicativo (C)



*A – Palestra / *B – Oficina /

*C – Aplicativo

Fonte: Elaboração própria (2019)

Cabe ressaltar que, perante a figura 9, a palestra foi proferida em uma escola estadual da cidade de Surubim, com uma boa parcela dos discentes entrevistados. Na oportunidade, ocorreu a exposição, em primeiro momento, da caracterização do recorte de estudo (a cidade de surubim e o parque J. Galdino), logo depois, o estudo teórico foi abordado de maneira simplista e, os resultados fizeram-se presentes através de gráficos, tabelas e esquemas. Por fim, o aplicativo foi apresentado aos discentes e requerido que baixassem para responder o *quiz* presente no mesmo.

Já, de acordo com a figura 10, a oficina deu-se mediante a constituição de três dinâmicas, as quais foram: quebra-cabeça, caça-palavras, palavra-chave.

Conforme a figura 11, o aplicativo para *smartfone* foi uma forma encontrada por esta abordagem para consolidar a apreensão das informações por partes dos alunos da escola da rede regular de ensino trabalhada, salvo o público entrevistado. Visto que, na atualidade, os jovens têm acesso mais facilitado ao celular, sendo assim àqueles que baixaram, passaram a identificar particularidades da vaquejada, não observando a mesma como apenas os shows, mas sim como detentora de um grande valor cultural, o ensino da geografia em toda sua complexidade contribuiu para esse olhar.

Após todas as constatações obtidas ao longo dessa seção, vislumbra-se o teor de relevância ao trazer a Geografia para estudos que abarquem os novos usos do território e o estímulo à identidade local, uma vez que a disciplina lida com as diversas interações que ocorrem no espaço.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou compreender os novos usos do território na Vaquejada de Surubim através dos processos de *mercadorização* e *estandardização* da cultura. Sendo, a Geografia, nesse cenário, uma ciência para entender as transformações, assim como contribuir no estímulo à identidade local.

No tocante, para alcançar o entendimento dessa realidade, recorreu-se a alguns objetivos específicos. Dentre eles, o que visou analisar as caracte-

rísticas da Vaquejada foi de extrema relevância para comprovar o problema dessa pesquisa. Mas para isso, entrevistas semiestruturadas serviram como elemento comprobatório da abordagem.

Após o estudo da amostra de discentes de uma escola da rede estadual surubinense, constatou-se que o público nos eventos da Vaquejada tem maior expressividade nos shows; observou-se também que um quantitativo expressivo de discentes ainda frequentam a derrubada de boi, no entanto o número de alunos que não frequentam é elevado; notou-se que os estudantes consideram a Vaquejada importante para a cultura de Surubim, mas têm os shows como maior foco, evidenciando assim, os nossos usos dados ao território do evento, antes apenas para o esporte e reunião de famílias.

Como já esmiuçado na seção de análise de dados, os gráficos, tabelas e esquemas permitem o desenvolvimento da ideia inicial do que vem a ser a Vaquejada para os moradores da cidade. Ou seja, uma cultura, forte e relevante. Contanto, mesmos para esses, percebe-se mediante a pesquisa que o viés identitário vem se perdendo na atualidade.

Para tanto, almeja-se a fim de consolidar e estimular a identidade local nos discentes, a realização de uma palestra em consonância a uma oficina didática e explicativa acerca do quem vem a ser a vaquejada (esporte) para a cultura do município de Surubim. Atrelado a esses afazeres, um aplicativo em forma de *quiz* foi construído, com o objetivo de analisar se a exposição oral e a oficina contribuíram para a compreensão do alunado na escola campo de estudo.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v.4, n.1, 2008. 231p.

CALLAI, H. C. **A Geografia e a escola:** muda a geografia? Muda o ensino? São Paulo: Terra Livre, 2001. 136p.

CANDAU, V. M. (Org.). **A didática em questão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARLOS, A. F. A. (Org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 26, 28.

CASTELLAR, S. M. V. **A formação de professores e o ensino de Geografia**. São Paulo: Terra Livre, 1999.

LEMOS, A. Cibercultura, cultura e identidade. Em direção a uma “Cultura Copyleft”? **Revista Contemporânea**, Bahia, v.2, n.2, p.9-22, 2004. p. 19, 20.

LEITE, E. M. **Descoberta automática de palavras-chave para classificação de textos**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. p.16.

MEDEIROS, A. P. G. Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII. **Revista Urutágua**, Rio de Janeiro, n.21, p.1-15, 2010. p 57.

MEDEIROS, L. A. **Surubim**: A história de todos os tempos. Surubim: Editora Gráfica Agreste Ltda, 2007. p. 57, 113, 114, 117, 119, 122.

SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Revista Social USP**, São Paulo, v.5, n.2, p.31-52, 1994. p. 30, 32.

Vaquejada de Surubim. **Surubim News**, 15, setembro, 2019. Disponível em: <<http://www.surubimnews.com.br/>> Acesso em 02 de nov. de 2019.



O LÚDICO NA SALA DE AULA DE GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM EM UMA TURMA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BREJÃO - PE

Geovana de Oliveira Monteiro

Bruna Gonçalves da Costa Bezerra

Ana Maria Severo Chaves

Clélio Cristiano dos Santos

RESUMO

A proposta desse texto é refletir sobre o lúdico enquanto ferramenta facilitadora no processo de ensino-aprendizagem da disciplina de Geografia. Para tanto, analisou-se a experiência vivenciada em uma turma de 6º ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal do município de Brejão - PE, evidenciando o entendimento que a docente e seus discentes apresentam sobre o lúdico. A partir de uma abordagem crítica, embasada na pesquisa bibliográfica sobre o tema, verificou-se, junto à docente e aos discentes, através da observação das aulas e da aplicação de formulários, a forma como o lúdico se insere no processo de ensino-aprendizagem da Geografia. Constatou-se que, apesar das atividades lúdicas colaborem propósitivamente na construção de saberes, a docente não faz uso do lúdico em suas

aulas, desenvolvendo uma prática mais tradicional centrada no uso do livro didático e no quadro branco. Os discentes, por sua vez, relataram o desejo de realização de atividades diferenciadas que lhes possibilissem uma maior interação e compreensão dos conteúdos abordados em sala de aula. A partir do desenvolvimento de atividades lúdicas, portanto, é possível estimular uma autonomia na construção de saberes, contribuindo para formação de cidadãos atuantes e críticos.

Palavras-Chave: Ludicidade. Ensino de Geografia. Educação Básica.

1. INTRODUÇÃO

O processo de ensino-aprendizagem é complexo e demanda interações recíprocas entre o ato de ensinar, desenvolvido pelo docente, enquanto mediador dos conteúdos do currículo escolar, e o ato de aprender, construção feita pelos discentes em seu cotidiano. É importante que essa mediação desenvolvida seja pensada pela interligação/encontro entre os conceitos do cotidiano, vivenciado pelos discentes, com os conceitos científicos, presentes nos livros didáticos ou trazidos de outras leituras para a sala de aula.

Nesse sentido, a palavra lúdico, em sua etimologia, revela possibilidades, pois de origem latina, “*ludus*” é definido pelo dicionário como: “Relativo a jogos, brinquedos e divertimentos” (FERREIRA, 2001, p. 433), carregando consigo indicações que podem vir a estimular e agregar valores na construção do ensino-aprendizagem. A partir da ludicidade é possível os docentes desenvolverem aulas mais dinâmicas, agregando atividades que insiram os discentes em situações de aprendizagens ativas por meio de jogos, dinâmicas, construção de material didático, entre outras possibilidades.

Enquanto recurso didático, a utilização do lúdico facilita a participação, o empenho, a cooperação, a reflexão e a motivação, entusiasmando o discente em sala de aula. As atividades lúdicas proporcionam o despertar da criatividade e da curiosidade do discente, possibilitando-o, em seu coti-

diano, um contínuo aprimoramento e a aquisição de novos conhecimentos (MONTEIRO et al., 2019).

No âmbito da Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar embasada em um corpo conceitual e uma linguagem geográfica, “[...] que são requisitos para análise dos fenômenos do ponto de vista geográfico” (CAVALCANTI, 2013, p. 88), o uso do lúdico possibilita que as aulas se tornem mais atrativas e participativas, proporcionando a aquisição de conhecimentos de forma mais significativa. No ensino da Geografia, são inúmeras as possibilidades de inserção de atividades lúdicas, sendo de competência do docente explorar o uso de materiais lúdicos que aproximem o conhecimento geográfico da vivência dos discentes, proporcionando o desenvolvimento de uma análise mais ampla da realidade socioespacial e a formação de cidadãos críticos.

Nesta assertiva, vários trabalhos (CAVALCANTI, 2012; MALUF, 2003; SANTOS, 1999; SILVA, 2013) discutem a importância da inserção do lúdico nas salas de aula em razão da sua capacidade atrativa e dinamizadora do processo de ensino-aprendizagem. Diante disso, buscou-se apreender a forma como o lúdico se insere no processo de ensino-aprendizagem, através da análise do entendimento que a discente e os docentes de uma turma do 6º ano do ensino fundamental apresentavam sobre a temática nas aulas de Geografia, da Escola Municipal Intermediária João Cabral da Silva Filho, no município de Brejão – PE.

Para tanto, realizou-se visitas à escola campo de estudo, visando, a princípio, conhecer a estrutura física, a dinâmica de funcionamento, o corpo de funcionários e a turma analisada por essa pesquisa. A opção por trabalhar com uma turma de 6º ano se justifica pelo fato da mesma representar a transição dos anos iniciais para os anos finais do ensino fundamental, momento em que ocorre uma expressiva ruptura no desenvolvimento de atividades lúdicas por parte dos docentes dos anos finais.

Em outro momento, realizou-se a observação das aulas ministradas na turma do 6º ano, visando apreender a forma como as atividades lúdicas se inseriam no processo de ensino-aprendizagem da Geografia. Dando sequên-

cia, buscou-se identificar, através da aplicação de formulários, sem um rigor estatístico, o entendimento que a docente e os discentes da turma estudada apresentavam sobre o lúdico. Foram aplicados 26 formulários, abarcando a totalidade dos discentes com assiduidade nas aulas de Geografia.

O formulário aplicado junto à docente foi estruturado com perguntas abertas, com intuito de se obter informações acerca do entendimento da ciência geográfica, da ludicidade e de sua prática docente. Quanto ao formulário dos discentes, o mesmo apresentou questões abertas e de múltipla escolha, buscando-se identificar a compreensão que eles apresentavam sobre a disciplina Geografia, o lúdico, a prática da docente e a proposição de atividades diferenciadas.

Discute-se, assim, a princípio, os principais aspectos teóricos acerca do papel do processo de ensino-aprendizagem e o lúdico. Em seguida, apresenta-se os principais resultados da pesquisa acerca da compreensão que docente e discentes possuem em relação ao lúdico, à Geografia e ao processo de ensino-aprendizagem nas aulas de Geografia numa turma de 6º ano do ensino fundamental no município de Brejão – PE.

2. O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E O LÚDICO

O processo de ensino-aprendizagem envolve um conjunto de interações, oportunidades e experiências voltado para uma contínua construção de uma aprendizagem significativa e contextualizada. Para tanto, é preciso que o docente, enquanto mediador de conhecimentos, utilize métodos e técnicas adequados e embasados não apenas no contexto geral dos conteúdos curriculares, mas também no conhecimento local e do cotidiano, de uma maneira que os conhecimentos prévios dos discentes sejam encarados como uma ponte para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

A relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do docente que ensina para um discente que aprende. Sendo algo bem diferente disso, comprehende uma relação recíproca, na qual se destacam o papel dirigente do docente e a atividade dos discentes na ne-

cessidade de refletir um ensino voltado a uma aprendizagem ativa, visando estimular, dirigir, incentivar, impulsionar os discentes (LIBÂNEO, 1994).

O docente deve buscar desenvolver atividades criativas, reflexivas e críticas, não depender somente do que já está pronto nos livros didáticos, mas utilizar novas técnicas, elaboradas por ele ou não, fazendo, assim, a diferença na sala de aula e proporcionando dinamicidade e momentos interativos. É necessário também estar em constante aperfeiçoamento, evitando assim pautar suas aulas apenas em procedimentos tradicionais de aulas expositivas e atividades escritas.

De acordo com Freire (1996), ao pensar criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática. Dessa forma, compete ao docente avaliar sua prática de ensino na busca de melhorias, descobrindo, assim, caminhos que ajudem os discentes a se tornarem sujeitos pensantes e críticos, capazes de lidar com conceitos e argumentar diante de dilemas e problemas da vida cotidiana.

O docente crítico-reflexivo é aquele profissional que tem competência para pensar sua prática com qualidade, crítica e autonomia, tendo como base referenciais teóricos científicos (CAVALCANTI, 2012). Cada docente deve desenvolver, de maneira particular, uma análise crítico-reflexiva para formar cidadãos.

Nessa perspectiva, Paulo Freire considera que:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão[...]. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. (FREIRE, 1996, p. 14).

A construção do diálogo, para Freire (1983), é outro importante instrumento no processo de ensino-aprendizagem, em razão de possibilitar o encontro, solidarizando o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado. O diálogo, portanto, envolve a re-

alidade objetiva e os diferentes significados que cada pessoa constrói acerca dessa realidade.

O processo de aprendizagem tem um vínculo direto com o cotidiano dos indivíduos, envolve não só as condições de vida do mesmo, mas também a sua relação com o ambiente escolar e o estudo. Com isso, o docente, como facilitador dessa aprendizagem, deve ter conhecimento desse processo, buscando aproveitar “[...] o potencial que o indivíduo traz e valorizar a curiosidade natural da criança”. É importante que o docente valorize os conhecimentos prévios dos discentes, fazendo com que haja, a partir da interação dos mesmos, o compartilhamento de ideias para que ocorra a construção de novos saberes, facilitando de maneira positiva o processo de ensino-aprendizagem (BRUNER, 1991, p. 122).

É preciso que o discente ocupe uma posição central no processo de ensino-aprendizagem, como sujeito que conhece e é capaz de construir conhecimentos, estando apto às modificações que este provoca. O discente não pode ser visto como um sujeito receptor dos conhecimentos ensinados em sala de aula, mas, sim, como um sujeito capaz de construir de modo crítico sua formação de saberes.

Nesse sentido, destaca-se a importância do uso do lúdico em sala de aula, o qual compreende a realização de jogos, dinâmicas ou brincadeiras direcionadas à aprendizagem de um tema ou conteúdo, sob a mediação do docente, com a intenção de variar e inovar a prática didática, facilitando a compreensão dos discentes e instigando a busca pelo conhecimento. Para Zanatta (2014, p. 21), as atividades lúdicas revelam e apoiam o desenvolvimento do discentes.

O lúdico desempenha um papel vital na aprendizagem, pois através desta prática o sujeito busca conhecimento do próprio corpo, resgatam experiências pessoais, valores, conceitos buscam soluções diante dos problemas e tem a percepção de si mesmo como parte integrante no processo de construção de sua aprendizagem, que resulta numa nova

dinâmica de ação, possibilitando uma construção significativa (PINTO; TAVARES, 2010, p. 233).

Acredita-se, assim, que o lúdico, sendo trabalhado dentro do planejamento do docente, apresenta-se como uma possibilidade de tornar a sala de aula um ambiente mais atraente e as aulas mais atrativas, despertando um maior interesse dos discentes, proporcionando-os prazer ao aprender. Vale ressaltar que a ludicidade não traz só descontração, mas também desperta a socialização, a criatividade e a autonomia dos discentes e proporciona aos docentes diversas maneiras de se trabalhar em sala de aula.

3. O LÚDICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA SOB A PERSPECTIVA DA DOCENTE

É de fundamental relevância que o docente seja qualificado em seu campo de atuação profissional. Só assim evidenciará sua competência no que diz respeito a sua formação e mostrará domínio ao lecionar. Estando apto a novas metodologias, usando de sua criatividade para buscar novos meios que possam auxiliar em uma aprendizagem mais significativa.

De acordo Bulgraen (2010) citado por Junckes (2013, p. 4), “[...] o professor deve se colocar como ponte entre o estudante e o conhecimento para que, dessa forma, o aluno aprenda a ‘pensar’ e a questionar por si mesmo e não mais receba passivamente as informações como se fosse um depósito do educador”.

O discente deve se sentir instigado, promovendo a socialização dos temas abordados para a construção das suas próprias concepções e consequentemente na formação de sua criticidade cidadã. A partir deste princípio, os docentes devem procurar utilizar vários recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que os discentes compreendam o conteúdo exposto, dialogando, criando, desenvolvendo, enfim, apreendendo da melhor maneira possível.

No âmbito dessa pesquisa, buscou-se apreender, através da observação das aulas e da aplicação de um formulário junto à docente responsável pelas

aulas de Geografia no 6º ano da escola campo de estudo, informações acerca do entendimento da ciência geográfica, da ludicidade e de sua prática docente. Nesse sentido, traçou-se, a princípio, o perfil da docente, no intuito de embasar a análise sobre as questões norteadoras do estudo em curso.

A docente possui licenciatura em Geografia e especialização em ensino de Geografia pela Universidade de Pernambuco (UPE) – *Campus Garanhuns*. Exerce a docência há 14 anos, atuando nos anos finais do ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trabalha, através de contrato, na Escola Intermediária João Cabral da Silva Filho há 02 (dois) anos. É a única docente de Geografia na escola, ministrando aulas em 08 (oito) turmas, sendo 07 (sete) no ensino fundamental e 01 (uma) no EJA, atuando sempre no período vespertino.

Avançando na discussão, comprehende-se que a Geografia é uma ciência que estuda e busca explicar o espaço produzido pelo homem, o espaço geográfico. Um espaço social, concreto e em constante movimento. Um espaço complexo, cujo estudo requer uma análise da dinâmica da relação sociedade e da natureza (CAVALCANTI, 2002).

A partir desse entendimento, questionou-se a compreensão que a docente possui acerca da Ciência Geográfica e a sua importância, obtendo-se a seguinte resposta:

“A Geografia é uma ciência importante, pois busca compreender todos os fenômenos do mundo. E acho importante para a formação de um cidadão crítico e reflexivo”.

A resposta da docente atribui à Geografia uma abrangência que extrapola o seu objeto de estudo, haja vista que a mesma não abarca todos os fenômenos do mundo. Também não é feita nenhuma menção ao entendimento do espaço geográfico, não sendo possível estabelecer uma relação acerca da importância dessa ciência. Há ainda, uma ênfase ao papel crítico-reflexivo da Geografia na sociedade, muito embora não tenham sido apresentados os nexos da ciência geográfica com a Geografia escolar.

O papel da Geografia na escola é o de contribuir para a formação geral dos cidadãos ao possibilitar o desenvolvimento da capacidade de apreensão da realidade do ponto de vista da sua espacialidade. A formação desse raciocínio espacial demanda conceitos geográficos que possibilitam aos discentes localizar e dar significação aos lugares, pensar nessa significação e na relação que eles têm com o cotidiano (CAVALCANTI, 2002).

No entanto, a disciplina de Geografia, muitas vezes, não desperta interesse dos discentes, devido à monotonia adotada em sala de aula por grande parte dos docentes. Isso exige dos mesmos que façam uma análise sobre a didática exercida em sala, fazendo uso de diversas estratégias que ajudem nesse processo, apesar do pouco recurso que se tem acesso.

No tocante à sua prática em sala de aula, solicitou-se que a docente descrevesse as suas aulas, considerando a forma como aborda os conteúdos, os recursos utilizados e as atividades desenvolvidas. A docente descreveu as suas aulas de Geografia no 6º ano da seguinte forma:

“Muito proveitosa, pois busco sempre estar atualizada e trabalho da melhor maneira possível com o que tenho disponível”.

A docente descreve suas aulas como proveitosa em razão de conseguir trabalhar vários conteúdos no pouco tempo que dispõe, haja vista que só ministra duas aulas semanais no 6º ano. A questão da disponibilidade de recursos didáticos também é lembrada, destacando fazer o melhor possível com o que dispõe. Observou-se, entretanto, que o livro didático e o quadro são os principais recursos utilizados pela docente em sala de aula.

É sabido que essa questão da disponibilidade de recursos didáticos é um problema na maioria das escolas públicas. E essa também é a realidade da escola campo de estudo dessa pesquisa, onde são escassos os recursos didáticos. Na escola, por exemplo, existe apenas um parelho de multimídia para todos os docentes.

Todavia, de acordo com Souza (2007), como o recurso didático comprehende todo material utilizado no processo de ensino-aprendizagem, não é

preciso aguardar pela disponibilidade de aparelhos multimídias, pois o uso de revistas, jornais e outras fontes similares podem tornar as aulas mais atrativas, mudando a rotina do ensino tradicional.

Associado isso, a utilização de recursos didáticos como jogos, construção de painéis, entre outras atividades que podem tornar as aulas mais atrativas, possibilita que os discentes aprendam de maneira dinâmica e prazerosa, uma vez que proporciona mais envolvimento e interações com o conteúdo ministrado.

Diante disso, o mais importante não é a existência do recurso didático, mas a maneira como ele é utilizado, pois o docente precisa vincular o conteúdo e o recurso ao contexto do discente, haja vista o intuito de formar cidadãos crítico-reflexivos em relação ao seu contexto social. Compete, então, ao docente e à Escola essa responsabilidade de buscar uma melhor aprendizagem.

A questão de se manter atualizada foi outro aspecto levantado pela docente enquanto requisito para o bom desenvolvimento de suas aulas. Muito embora tenha apresentado dificuldades em explicar o que entende por Geografia, a docente destacou a importância dos conteúdos geográficos possibilitar que os discentes aprendam a se localizar no espaço, a cuidar do planeta e a compreender o conjunto de interações entre a sociedade e a natureza.

A docente, no entanto, não fez referência ao fato da ciência geográfica proporcionar ao discente a construção e a interrelação de conceitos e teorias com o espaço vivido, possibilitando uma reflexão do mundo em que ele está inserido e a interpretação das diferentes relações e dos diversos espaços.

Nesse sentido, o lúdico oferece um caminho para aproximar o conhecimento geográfico da vivência dos discentes, pois desperta criatividade, criticidade e habilidade, estimulando-os a buscarem conhecimentos. A partir das atividades lúdicas, o discente percebe que o aprendizado, quando relacionado ao seu cotidiano, resultará em uma aprendizagem mais significativa (MONTEIRO et al., 2019).

Seguindo esta tônica, questionou-se a docente acerca do seu entendimento sobre o lúdico e também sobre a forma como as atividades lúdicas estão inseridas em suas aulas de Geografia no 6º ano. Com relação a esses questionamentos, a docente se posicionou da seguinte forma:

“O lúdico é uma forma diferente de ministrar os conteúdos, ele é uma boa ferramenta para trabalhar em sala, porém vai depender do conteúdo. E devido ao pouco tempo das aulas raramente utilizo”.

Ao falar do lúdico, a docente reconhece a sua importância, enquanto recurso didático, relacionando-o a uma forma diferente de ministrar aulas. No entanto, apesar de reconhecer a importância da ludicidade nas aulas de Geografia, demonstrou desconhecer o seu potencial, ao limitar a sua aplicabilidade a alguns conteúdos e ao afirmar que raramente faz uso de atividades lúdicas em suas aulas, em razão das limitações de carga-horária.

Nesse sentido, contatou-se, a partir da observação das aulas da docente, uma prática mais tradicional, caracterizada pela leitura e resolução de atividades no livro didático e anotações no quadro branco. Os discentes, em geral, não demonstram envolvimento na aula, limitando-se, em caso de dúvidas, a fazer alguns questionamentos.

Ainda sobre o lúdico na sala de aula, solicitou-se à docente que expusesse a sua opinião sobre a contribuição da ludicidade para a aprendizagem dos discentes. A docente respondeu o seguinte:

“Quando se sentem desafiados, [os discentes] acabam produzindo mais”.

A resposta, dessa vez, relacionou o lúdico ao jogo, dando ênfase à competição. A docente apresentou o entendimento do jogo como recurso pedagógico e uma possibilidade de inovação dentro do processo de ensino. Todavia, convém frisar que a competição não pode ser o foco principal e é imprescindível que o docente controle a disputa entre os discentes nos jogos, destacando que o verdadeiro objetivo é aprender conceitos, desenvolver habilidades e interagir (MONTEIRO et al., 2019).

Diante disso, constata-se que, através das atividades lúdicas, é possível o docente proporcionar, com mais facilidade, a interação e a assimilação dos conteúdos vivenciados. Para tanto, o lúdico pode ser trabalhado, de diferentes formas, como um meio facilitador no processo de ensino-aprendizagem.

4. O LÚDICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA SOB A PERSPECTIVA DOS DISCENTES

É dever da escola, enquanto lugar de encontros de culturas e saberes, proporcionar aos discentes a possibilidade de aprender de forma mais interativa e autônoma. A inserção de atividades lúdicas proporciona uma maior dinâmica dos conteúdos escolares e o desenvolvimento de ações facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem. Ressalta-se, assim, a importância da inclusão da ludicidade no ambiente escolar.

A partir dessa perspectiva, buscou-se identificar a compreensão que os discentes do 6º ano da escola campo de estudo apresentavam sobre a Geografia e o Lúdico. Destaque-se que, em relação ao lúdico, não se esperava que os discentes apresentassem uma definição, mas que fossem capazes de relacionar o lúdico ao brincar e ao jogo. Também se solicitou que os discentes analisassem as aulas de Geografia e que apresentassem propostas que pudessem deixá-las mais atrativas e dinâmicas.

As informações foram obtidas através da aplicação de formulários e da observação das aulas de Geografia na turma. Foram aplicados 26 formulários junto aos discentes do 6º ano, com assiduidade nas aulas de Geografia. De posse dessas informações, organizou-se, a princípio, o perfil geral dos discentes.

A turma do 6º ano “B” da Escola Municipal Intermediária João Cabral da Silva Filho é composta por 30 (trinta) discentes, mas apenas 26 (vinte e seis) apresentavam regularidade de frequência nas aulas. A turma é composta por 17 (dezessete) meninas e 13 (treze) meninos, em sua maioria, com 11 (onze) anos de idade. Todos os discentes são moradores do espaço rural do

município. Quase todos os discentes são oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, cadastradas como beneficiários do Programa Bolsa Família.

No ensino da Geografia, o espaço geográfico, objeto de conhecimento pelos discentes, não é apenas uma categoria teórica, ele é algo vivido que resulta das ações das pessoas. O ensino da Geografia nas escolas, portanto, possibilita que os discentes desenvolvam uma percepção das espacialidades das coisas, nas coisas (CAVALCANTI, 2002).

Nesse âmbito, procurou-se saber o que os discentes entendem por Geografia e as suas opiniões sobre a disciplina. A partir das respostas obtidas, selecionou-se as três respostas mais expressivas para fundamentar a análise.

“Geografia é a matéria que ensina sobre o planeta Terra e gosto de estudar, pois eu aprendo coisas novas sobre meu planeta e sobre a natureza”.

“Geografia estuda todo o planeta, mas eu não gosto muito porque a gente só usa mais o livro”.

“A Geografia é a matéria que estuda a água e o meio ambiente e eu gosto de estudar”.

As respostas revelam que o entendimento dos discentes sobre a Geografia está diretamente relacionado ao conteúdo que vem sendo discutido em sala de aula. No 6º ano, a proposta curricular da disciplina, em geral, aborda os aspectos físico-naturais do planeta, sendo este o principal aspecto que os discentes destacaram em suas respostas.

Diante disso, pode-se inferir que a Geografia não foi devidamente trabalhada nos anos anteriores, haja vista que os discentes não conseguiram estabelecer nenhuma relação da Geografia com o seu objeto de estudo, o espaço geográfico. Destaque-se que os discentes ao iniciarem os anos finais do ensino fundamental deveriam, ao menos, apresentarem uma alfabetização espacial, um dos princípios básicos da Geografia.

Outro aspecto a se destacar nas respostas, diz respeito ao desinteresse do discente em relação à disciplina, ao ressaltar que o principal recurso didático utilizado nas aulas de Geografia é o livro didático. Nesta assertiva, cons-

tata-se que, apesar da docente ressaltar que a qualidade das suas aulas está centrada na quantidade de conteúdos ministrados, o fato dela não realizar atividades lúdicas, que possibilitem o envolvimento e que deem significado aos assuntos trabalhados, está provocando o desinteresse e o desestímulo do discente no processo de ensino-aprendizagem.

O discente, por meio do lúdico, experimenta, descobre, inventa e adquire habilidades, além de estimular a criatividade, curiosidade, como também sua autonomia, proporcionando o desenvolvimento do pensamento e da concentração devido à situação de algumas brincadeiras. Uma das principais finalidades do trabalho lúdico é o de ajudar o discente a obter melhor desempenho na aprendizagem através da utilização de uma metodologia espontânea, divertida e recreativa, o lúdico age também como forma de comunicação dos mesmos, tornando a aprendizagem de acordo como seu modo de ver o mundo, respeitando suas características e raciocínios próprios.

Nesse sentido, buscou-se levantar o que os discentes entendem por lúdico. A maioria dos discentes, cerca de 70%, desconhece o termo e não tem a menor ideia do seu significado. A outra parte, os 30% restante, afirmaram que conheciam o termo, mas quando interpelados sobre o seu significado, apresentaram explicações vagas e sem sentido. Alguns discentes chegaram a perguntar se o lúdico era uma nova disciplina ou se era um conteúdo da Geografia.

Convém relembrar que a expectativa da pesquisa não era que os docentes apresentassem uma definição sobre o lúdico, mas que conseguissem relacionar o lúdico às atividades criativas, ao jogo e a brincadeira, haja vista que nos primeiros anos do ensino fundamental essa é uma realidade bastante presente na maioria das salas de aula.

A partir dessa perspectiva, indagou-se os discentes acerca da dinâmica das aulas de Geografia, os recursos didáticos utilizados e a forma como eles se envolvem e participam das aulas. Assim como se realizou anteriormente, selecionou-se três respostas para fundamentar a análise.

“A professora explica o assunto, escreve e utiliza o livro”.

“A professora dá aula explicando e depois passa atividade pelo livro”.

“A professora faz atividades no quadro para pesquisarmos as respostas pelo livro”.

Em consonância com as informações prestadas pela docente, as respostas dos discentes descrevem aulas pautadas em um modelo de ensino tradicional, a partir do qual a docente explana o conteúdo, faz anotações no quadro e utiliza o livro para leitura, pesquisa e realização de atividades. Os discentes, por sua vez, ocupam nesse modelo uma posição passiva de receptores de conhecimento, em razão de não se sentirem motivados a participarem das aulas.

De acordo com as respostas dos discentes, o livro didático é o principal recurso utilizado nas aulas de Geografia do 6º ano. A docente utiliza o livro para realizar leituras, pesquisas e atividades. No entanto, apesar do livro didático ser considerado um material de considerável valor no processo de ensino-aprendizagem e muitas vezes o único recurso disponível na maioria das escolas, faz-se necessário que o docente ao utilizá-lo, proporcione discussões que estimulem o pensamento e o desenvolvimento dos discentes.

A maioria dos discentes consultados se sente desmotivada, visto que as suas expectativas de conhecer e fazer algo novo e diferente nas aulas frustradas. Eles relatam que as aulas são desanimadas, monótonas e repetitivas. Destaque-se que o desenvolvimento de aulas mais dinâmicas, com novas práticas metodológicas estimula o desejo de aprender dos discentes, auxiliando na compreensão dos assuntos abordados.

A utilização do lúdico no ensino de Geografia vem possibilitando a criação de novos meios que proporcionam uma aprendizagem mais significativa por parte dos discentes. As atividades lúdicas não precisam de uma grande quantidade de recursos. Com materiais simples pode-se fazer uma aula mais didática e dinâmica. A ludicidade possibilita que o processo de ensino-aprendizagem se torne mais prazeroso e estimulante.

Diante dessas constatações, solicitou-se aos discentes que elencassem possibilidades do que poderia ser feito para tornar as aulas de Geografia mais atrativas e dinâmicas. As principais respostas dos discentes, listadas abaixo, apontam para a necessidade da inserção do lúdico nas aulas.

“Que a gente fosse na sala de vídeo e assistisse uma pequena parte, só um pouco e também que a gente pudesse brincar fazendo as atividades”.

“Queria que acrescentasse mais brincadeiras”.

“Achava bom se tivesse mais descontração nas aulas”.

As respostas analisadas evidenciam que os discentes gostariam de ter aulas mais dinâmicas, trabalhadas de uma forma diferenciada, uma vez que a monotonia diária da sala de aula acaba gerando uma sensação de desinteresse e desgaste por parte dos mesmos.

Levando em conta todos os benefícios agregados com a utilização do lúdico na sala de aula, Kishimoto (1994) salienta que:

Por meio de uma aula lúdica, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando o discente percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidades e naturalidade. (KISHIMOTO, 1994, p.23).

Desta forma, é muito importante que o docente tenha condições de inovar, criar e propor alternativas de ensino para tentar melhorar o interesse dos discentes, já que, a ausência do lúdico pode refletir em dificuldades de aprendizagem. O docente precisa estar aberto às novas possibilidades de trabalhar os conteúdos em sala de aula, proporcionando um aprendizado significativo ao discente, uma vez que o lúdico está atrelado diretamente à construção do discente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do entendimento de que as atividades lúdicas possibilitam um caminho para aproximar o conhecimento geográfico da vivência do discente, quando relacionado ao seu cotidiano, constata-se que são inúmeras as possibilidades de inserção do lúdico no ensino de Geografia.

A ludicidade cria novos caminhos para uma aprendizagem mais significativa, pois possibilita que o processo de ensino-aprendizagem se torne mais estimulante e prazeroso. E é de competência do docente, nas aulas de Geografia, explorar o uso de atividades lúdicas com o intuito de proporcionar uma ampla análise da dinâmica socioespacial.

Diante disso, analisou-se a forma como a docente e os discentes de uma turma do 6º ano do ensino fundamental apreendem a inserção do lúdico no processo de ensino-aprendizagem da Geografia. Associado a isto, investigou-se também o entendimento que eles apresentavam sobre a Geografia e a forma como ela é ensinada nessa turma.

A partir da pesquisa se constatou que tanto a docente quanto os discentes não entendem o que é o lúdico, assim como desconhecem o seu potencial enquanto recurso didático. No caso da docente, apesar de reconhecer a importância das atividades lúdicas, afirmou não utilizá-las. Os discentes, por sua vez, apesar do desconhecimento, reconheceram a importância da ludicidade ao proporem atividades como jogos e brincadeiras enquanto alternativas de dinamização e envolvimento para as monótonas aulas de Geografia.

Quanto ao entendimento da Geografia, a docente, apesar da formação na área, apresentou dificuldades para expor o seu entendimento acerca da ciência geográfica, muito embora tenha conseguido indiretamente argumentar sobre os objetivos do ensino da Geografia na escola. Quanto aos discentes, estes apresentaram um entendimento de Geografia associado ao conteúdo ministrado no 6º ano, demonstrando desconhecerem essa disciplina, apesar da Geografia integrar o currículo escolar desde as séries iniciais.

Em relação às aulas, a docente relatou adotar práticas características do ensino tradicional, tendo no livro didático e no quadro os principais recursos

utilizados em sala. Os discentes, desconfortáveis com a posição passiva que ocupam nesse processo, descreveram as aulas monótonas e desinteressantes. E nesse sentido, indicaram atividades lúdicas, brincadeiras, jogos e vídeos, como alternativas para tornar as aulas mais atrativas e dinâmicas.

Diante do exposto, portanto, ratifica-se a importância do lúdico no processo de ensino-aprendizagem, haja vista que a sua inserção proporciona uma maior dinâmica dos conteúdos escolares e o desenvolvimento de ações facilitadoras no ambiente escolar. Conclui-se, assim, que as atividades lúdicas possuem um valor agregador, possibilitando uma maior compreensão dos conteúdos abordados. Com isso, haverá inovações dentro das escolas e juntamente com elas resultados positivos no que se refere à formação de cidadãos mais críticos.

REFERÊNCIAS

- BRUNER, J. **O Processo da educação geral.** 2 ed. São Paulo: Nacional, 1991.
- CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** 18 ed. Campinas - SP: Papirus, 2013.
- CAVALCANTI, Lana de S. **O ensino de geografia na escola.** São Paulo: Papirus, 2012.
- CAVALCANTI, Lana de S. **Geografia e práticas de ensino.** Goiânia: Alternativa, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- JUNCKES, Rosani C. A prática docente em sala de aula: mediação pedagógica. **Anais [...] – Edição Online,** p. 1-9, 2013. Disponível em: <<http://linguagem>>

unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos_v%20sfp/Rosani_Junckes.pdf. Acesso em: 13 de Abril de 2020.

KISHIMOTO, Tizuko M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

LIBÂNEO, José C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MALUF, Ângela C. M. **Brincar prazer e aprendizado**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003

MONTEIRO, Geovana de O. et al. O uso do lúdico, através do jogo, no processo de ensino-aprendizagem da geografia. In: ANDRADE, Gevson S.; SERAFIM, Ana R. M. D. B. da R. **Meandros geográficos 3: prática docente em ação**. Recife: EDUPE, 2019, p. 29-45.

PINTO, C. L.; TAVARES, H. M. O Lúdico na Aprendizagem: Aprender a Aprender. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 226-235, 2010.

SANTOS, Santa M. P. dos. **Brinquedo e Infância**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, C. N. **A representação espacial e a linguagem cartográfica**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SILVA, Natália Z. da. **A importância do lúdico na educação infantil**. 2014. Monografia de especialização – Universidade Tecnológica Federal Do Paraná, Medianeira, 2014.

SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escola. **I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”**. Arq Mudi. 2007. Disponível em: http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/o_19.df. Acesso em: 15 de nov. de 2018.



A GEOGRAFIA E A ANÁLISE DOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL COMO INSTRUMENTO DE DIRECIONAMENTO PROFISSIONAL NAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA-PE

Leomar da Silva Lima

Ana Regina Marinho

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio no país tem sido há muito tempo motivo de reflexões, especialmente do ponto de vista da sua importância na formação cidadã, mas também na possibilidade de preparar o sujeito para o mercado de trabalho. Existe quase que um consenso entre os estudiosos da educação no que tange a necessidade de reformulação deste nível de ensino. Branco, Branco e Iwasse (2019, p. 6) mostram que o ensino em todas as faixas etárias do país possui uma discrepância e desigualdade, principalmente em relação ao ensino público e privado. Dessa maneira eles analisam os pontos positivos e negativos de uma urgente reforma do ensino médio.

Dessa forma, há a necessidade de um ensino médio público e de qualidade e a obrigatoriedade da Geografia se faz necessária, ao passo que esta disciplina propicia o conhecer e o intervir no mundo de forma crítica e consciente. Aguiar (2007) nos relata que essa disciplina, assim como história,

sociologia e também a filosofia, são ciências formadoras de opiniões e que nos tempos atuais esse fator se torna de grande importância e que a geografia auxilia os estudantes a compreenderem melhor os acontecimentos que ocorrem tanto de escala municipal, estadual e nacional, o local e o global.

O mercado de trabalho atualmente exige um novo perfil dos profissionais: aquele que possui capacidade de adaptação às transformações efêmeras, por causa da revolução técnico científico informacional. Monteiro apud El-Kouba (2017) mostra que esse novo modelo de profissional, acarreta no Brasil, o surgimento de um grande número de empreendedores e de profissionais visionários, que são aqueles que estão requalificando suas carreiras, dessa forma decidem ampliar suas visões financeiras e abrir novos caminhos de atuação. Outros dois pontos a serem destacados são em relação à capacitação profissional, que de acordo com o autor é o diferencial, pois ela amplia a área de atuação tanto para dentro como para fora do local de trabalho, e a tão falada experiência profissional, que para ele continua tendo sua participação no mercado de trabalho, mas que hoje em dia não é o bastante.

Monteiro apud Coutinho (2017) relatam que no momento atual vem ocorrendo constantes mudanças em relação as transformações no mercado de trabalho, os jovens são os que absorvem melhor essas ocorrências, pois, grande parte deles não sonham com uma carreira padrão, com longas jornadas, estabilidade ou se manter em uma única empresa, não esperam se formar em uma carreira, para ingressar em um projeto profissional. Eles estão se conectando cada vez mais cedo, e isso facilita para o futuro no mercado de trabalho, tendo novas ideias, soluções e produtos inovadores.

A crise, o fechamento de postos de trabalho, a queda de contratações via CLT, a globalização, o aumento do mercado informal, o aumento do empreendedorismo (muitos por necessidade), tudo isso se apresenta em um momento de transição em que é fundamental para o trabalhador buscar um novo modelo de carreira que o prepare para o futuro. Hoje, o profissional disputado pelas organizações é o que consegue ser multitarefa em um mercado em frequente mudança.

Assim, essa pesquisa pretende responder aos seguintes questionamentos: Quais dificuldades os estudantes das escolas de Referência do município de Timbaúba-PE, podem ter em relação as escolhas profissionais ao analisar o mercado de trabalho e como os conteúdos trabalhados em geografia, podem ajudá-los nessas escolhas e na compreensão das potencialidades locais?

Dessa forma, esse artigo pretende compreender como os conteúdos trabalhados na disciplina de geografia nas escolas analisadas, auxiliam os estudantes nas suas escolhas profissionais e como o melhor entendimento da dinâmica dos setores da economia local pode contribuir para os estudantes terem uma melhor percepção do mercado de trabalho. Foi possível também caracterizar os setores econômicos do município; analisar como os professores de geografia trabalham os conteúdos que possam auxiliar os estudantes nas suas escolhas profissionais; compreender as dificuldades que eles possam ter em relação às escolhas profissionais e inserção no mercado de trabalho do município de Timbaúba-PE; e apresentar sugestões de atividades norteadoras na tentativa de unir a teoria com a prática.

A importância de trabalhar a relação dos professores de geografia das escolas na participação das escolhas profissionais de seus estudantes é de demonstrar, para todos os envolvidos, outra percepção de mercado de trabalho no próprio local e dessa forma acarretar uma permanência de profissionais qualificados, fazendo com que eles possam continuar no município de origem, sem a necessidade de ir em busca de oportunidades de trabalho em outras localidades.

A geografia pode dar um novo olhar para os concluintes do ensino médio, mostrando o que eles devem observar no mercado de trabalho, quais pontos devem ser estudados antes de procurar um emprego, observar se a cidade tem setores econômicos viáveis, qual a taxa de empregos oferecidos em determinadas áreas, entre outros.

Para realização desta pesquisa foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa, pois essa análise vai englobar tanto aspectos qualitativos, quanto

quantitativos, compreendendo que ambas abordagens se diferenciam em relação as suas fontes de pesquisa.

A pesquisa qualitativa conta basicamente com três componentes: (i) os dados, que podem vir de várias fontes como entrevistas, observações, documentos, registros e gravações; (ii) os procedimentos, que podem ser utilizados para interpretar e organizar os dados; e (iii) relatórios escritos e verbais, que podem ser apresentados em artigos, palestras ou livros. (STRAUSS e CORBIN apud por PASCHOARELLI, MEDOLA e BONFIM, 2015, p. 4).

Isso quer dizer que ela busca uma coleta de dados descritivos, enquanto que a abordagem quantitativa é uma análise objetiva e, pode-se dizer mais exata em relação aos resultados finais. De acordo com Aliaga e Gunderson apud Paschoarelli, Medola e Bonfim (2005, p. 3) a pesquisa quantitativa seria a “explicação de fenômenos por meio da coleta de dados numéricos que serão analisados através de métodos matemáticos (em particular, os estatísticos)”.

Como procedimentos metodológicos foi feita uma pesquisa bibliográfica, com intuito de fundamentar teoricamente o objeto de estudo e ter como uma das suas funções, um dinamismo em relação á levantamentos de dados. A pesquisa de campo realizada teve o objetivo de conseguir informações e conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (LAKATOS apud OLIVEIRA, J.C.P., et al, 2013, p. 4).

Foi aplicado um questionário com questões objetivas e realização de entrevistas com os professores, no qual esses dados coletados foram transcritos para programa de tabulação de dados, via Microsoft Office Excel 2007. Foi aplicado nas três escolas de referência em ensino médio do município de Timbaúba-PE, Escola de Referência em Ensino Médio Jornalista Jader de Andrade, da EREMT, Escola de Referência em Ensino Médio de Timbaúba e EREM-Professor José Mendes Da Silva. Com a participação de 1 professor de cada escola, totalizando 3 professores de geografia e com 1 turma do 3º ano das 3 escolas.

1. ECONOMIA LOCAL E GEOGRAFIA ECONÔMICA: UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A economia do município de Timbaúba-PE é voltada para o comércio local, com a presença de lojas varejistas de eletrodomésticos, como Armazém Paraíba, Lojas Americanas, Ricardo Eletro, Laser Eletro, Magazine Luiza, entre outras. Sem esquecer as lojas locais de pequeno porte que contribuem para a movimentação da economia, como a Comercial Alvino que é uma loja de comércio local com as mesmas características das grandes redes.

A economia local ainda tem a contribuição de pequenas lojas de micro e pequenos empreendedores, envolvidos no ramo tecnológico de manutenção de celulares e computadores. Houve também crescimento significativo de pontos alimentícios como por exemplo, açaís e de barbearias por toda a cidade, aumentando o ramo de pequenos empreendedores, influenciando indiretamente a economia local.

O município também possui um grande número de redes farmacêuticas, aproximadamente 19 (dezenove), como por exemplo, a Farmácia Pague Menos, Independente, Central, Mocos, Permanente, Estado, do Trabalhado, do Barro entre outras. De acordo com Acorda Cidade apud Brito (2019), o mercado de redes farmacêuticas vem crescendo a cada ano, se tornando cada vez mais competitivo e diferenciado de outros seguimentos.

Em relação a locais de venda de produtos alimentícios, destacam-se o Varejão Timbaúbense, o Super Varejão Timbaúbense, o Supermercado Todo Dia, o Varejão Barateiro, o Mercadinho Central, o Borbão Supermercado, e o Atacadão Central que trouxe como a principal proposta de venda aos clientes um desconto relevante em relação as compras de um determinado produto em grandes quantidades.

Há na cidade um bom número de lojas de roupas e de calçados, como destaque a Loja Tropical, a Stylo Fashion, Estilosa Timbaúba, Exclusive Moda & Informática, Estação da Moda, Loja Mylla e no ramo calçadista á a loja de Simião Calçados Ltda, a de Kaliandra Calçados Ltda, Charm Calçados.

A Tec Contabilidade apud Sebrae (2019), informa que 27% do PIB do país é gerado por micro e pequenos empresários, e que esse percentual só tem a crescer nos próximos anos, mostrando como é importante a participação desse ramo na economia do país, eles também relatam que não é nada fácil se manter nessa área, e que é de grande importância criar metas, objetivos, ir atrás de conhecimentos, especializações na área em que está atuando. Um aspecto bem marcante citado foi conhecer seus pontos fortes e fracos dos negócios, para se fortalecer cada vez mais, com isso indicam a análise de SWOT que é uma ferramenta de gestão que faz todo esse processo de estudo, buscando indicar para os envolvidos quais pontos podem ser melhorados e os que estão se adequando ao mercado.

Ao observar esse processo que vem ocorrendo na cidade de Timbaúba-PE desse surgimento de micro e pequenos empresários no ramo farmacêutico e de pequenos empreendedores em diversas áreas tanto no ramo alimentício, como de beleza e da tecnologia é possível ligar esses fatores em relação a geografia econômica, pois ela tem como uma das suas principais características o estudo das atividades econômicas no espaço geográfico e em várias escalas.

Oliveira (2014) nos mostra que a geografia econômica de princípio estuda tanto a localização, como a distribuição e a organização espacial das atividades econômicas na superfície terrestre. Também relata que a geografia econômica regional estuda detalhes sobre o comércio local, em relação a influência de cada setor comercial naquela localidade, aos pontos que há uma maior demanda de um determinado produto, um crescimento de um setor ou até mesmo se a cidade possui acesso ao mar, e dessa maneira tendo assim um porto marítimo, se possui alguma matéria prima para ser comercializada entre outros fatores comerciais.

1.1 Caracterização dos principais setores da economia do município de Timbaúba-PE

O município de Timbaúba - PE, está localizado na região da Mata Norte no Estado de Pernambuco, possuindo pouco mais de 53 mil habitantes, de acordo com o censo do IBGE, e tem como sua maior empresa a Usina Cruangi, que voltou a funcionar no dia 25 de agosto de 2017, com o cultivo da cana-de-açúcar que tem como fim a produção do próprio açúcar e da geração do álcool.

Os setores primário e terciário são os que mais se destacam no município de Timbaúba-PE. Apesar de ter um bom número de estabelecimentos comerciais, o comércio local, não possui característica de contratações o ano todo, mas esse aspecto muda nos meses de novembro a dezembro, aonde os estabelecimentos comerciais em aspecto geral, aumentam seus quadros de funcionários, com o objetivo de atender o maior número de clientes.

Essa época por ser um período de comemorações festivas, e alguns trabalhadores e aposentados receberem a segunda parcela do 13º salário e devido a realização de eventos de desconto, como por exemplo o Black Friday que geralmente é realizado no fim do mês de novembro, onde ocorre uma grande queima de estoques, por parte das grandes e até mesmo das médias e pequenas lojas de todo o país, com promoções que pode até chegar a 75% de desconto, sendo assim o comércio fica aquecido e as oportunidades de vagas de empregos permanentes no fim desses eventos, se tornam cada vez maior, aumentando as chances dos jovens conseguirem o primeiro emprego de carteira assinada.

A usina Cruangi contribui para a geração de empregos tanto de forma direta, como indireta no município de Timbaúba e localidades vizinhas. Santos (2017), informa que no dia 25 de agosto de 2017, se iniciou o processo de moagem da cana-de-açúcar da Usina Cruangi, no município de Timbaúba-PE, estimando injetar R\$ 100 milhões por ano economia da região, propulsionando uma geração de aproximadamente de mais de 3,5 mil empregos diretos.

Baseado no suporte que é gerado com o pleno funcionamento da Usina, tanto de renda como de empregabilidade, os setores do comércio local de serviços e o próprio setor primário se aquece e novas oportunidades podem surgir para dar subsídio a esse propulsor financeiro da região.

Com novas políticas e programas como, o Programa RenovaBio, que foi lançado em dezembro de 2016 e de acordo Agência Brasil (2019), em janeiro de 2020 esse programa estará em pleno vigor e estima-se que apenas no setor de etanol, terá um investido de cerca de R\$ 9 bilhões por ano, para a renovação de canaviais, e mais R\$ 4 bilhões com o aumento na produção da cana de açúcar, visando difundir ainda mais a produção de combustíveis renováveis.

A realização desse programa vai estimular ainda mais o cultivo da cana-de-açúcar na região, tendo como um dos principais propósitos, a produção de etanol. Apesar desses números com relação ao processo de expansão da produção é importante salientar que os verdadeiros beneficiários serão os grandes empresários do ramo e os donos de terra que arrenda suas propriedades para a realização do plantio.

O funcionamento da Usina Cruangi, traz empregos, mas é necessário compreender que isso é o básico, que o retorno ao município poderia ser bem maior. Poderiam ser realizadas parcerias com o município para a realização de cursos de capacitações, para jovens em diversas áreas direcionadas a própria usina. Cursos como. técnico em agronomia, operador de máquinas pesadas, mecânico, eletricista, operador de solda e forrageiro, auxiliar de produção e de contabilidade entre outros, contribuindo com a formação de mão de obra qualificada e na formação profissional de diversos jovens do município e das localidades vizinhas.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2017) em 2016, o Produto Interno Bruto-PIB do município de Timbaúba-PE era de aproximadamente R\$ 11.662,92 e em 2017 o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salário mínimo. Fazendo uma comparação desse percentual em relação a outros municípios do Estado, Timbaúba-PE

ficou na posição 66º de 185 municípios de Pernambuco. Um dado bem relevante é a quantidade da população ocupada, que em 2017 estava em torno de 13,4% e também que em 2010 o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo era de 47,3% da população.

1.2 Conceitos de geografia econômica

A partir da década de 70 a geografia econômica começou a conquistar seu espaço e um corpo científico, ocorrendo uma ligação ainda mais forte entre a geografia e a economia. Tentando explicar como foi formada a base da geografia econômica Alexandre apud Chorincas (2001) explica que ela é uma subdisciplina da geografia, surgida da amabilidade entre ambas, também relata que seu objetivo de análise estar exclusivamente ligado a relação produtiva e o espaço geográfico e que um dos seus principais foco é a industrial.

Em relação aos seus principais conceitos está o espaço geográfico que é a matéria prima, para que tudo possa acontecer, em outras palavras é o produto que está ligado a toda a prática humana, seja ela benéfica ou não, estando relacionado a um conjunto de ações que podemos ligar a tudo que for praticado e a um conjunto de objetos que podemos descrever que seria tudo que foi utilizado para fazer.

Outro conceito necessário nessa análise em relação ao espaço geográfico, é o capitalismo, que nada mais é que o sistema econômico, no qual o seu objetivo principal é gerar riqueza, investida no propósito de gerar ainda mais riqueza. Ele tem como umas das suas principais características a propriedade privada, o acúmulo de riqueza e o trabalho assalariado.

De acordo com Bezerra (2019), as ideias socialistas informam que a propriedade privada seria a fonte de injustiça no mundo e que o sistema capitalista exige o máximo de produção com o mínimo de contrapartida, em outras palavras o lucro do proprietário só aumenta, enquanto isso os funcionários continuam trabalhando mais e ganhando menos, em relação as suas horas de trabalho.

Outro ponto importante a ser relatado é em relação a População Economicamente Ativa (PEA), que também é objeto de estudo da geografia econômica. De acordo com Pena (2016) há vários conceitos para descrevê-la, mas em relação ao IBGE, a PEA são todos os habitantes com idade que no caso o Brasil a idade mínima é de 15 anos e condição física adequada que possa realizar alguma atividade produtiva, ou seja, é toda a mão de obra que o setor produtivo pode contar.

A PEA também está ligada à população ocupada e desocupada, a primeira vai estar relacionada as pessoas que possui alguma atividade de trabalho, por um determinado período de tempo, seja ela por conta própria ou sendo empregada de algum setor, já a desocupada são todas as pessoas que estão paradas sem realizar nenhuma atividade produtiva ou as que não estão aptas a trabalhar.

É necessário mencionar os dois tipos de comércio que movimenta a economia do país, o formal e o informal. O comercio formal é aquele que possui algumas características como por exemplo, ter a firma registrada dentro da lei, com pagamentos de impostos, com o local legalmente estabelecido e seguindo todas as normas previstas na lei. Esse tipo de comércio, adquire algumas vantagens como o auxílio a previdência social em caso de doença, aposentadoria, acidente ou morte, também possibilitando a venda de produtos ao governo.

Mesmo tendo todas essas vantagens com relação a legalidade, muitos brasileiros costumam comprar produtos falsos ou sem nota fiscal. De acordo com Branco (2015) grande parte dos brasileiros compram produtos falsificados, devido ao preço, por ser mais barato em relação ao mesmo produto vendido em uma loja legalizada.

Quem trabalha com comércio informal, não paga imposto, dessa maneira fica com todo o lucro gerado na venda do produto e também de possui maior flexibilidade com os horários de trabalho, de acordo com Lima (2017, p. 16) a informalidade está crescendo cada vez mais no Brasil, por diversos

fatores como por exemplo, à falta de emprego formal para pessoas qualificadas para algumas áreas específicas de trabalho.

Mas não é fácil ter esse tipo de comércio, ser um autônomo informal, de acordo com Serasa Empreendedor (2019) quem segue esse caminho muitas vezes tenta fugir de toda a burocracia e dos impostos, mas com o passar do tempo vai percebendo que não vai possuir alguns benefícios, como por exemplo, ter acesso a serviços de créditos para conseguir algum empréstimo para investir no negócio, também não terá cobertura previdenciária, comprometendo o auxílio da assistência à saúde, não podendo emitir nota fiscal, sendo assim o desamparo diante da justiça é absoluto.

Quando um professor de geográfica ou um economista diz que o Brasil em 2019 está ocupando a 8º posição entre as maiores economia do mundo, eles analisam diversos fatores e um deles é o Produto Interno Bruto, ou seja, o PIB, que de acordo com o IBGE (2019) ele está relacionado a toda a soma de bens e serviços finais produzido por um país, estados ou cidade, obtido em um ano. E essa análise é feita de acordo com sua própria moeda e que mede apenas os bens e serviços finais, evitando dupla contagem.

Para analisar ainda mais a situação econômica do Brasil, precisamos compreender como são realizados outros dados, e um que demonstra um pouco sobre ela, está relacionado ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente no país, pois de acordo com a Estatística Social (2019) ele é calculado em relação ao lucro total de cada pessoa por residência, ou seja, é a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores, nesse cálculo é englobado também os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos.

2. A GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO: MERCADO DE TRABALHO PARA OS CONCLUINTES

Antes de descrever um pouco sobre como está sendo estudada a geografia no ensino médio, é necessário compreender como ocorreu o surgimento

dessa disciplina nas instituições de ensino público do Brasil. A primeira escola a colocar a geografia na sua grade curricular foi o Colégio Pedro II em 1837.

Formalmente incorporada à Escola no Brasil a partir da fundação do Colégio Pedro II (1837), a Geografia passou a ser ensinada nas escolas secundárias do país, e desde então, faz parte dos conteúdos definidos por todas as Reformas Educacionais Brasileiras, de 1889 aos dias atuais, mantendo seu “status” de matéria obrigatória (MELO et al, 2012, p. 3-4).

Desde então a geografia vem passando por várias transformações, no seu início ela era retratada de forma descritiva, tinha como finalidade repassar os aspectos físicos, não se apropriando de questões sociais e de fatores históricos, popularmente conhecidos como geografia tradicional. Melo et al (2012, p. 4) nos diz que: “Ao longo de sua afirmação enquanto matéria escolar, a Geografia incorporou paradigmas vigentes na sociedade, como por exemplo, o ensino enciclopédico, mnemônico, com listas de nomes para serem “decorados”.

Compreendendo que o ensino da geografia estava em um período de aperfeiçoamento e de transformação, alguns acontecimentos surgiram para o seu melhoramento enquanto disciplina didática, tal como a formação do NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre o Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro) no ano de 1993, pela Dra. Zeny Rosendahl, onde vários trabalhos foram realizados, impulsionando o estudo da geografia. Silva (2011, p. 4) nos diz que: “Com essas inovações estabelecidas, procurou-se melhorar os métodos de ensino de Geografia nas escolas, o acesso à cultura, e pouco a pouco ocorreram reivindicações prioritárias, uma verdadeira mudança no ensino de Geografia como um todo”.

Atualmente, ao analisar a geografia no ensino médio, percebemos quantas tarefas ela está sujeita a realizar, tanto na formação do próprio cidadão, como também em repassar as novas mudanças que vem ocorrendo constantemente nos aspectos econômicos e sociais.

À Geografia, no Ensino Médio, além do objetivo de contribuir para a formação de cidadãos e leitores críticos necessita, também, compreender o papel que lhe cabe no ensino escolar, para atuar com competência na transformação da sociedade, face à perspectiva de mudanças decorrentes tanto do modo de produção econômica quanto do processo de ensino que tais mudanças solicitam (BOTELHO, 2017, p. 2).

São inúmeras as competências dessa disciplina em todo o ensino médio, mas uma pode ser considerada essencial para a construção do pensamento geográfico de todos os envolvidos, que seria o estudo cartográfico, pois ele envolve diversos fatores, como a leitura e a compreensão de mapas, tabelas e interpretação de fenômenos naturais e humanos, que vão auxiliar no entendimento dos fenômenos que estão ocorrendo constantemente ao redor do mundo. Botelho (2017, p. 3) nos diz que: “Essa competência se propõe como elemento que permitirá contextualizar de forma comparativa os fenômenos geográficos ou naturais que ocorrem no espaço geográfico”. Isso nos mostra a importância que o estudo cartográfico tem em relação à compreensão do espaço geográfico, um dos principais objetivos do estudo da geografia.

Sabemos que a geografia é umas das disciplinas que possuem aspectos críticos e reformulados, por esse caráter ela se faz tão necessária no ensino médio, onde os estudantes estão reorganizando as suas opiniões e ideias sobre todos os eventos que eles apreenderam e que estão sendo passados para eles nesse período educacional.

A disciplina geografia deve encaminhar o aluno a desvendar o mundo de vida, percebendo que a globalização atual se faz, se concretiza no local. Deve, portanto, permitir que o aluno tenha os fundamentos essenciais para conhecer e reconhecer o lugar em que vive como uma reprodução do mundo globalizado, para estudar o local de sua vida cotidiana e compreendê-lo no contexto maior (CALLAI apud OLIVEIRA, A. M. A., 2017, p.5).

O estudo da geografia se for bem compreendido entre os estudantes, ultrapassa as quatro paredes da instituição escolar, pois essa disciplina possibilita a utilização dos seus conteúdos no dia a dia, por isso a sua real im-

portância no ensino médio. Um estudante bem compreendido em relação aos acontecimentos que ocorrem a sua volta, saberá realizar em pequenas atitudes grandes feitos.

O aprendizado da geografia no ensino médio é embasado em um conjunto de ferramentas, que transforma o estudante em um ser de opinião própria, que obterá conhecimento para compreender situações diversas que ocorrem frequentemente a nossa volta, tanto de aspecto físico, como social.

No Ensino Médio, a área de conhecimento de Geografia abrange conteúdos que dizem respeito aos elementos naturais (geologia, vegetação, água, animais, clima, relevo, solos), como também sociais (demografia, política, economia, cultura, história), de modo que de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN o aluno deve desenvolver habilidades e competências que propiciem dominar princípios tecnológicos e científicos; como também formas contemporâneas da linguagem (gráfica, cartográfica, música, imagem entre outras). (SOBRINHO, PAVAIA e PINHEIRO, 2014, p. 1).

Em relação aos PCNs, que são utilizados como referência para o ensino fundamental e médio de todo o país, tem como principais metas: garantir a todas as crianças e jovens estudantes, mesmo estando em situações sociais desfavoráveis, plenas condições para usufruir todo o agregado de conhecimentos que são vistos como essenciais, para o exercício da cidadania. De acordo com os Parâmetros em geografia do ensino médio: “é fundamental que o professor valorize a vivência do estudante para que ele possa perceber que a Geografia faz parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula a sua experiência” (BRASIL, 2017). Dessa forma trabalhar o cotidiano na sala de aula, faz grande diferença no aprendizado dos estudantes, pois vai ser utilizado como referencial na sua construção de conhecimento geográfico.

Considerando que a faixa de idade para os jovens concluírem o ensino médio no Brasil está entre os 17 aos 19 anos, quando analisamos a entrada desses no mercado de trabalho, nos deparamos com um número alarmante de desempregados por todo o país.

O desemprego entre os jovens no Brasil atinge sua maior taxa em 27 anos. Dados apresentados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que, ao final de 2017, praticamente 30% dos jovens brasileiros estariam sem trabalho. “Trata-se da maior taxa desde 1991”, aponta a entidade, com sede em Genebra (CHADE, 2017, p. 1).

Essa disparidade está relacionada a diversos fatores, por ter que trabalhar muito cedo para ajudar na renda familiar; limitações no ensino público que, em muitos casos, não prepara os jovens para mercado de trabalho; além disso, a falta de experiência em determinadas áreas também pode influenciar esse percentual.

Eles sabem que não é fácil entrar no mercado, mas têm vontade de aprender e estão dispostos a começar com qualquer serviço. Os jovens de hoje, porém, percebem que a geração de novos postos de trabalho não está acompanhando o crescimento da população, e que juntamente com o aumento do nível de escolaridade, cresce o nível de exigência nas empresas. É aí, nesse processo de seleção, que eles acabam muitas vezes ficando fora do mercado, já que não têm a tão requisitada experiência (VITA, 2009).

Sendo a experiência e a qualificação profissional pontos chaves para a entrada no mercado de trabalho, o governo federal criou programas tanto para auxiliar o acesso dos jovens na universidade, como também cursos técnicos profissionalizantes, programas esses como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Prouni (Programa Universidade para Todos) e articulado a ele o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o qual tem como função o financiamento de estudantes de baixa renda em instituições de ensino superior particulares. Algo que vem crescendo bastante, entre jovens e adultos, principalmente nos grandes centros urbanos, é a procura por cursos técnicos, por ser acessível, tanto em relação à questão financeira, por terem curto prazo de conclusão e por grande aceitação no mercado de trabalho.

O diretor de marketing da Prepara Cursos, acredita que o crescimento dos cursos profissionalizantes se deu com o “apagão” da mão de obra. “As empresas estão com dificuldade de recrutar co-

laboradores qualificados". Para ele, esses cursos são ideais para os jovens que ainda não têm experiência. "Eles têm a oportunidade de entrar no mercado de trabalho e ganhar experiência antes de se graduarem." (CARVALHO apud LUCENA, 2011, p. 1- 2).

Dessa maneira percebemos que para o jovem recém-formado tanto no ensino médio, quanto no ensino superior as oportunidades de empregos não estão nada fáceis e a busca da qualificação, bem como um maior conhecimento das exigências do mercado de trabalho são umas das formas de obterem sucesso no seu futuro profissional.

3. O PAPEL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO AUXÍLIO PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES

O ensino médio é um período de amadurecimento tanto de ideias quanto de escolhas para os estudantes e o último ano desse período é onde geralmente as dúvidas em relação a suas futuras escolhas ganham mais destaque. Zavala (2002) nos mostra que são uma soma de fatores que podem induzir essa indecisão dos jovens, a primeira seria a instituição de ensino, que, em grande parte, não dá o suporte necessário para que os estudantes possam realizar uma boa escolha, a segunda está relacionada às informações veiculadas por meios televisivos, que divulgam determinados percentuais sobre aumento de vagas de trabalho em uma área e diminuições em outras, ocasionando certa confusão em relação à escolha profissional.

Há casos de jovens estudantes que já possuem uma ideia fixa sobre o caminho a ser trilhado, ou seja, têm a sua profissão dos sonhos. Essas escolhas podem estar relacionadas à influência familiar, como por exemplo, se um membro da família for um médico ou exerce uma profissão conceituada na sociedade, pode influenciar a decisão, ou se já se identifica com uma profissão, por ter facilidade em compreender alguma disciplina, levando a crer que tal profissão será a mais adequada para seguir.

Um dos pontos importantes na escolha profissional é determinado pela vocação, a qual é uma construção pessoal que se arranja de forma única para cada indivíduo. A vocação de uma pessoa é

socialmente determinada e implicará numa combinação única de sua história genética, pessoal, familiar e cultural (JORDANI et al, 2014, p. 2).

Mas nem todos os estudantes vão ter alguém na família para se espelhar ou que possua facilidade em alguma matéria escolar para seguir, por isso a importância do professor nessa orientação, independente da disciplina trabalhada na sala de aula. Neste contexto, o docente formado em geografia pode auxiliar na construção de uma visão diferenciada sobre diversas áreas profissionais e como o mercado de trabalho está voltado para determinadas profissões e passar para eles que o mais importante não está relacionado apenas à questão financeira, mas sobre tudo a sua identificação pessoal.

A escolha profissional faz parte do cotidiano da maioria dos jovens, ela é de grande importância na vida deles, pois uma escolha madura se baseia na possibilidade do uso defensivo das identificações a um uso instrumental ao identificarem-se com seus gostos, interesses e aspirações. Assim, necessitam de uma orientação sobre que rumo tomar no sentido de tornarem-se melhores profissionais e sentirem-se mais realizados. (GIACAGLIA apud OLIVEIRA, C. T., 2016, p. 3).

Nesse ponto de vista, o professor de geografia, no ensino médio, pode auxiliar de forma superficial ou plena os estudantes, nesse período, realizando nas suas aulas perguntas subjetivas em relação a qualquer profissão, que possa ser usada como base para explicação de determinado assunto, como por exemplo, se ele estiver argumentando sobre a urbanização, as áreas profissionais que podem ser empregadas nesse tema podem ser as engenharias civil e ambiental, arquitetura, urbanista entre outras áreas. O professor pode também utilizar como exemplo a própria cidade onde mora, fazendo com que os estudantes percebam como são organizados os setores econômicos do município, quais as profissões que tem empregabilidade maior, quais são as outras que necessitam de um maior número de profissionais, tudo isso o professor de geografia pode contribuir.

Com o objetivo que os estudantes tenham um melhor entendimento, sobre os processos que estão relacionados ao mercado de trabalho, pois esse é um dos principais meios que poderá auxilia-los nas suas futuras escolhas profissionais.

A economia apresenta uma dinâmica muito complexa, com diversas atividades que se interligam para a realização da produção e a arrecadação nos diferentes tipos de atividades. Para fins de facilitar os estudos e auxiliar no ensino de economia, dividiram-se as atividades em três setores da economia distintos: primário, secundário e terciário (PENA, 2016, p. 1).

Dessa forma, trabalhar com eles os setores da economia local e suas potencialidades, pode abrir um leque de oportunidades para que eles possam ter uma maior percepção de quais são os que geram uma maior empregabilidade e dessa maneira, quando for fazer suas futuras escolhas, terão conhecimentos mais apropriados sobre determinadas áreas, até mesmo no seu próprio município.

Em relação ao resultado das entrevistas dos professores de geografia, das três escolas de referência do município de Timbaúba-PE, sobre o grau de importância da sua disciplina no auxílio dos seus estudantes tanto no aspecto educacional, quanto nos futuros profissionais no mercado de trabalho, eles analisam que a geografia tem uma característica particular em inserir os estudantes em um contexto social, e que nenhuma outra disciplina pode fazer, que é mostrar para eles o cenário político, econômico e ambiental de vários ângulos e retratar acontecimentos que só essa disciplina pode passar.

Também foram questionados em relação as suas aulas, se caso eles passavam exemplos do dia a dia para fazerem ligação mais próxima entre o conteúdo do livro e da realidade dos estudantes e se eles achavam isso importante para uma melhor compreensão dos estudantes e os três docentes argumentaram que sim, que possui o hábito nas suas aulas de geografia, trazer para sala de aula fatos do cotidiano para auxiliar ainda mais a compreensão deles.

E que esse elo é de grande importância para eles transmitir nas suas aulas, e para os estudantes que terão uma maior facilidade na compreensão dos conteúdos transmitidos, pois às vezes os assuntos relatados no momento são simples de serem absorvidos por eles e que só precisam de exemplos do seu cotidiano para se tornar mais comprehensível.

Perguntamos em relação ao que eles pensam sobre a geografia ter um papel de transmitir aos estudantes um novo olhar sobre fatores do dia a dia, e os professores descreveram que essa é uma tarefa nada fácil nos dias atuais, mas que é imprescindível esse papel da geografia na sala de aula e que trabalham constantemente para aguçar cada dia a mais essa visão neles.

Buscamos saber se para os professores, os conteúdos da geografia, repassado na sala de aula poderia de alguma forma contribuir nas escolhas profissionais dos estudantes do 3º anos e responderam que sim que os assuntos de modo geral auxiliam não só os estudantes dos 3º anos nas suas futuras escolhas após se formarem no ensino médio, como auxilia os novos estudantes dos 1º anos, pois na sua grande maioria esses conteúdos retrata toda a dinâmica social, política e econômica de escala local, nacional e mundial e dessa maneira possibilitando a eles um novo olhar, além da sala de aula.

Foi questionado aos professores se eles já tinham trabalhado ou argumentado na sala de aula, algo relacionado ao comércio, da situação econômica da cidade e se conversarão sobre a quantidade de vagas de trabalho que há no município e eles responderam que já tinham conversado sobre o comércio e sobre a economia não só da cidade como também da região, e sobre uma análise em relação a quantidade de vagas que possa haver no município, eles não conversarão a respeito.

Utilizando como base as respostas dos professores, foi perguntado o que eles têm a dizer sobre o comércio local e se é propício para a entrada de jovens recém formados do ensino médio.

Sobre o comércio, eles argumentaram que, é voltado para suprir as necessidades da própria população em questão, com lojas de calçados e roupas e que dentro do mercado público há diversos micro e pequenos empreende-

dores de material eletrônicos como celulares e computadores, também possui grandes lojas famosas de eletrodomésticos, como o Armazém Paraíba, Ricardo Eletro, Lojas Americanas entre outras, sendo assim movimentando a economia local.

Em relação se o município é propício para a entrada de jovens recém-formado, a resposta foi negativa, pois a cidade não possui estrutura para suportar uma quantidade enorme de estudantes recém-formados todos os anos e são poucos os que conseguem uma vaga de trabalho logo após concluírem o ensino médio.

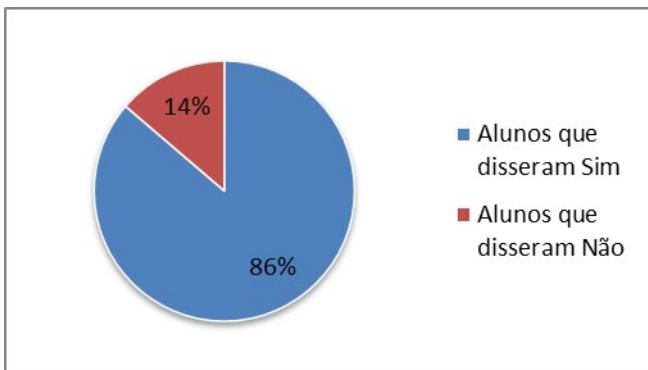
4. MERCADO DE TRABALHO EM TIMBAÚBA-PE: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

A pesquisa teve como principal proposta, compreender como os estudantes dos 3º ano do ensino médio das três escolas de referência, analisam as vagas do mercado de trabalho do município de Timbaúba-PE, e como o ensino da Geografia transmitida em sala de aula pode auxilia-los nas suas futuras escolhas profissionais. Foi realizada em duas turmas de cada escola.

A primeira Escola de Referência a ser realizada a pesquisa foi a Escola Professor José Mendes da Silva (EREMPJMS) nas turmas do 3º ano B e C. No dia em que foi realizada a entrevista a turma do 3º ano B estava com 22 estudantes de ambos os sexos e a do 3º ano C com 23 também de ambos os sexos.

A seguir o gráfico 1 que demonstra as respostas obtidas sobre a pesquisa realizada, nas duas turmas do 3º anos do ensino médio da Escola Professor José Mendes da Silva, em que buscou obter respostas dos estudantes em relação a importância do auxílio do ensino da geografia nas suas futuras escolhas profissionais, entre outras questões.

Gráfico 1: A disciplina de geografia é importante para ajudar nas escolhas profissionais?



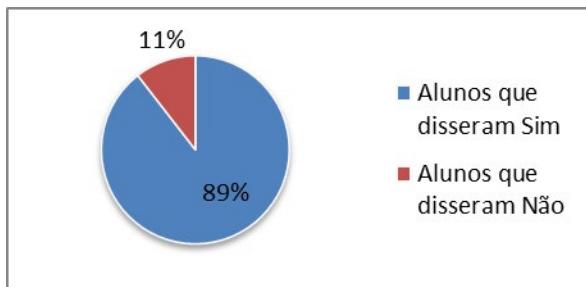
Fonte: Leomar Lima (2019)

De acordo com o resultado obtido no gráfico 1, percebe-se que os estudantes compreenderam que a disciplina de geografia, pode auxilia-los nas suas futuras escolhas profissionais e que a participação do profissional da área contribui positivamente na construção do conhecimento e da melhora da percepção ao se realizar qualquer que seja a observação em relação ao mercado de trabalho local.

A segunda Escola de Referência realizada a pesquisa, foi a Escola de Referência em Ensino Médio de Timbaúba Professor Antônio José Barboza dos Santos, nas turmas do 3º ano A e 3º ano C. A entrevista foi realizada com 31 estudantes de ambos os sexos do 3º ano A e com 28 do 3º ano C também de ambos os性os.

A seguir o gráfico 2 que contém as respostas obtidas nos questionários realizados na Escola de Referência em Ensino Médio de Timbaúba Professor Antônio José Barboza dos Santos, em duas turmas dos 3º anos do ensino médio, sobre os conteúdos da geografia e a análise do comércio local, para a realização de uma boa escolha profissional.

Gráfico 2: A disciplina de geografia é importante para ajuda nas escolhas profissionais?



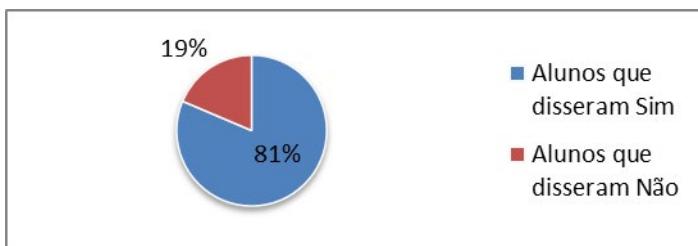
Fonte: Leomar Lima (2019)

No gráfico 2 é verificado que a percepção dos estudantes com relação a importância dos conteúdos e do profissional da área da disciplina de geografia, se tornou bem nítida, percebe-se que grande parte deles comprehende que os conteúdos, os questionamentos de ambos os lados na sala de aula, auxiliam nas suas futuras escolhas e que realizando um olhar sobre o mercado de trabalho local, faz uma grande diferença ao concluir o ensino médio, pois dessa forma eles terão um conhecimento prévio do que vai enfrentar.

A terceira e última Escola de Referência a ser realizada a pesquisa foi a Escola de Referência em Ensino Médio Jornalista Jader de Andrade (EREM-JJA) nas turmas do 3º ano B e na do 3º ano D. A quantidade de estudantes de cada turma foram 35 na turma do 3º ano B e 39 na turma do 3º ano D.

A seguir o gráfico 3 que retrata os resultados obtidos, através da realização do questionário, passado em duas turmas dos 3º anos do ensino médio da escola EREMJJA. Tendo como temas principais, a análise do número de vagas de trabalho do município, se o ensino da geografia na sala de aula, pode auxiliar-los nas suas futuras escolhas profissionais.

Gráfico 3: A disciplina de geografia é importante para ajuda nas escolhas profissionais?



Fonte: Leomar Lima (2019)

A conclusão que temos em relação, ao resultado demonstrado no gráfico 3 é que a maioria dos estudantes analisa positivamente, tanto a importância da disciplina, como também do profissional e da participação dos conteúdos da geografia em relação ao auxílio nas suas futuras escolhas profissionais. Pode ser pontuada a importância dessa disciplina na realização de uma melhor compreensão por parte deles, em relação às vagas de trabalho que possa ter no mercado local.

Em relação aos conteúdos de geografia, passado na sala de aula e a sua importância nas escolhas profissionais, os docentes pontuaram positivamente, como sendo de grande importância a participação desses conteúdos nas suas futuras escolhas, para um maior auxílio e esclarecimentos de dúvidas e questões relacionadas a determinadas opções profissionais.

Ao questionar os estudantes sobre a geografia, se para eles é uma disciplina essencial na sua formação tanto como estudantes, quanto futuros profissionais, a grande maioria respondeu que sim, que acha a disciplina muito importante para seu aprendizado como estudante, tanto para o seu crescimento pessoal. Isso demonstra que o ensino dessa cadeira para eles tem uma participação marcante no seu aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo possibilitou compreender sobre as dificuldades que os estudantes dos 3º anos das escolas de referência em ensino médio do município de Timbaúba-PE, possuem ao analisar o mercado de trabalho local, pois através da pesquisa foi mostrado que o mercado não tem capacidade de inserir na economia todos os estudantes que se formam no ensino médio.

Os principais pontos que foram bem argumentados pelos estudantes em relação ao mercado de trabalho local, foi que ele não possui uma dinâmica, em relação às vagas de trabalho, são poucos os caminhos a serem seguidos em relação a esse mercado. Pois ele está muito ligado ao setor de comércio e as principais vagas que surge com mais frequência são de vendedor, balconista, operado de caixa, de estoquista e de farmacêutico, sendo bem concorridas.

Os conteúdos de geografia passados na sala de aula podem auxiliar os estudantes de diversas maneiras em relação as suas futuras escolhas profissionais, como por exemplo, realizar um levantamento, sobre os principais setores da economia local e dessa forma buscar em quais, o números de vagas são maiores, se é no ramo farmacêutico, no de vendas, no setor tecnológico, de prestação de serviços ou até mesmo abrangendo seu estudo, em relação a um aspecto inovado, buscando algo que ainda não seja bem difundido no comércio local, alguma área profissional que se sobre sair em relação as outras, todos esses pontos citados, pode ser realizados com o ensino da geografia na sala de aula.

Para conseguir sucesso profissional, independente da profissão, é necessário a continuidade dos estudos, se especializando, tanto na realização de cursos de especialização de modo geral, como também na realização do seu melhor, dia após dia, buscando sempre o diferencial naquilo que se faz, esse é um dos segredos para se obter sucesso.

Compreendendo isso um professor de geografia, na sala de aula pode auxiliar seus estudantes, questionando no que eles são melhores se é no ramo da tecnologia, se possui facilidade em falar algum outro idioma ou na

resolução de cálculos ou se já pretende seguir alguma carreira profissional, dessa maneira passando algumas dicas na sala de aula, que possa guia-los nas suas futuras escolhas, como por exemplo, trazer para sala de aula se for possível, alguns profissionais de diversas áreas, que seja mais visada por eles, com um advogado, um médico, um dentista, um professor de outra área ou trazer relatos desses profissionais, para haver uma melhor compreensão por parte dos estudantes nas suas futuras escolhas profissionais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Programa RenovaBio deve injetar R\$ 9 bi no setor de bio-energia do país. **Portal Uol**, 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/agricultura/cana/renovabio-injetar-9-bi-bioenergia/>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

AGUIAR, L. F. P. A importância da Geografia no Ensino Fundamental e Médio. **Portal Educação**, 2007. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/a-importancia-da-geografia-no-ensino-fundamental-e-medio/56159>>. Acesso em: 21 set. 2019.

ALEXANDRE, C. Conceito e Importância da Geografia Econômica. **Brasil Escola**, 2008, Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/geografia/conceitos-importancia-geografia-economica*.htm>. Acesso em: 02 dez. 2019.

RCODA CIDADE. **Empresário do ramo de farmácia afirma que a melhor estratégia é investir em pessoas**. 13 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.acordacidade.com.br/noticias/208231/empresario-do-ramo-de-farmacia-afirma-que-a-melhor-estrategia-e-investir-em-pessoas.html>>. Acesso em: 22 set. 2019.

BEZERRA,J. Capitalismo. **TodaMatéria**. 30 out. 2019. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/capitalismo/>>. Acessado em: 02 dez. 2019.

BOTELHO, J. M. L. A geografia no ensino médio: o desafio da formação de competências e habilidades para o trabalho. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, 2017. 12 p.

BRANCO, M. Maioria dos brasileiros recorre ao comércio informal com alguma frequência. **Agência Brasil**, 08 mar. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-03/maioria-dos-brasileiros-recorre-ao-comercio-informal-com-alguma-frequencia>>. Acessado em: 03 dez. 2019.

BRANCO, A, B, G.; BRANCO, E, P.; IWASSE, L, F, A. Urgência da reforma do Ensino Médio e emergência da BNCC. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, 29 jan/abr. 2019. 6 p.

BRASIL. PARÂMENTROS Curriculares Nacionais: Geografia. **Centros de Produções Técnicas**, 2017. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-geografia>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CHADE, J. Desemprego entre jovens no Brasil tem maior taxa em 27 anos, diz OIT. **Estadão**, São Paulo, 20 nov. 2017. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,desemprego-entre-jovens-no-brasil-tem-maior-taxa-em-27-anos-diz-oit,70002091029>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. **IBGE divulga o rendimento domiciliar per capita 2018**, 27 fer. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23852-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2018>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

IBGE. **Economia do Município de Timbaúba-PE**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/timbauba/panorama>>. Acesso em: 14 out. 2019.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

JORDANI, P. S. et.al. Fatores determinantes na escolha profissional: um estudo com alunos conluientes do ensino médio da região Oeste de Santa Catarina. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**. Ponta Grossa, 2014. 8 p.

LIMA,T.C.S.; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do Conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis, 2007. v. 10 n. esp., 9 p.

LIMA, E, J. **Comercio Informal**: um estudo sobre possíveis contribuições na Economia e na Renda Familiar. Universidade Federal da Paraíba, 2017. 16 p.

LUCENA, P. Cursos rápidos são alternativa para entrar no mercado de trabalho. **iG Portal**, São Paulo, 01 mar. 2011. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/carreiras/cursos-rapidos-sao-alternativa-para-entrar-no-mercado-de-trabalho/n1238121877976.html>>. Acesso em: 22 mai. 2018.

MELO, A. Á. et. al. **História da Geografia Escolar Brasileira**: Continuado a Discussão. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

MONTEIRO, L. Mercado de trabalho exige novo perfil de profissional, saiba como se atualizar. **Estado de Minas Economia**, Minas Gerais, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/04/26/internas_economia,865177/mercado-de-trabalho-exige-novo-perfil-de-profissional-saiba-mais.shtml>. Acesso em: 22 set. 2019.

OLIVEIRA, Aderson. M.A. **O Ensino de Geografia no Ensino Médio**: Uma Problemática. In: 1º ERESPP Semiárido, 2017. 11 p.

OLIVEIRA, André de Jesus. Geografia Econômica. **Fontes de Geografia**, 2014. Disponível em: <<https://fontesgeo.blogspot.com/2014/04/geografia-economica.html>>. Acesso em 23 set. 2019.

OLIVEIRA, Célia.T.; MELO, M.C.; ALMEIDA, M.O. **Orientação Vocacional no Ensino Médio**: Influências na Escolha Profissional, 2016. 13 p.

OLIVEIRA, José.C.P. et al. **O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados:** Vantagens desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. In: III CONEDU, 2013. 13 p.

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G. H. C. Características Qualitativas, Quantitativas e Qualiquantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, 2015. 14 p.

PENA, R. F. A. O conceito de População Economicamente Ativa (PEA). **Mundo Educação**, 2016. Disponível em:< <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-conceito-populacao-economicamente-ativa-pea.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

PENA, R. F.A. Dinâmica dos setores da economia. **Alunos Online**, 2016. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/dinamica-dos-setores-economia.html>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, v.1, n.1, jul. 2009.

SANTOS, R. Usina Cruangi injeta R\$ 100 milhões na economia da Mata Norte. **Portal Giro Mata Norte**, Recife, 27 ago. 2017. Disponível em: <<https://giro.matanorte.com/destaques/usina-cruangi-injeta-r-100-milhoes-na-economia-da-mata-norte/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SERASA EMPREENDEDOR. 6 pontos negativos de ser um autônomo informal. **Blog Empresas**, 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://empresas.serasaexperian.com.br/blog/6-pontos-negativos-de-ser-um-autonomo-informal/>>. Acessado em: 03 dez. 2019.

SILVA, S. O. **A evolução do Pensamento Geográfico:** Implicação e conceito. Bahia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2011. 15 p.

SOBRINHO, D.M.S.; PAVAIA, R.S.; PINHEIRO, A.C. **Ensino de Geografia em Nível Médio:** Uma Análise dos Recursos Didáticos Utilizados por Professores de uma Escola no Município de Caicó – RN, editora realize, 2014. 10 p.

Tec Contabilidade. Boas práticas de gestão para micro e pequenos empresários. **Jusbrasil**, Belo Horizonte, 22 ago. 2019. Disponível em: <<https://contabilidadetec.jusbrasil.com.br/artigos/747167482/boas-praticas-de-gestao-para-micro-e-pequenas-empresas?ref=serp>>. Acesso em 23 set. 2019.

VITA, V. Por que o jovem sente dificuldade para entrar no mercado de trabalho. **Pioneiro**, 29 jul. 2009. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/07/por-que-o-jovem-sente-dificuldade-para-entrar-no-mercado-de-trabalho-2598832.html>>. Acesso em: 21 mai. 2018.

ZAVALA, R. Jovens continuam inseguros sobre escolha profissional. **Jornal Folha Online**, São Paulo, 07 mar. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/sonosso/gd070302.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2018.



A PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO E O DIREITO À MORADIA: UM ESTUDO DA OCUPAÇÃO URBANA VILA SALINAS EM PETROLINA – PE

Max Salarrrony Ferreira Gomes

Renata Sibéria de Oliveira

RESUMO

A falta de moradia digna atinge milhões de pessoas e o déficit habitacional, que se encontra elevado em todo país tem aprofundando os problemas socioespaciais. Em Petrolina-PE, os problemas urbanos têm se intensificado à medida em que a cidade cresce e o poder público não cumpre o papel de promotor dos direitos garantidos por lei. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar a ocupação Vila Salinas, mostrando as condições de moradia e os mecanismos de luta para a superação dos seus principais problemas. Como encaminhamento metodológico foi realizado pesquisa bibliográfica e de campo, com investigações em órgãos públicos municipais e na área de estudo onde foram realizados levantamento fotográfico e entrevista com moradores e representante da associação da ocupação. Compreendemos que essas ocupações se constituem como uma forma de luta e única alternativa que resta para reivindicar melhores condições de vida.

Palavras-chave: Espaço urbano; direito à moradia; ocupação; desigualdade sócioespacial.

INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano no modo de produção capitalista ocorre de forma desigual e contraditória. A falta de moradia digna, que atinge milhões de pessoas em todo o Brasil e o déficit habitacional, que, mesmo diante de programas, ainda se encontra elevado, demonstram a necessidade de compreender essa questão em sua essência.

São problemas que se reproduzem nos municípios brasileiros. Em Petrolina, as ocupações têm se intensificado nos últimos anos como resultado de um modelo de crescimento que desconsidera os direitos da população mais carente. Por essa razão, esta pesquisa objetiva analisar a ocupação Vila Salinas, mostrando as condições de moradia e os fatores que levam esses trabalhadores a viverem em condições precárias em áreas de risco. Buscamos compreender ainda os mecanismos de luta para a superação dos seus principais problemas.

Como metodologia de pesquisa, realizamos pesquisas bibliográficas e de campo, com investigações em órgãos públicos municipais e na área de estudo onde foram realizadas entrevistas com moradores da ocupação, com a representante da associação e levantamento fotográfico. Os estudos foram norteados pelo método materialismo histórico-dialético.

Na primeira seção do artigo intitulada: A produção social do espaço e a desigualdade sócioespacial na cidade, apresentamos a importância da leitura espacial para compreender os processos urbanos. Demonstramos ainda informações acerca das condições de moradia no Brasil, destacando os agentes que fazem parte do processo de produção do espaço urbano.

Em seguida, abordamos a histórica luta pelo direito à moradia no Brasil, discutindo os processos históricos que regularizaram a terra como mercadoria, bem como a formação da legislação urbana para o atendimento à população mais vulnerável. Destacamos a importância da Constituição Federal e o

Estatuto da Cidade como garantidores legais da promoção da moradia digna, resultado das lutas sociais dos trabalhadores.

Na terceira seção, mostramos as transformações socioespaciais em Petrolina e apresentamos a área de estudo desta pesquisa, a ocupação Vila Salinas como resultado do crescimento desigual, um estudo de caso de fundamental importância, para compreender os desafios e as dificuldades pelos quais a classe trabalhadora passa em meio aos mais ufanistas discursos de progresso da região do vale do São Francisco.

A realidade da ocupação Vila Salinas evidenciou a necessidade de um debate mais amplo acerca do não atendimento aos direitos garantidos por lei como o acesso à moradia digna a toda a população residente em áreas urbanas. Compreende-se que tais ocupações se constituem como uma forma de luta e única alternativa para reivindicar melhores condições de vida, além de desnudar a natureza da produção social da pobreza.

1. A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NA CIDADE

O conceito de espaço geográfico nos apresenta uma possibilidade de compreender os processos que produzem a cidade em sua forma e conteúdo. O espaço enquanto categoria de análise surge a partir do momento em que o homem, por meio do seu trabalho, passa a ser um modificador na natureza (CARLOS, 2011). Nessa relação, imprime-se a diferenciação espacial como resultado da contradição da sociedade, tanto material, em sua forma, quanto nas relações sociais, ou seja, em seu conteúdo.

De acordo com Sposito (2011), essas diferenciações sociais são a marca das cidades desde quando foram criadas, há milhares de anos. Basta olharmos para a cidade, e conseguimos ver nitidamente, as diferenças estampadas na paisagem.

Essa diferenciação intensifica-se no contexto das transformações sócio espaciais da Europa no final do século XVIII, conforme a espacialização do nascente modo de produção capitalista. Nesse novo contexto, o processo de

produção do espaço, assume novos papéis, os quais terão no mercado e no Estado articuladores importantes (*Ibid*).

O espaço, que, na visão de Corrêa (1995), é fragmentado e articulado deixa de ser apenas uma condição de materialidade pura e passa a ser pensado como produção de relação socio-espacial, ou seja, cada parte do espaço produzido mantém relação com as demais partes.

Ainda para o autor (*Ibid*), o espaço da cidade produzido no sistema capitalista, é produto de vários agentes: os proprietários dos meios de produção ligados às indústrias, que desenvolvem o papel de instalarem empresas, e, para isso, necessitam de terrenos grandes e baratos e são, esses agentes que comandam a vida econômica dos pais; os agentes fundiários, que desenvolvem o papel de transformar as terras rurais em áreas urbanas. Para isso, eles fazem o uso do poder público, para que a área rural ganhe um valor de mercadoria e faça parte da cidade; os promotores imobiliários, que atuam estruturando terrenos, definindo a localização; o Estado que desenvolve leis e normas voltadas para regulamentar o uso e a ocupação do solo urbano e os grupos excluídos, que sustentam o funcionamento do sistema, mas não participam dos benefícios sociais.

No olhar de Rodrigues (1997), esses excluídos são definidos como a classe trabalhadora, os mais importantes no processo de produção do espaço urbano, pois são eles que fazem o cotidiano da cidade, que geram a riqueza produzida ao tempo em que não possuem direitos básicos atendidos. O exemplo mais expressivo é a falta de moradia ou as condições das mesmas.

Nesses moldes, o espaço produzido na cidade jamais será igual; “a desigualdade sócioespacial demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida” (RODRIGUES, 2007, p. 74). Ou seja, a riqueza produzida no espaço, sempre vai estar concentrada nos agentes que exploram o trabalhador e que controlam os meios de produção. À classe trabalhadora, em uma luta constante pela sobrevivência, resta ocupar áreas públicas ou privadas com terras vazias, vulneráveis a processos de reintegração de posse (*Ibid*).

Rodrigues (1997) mostra que os trabalhadores que formam a favela na cidade vêm precisamente do campo, onde eles acabam enfrentando dificuldades de sobrevivência. A ilusão de muitos desses trabalhadores em terem mais oportunidade de emprego e melhorarem a renda, não se concretiza. Ao chegarem à cidade, recebem um salário muito baixo, impossibilitando-os de viver dignamente.

O déficit habitacional no Brasil é alarmante, e, nos últimos anos, vem aumentando. De acordo com Boulos (2012, pag.13) “déficit habitacional é o nome que se dá para a quantidade de casas que faltam, para atender todos aqueles que precisam no país”. É um dado definido, a partir do número de famílias que não têm casa e também, famílias que vivem em condições precárias.

A fundação Getulio Vargas, em pesquisa de 2015, mostra que o Brasil possui um déficit de 7,757 milhões de moradias; são 3,27 milhões de família que moram de aluguel e 3,22 milhões dividem o mesmo teto e 942,6 mil famílias que vivem em moradias precárias.

Diante desses dados de 2015, percebemos que o número de moradores sem-teto, vem aumentando, como também o valor de aluguel, que não tem uma legislação definida pelo Estado, o que faz com que os moradores se sujeitem a pagar preços abusivos para não terem que viver na rua, situação mais precária da condição humana.

O conceito de morador sem-teto, muitas vezes, é entendido como pessoas que moram na rua, os chamados mendigos. Porém, não é apenas essa definição. O morador sem-teto, além de ser o morador de rua, é também aquele que mora de aluguel, por não ter condições de possuir uma casa própria, são ainda pessoas que vivem em condições de moradia precária, moram de favor em casa de família e em muitos casos, são desempregados ou assalariados que não ganham o suficiente para viver dignamente, sujeitando-se aos elevados preços de aluguel estabelecido pelos capitalistas na cidade (BOULOS, 2012).

A falta de moradia afeta claramente famílias carentes que sobrevivem com até três salários mínimos e mesmo diante de programas habitacionais, realizados pelo governo, esses números continuam crescendo, problema atribuído à crise econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos, e que afeta, principalmente, os pobres.

No Brasil, não falta casa para morar; pelo contrário, segundo Boulos (2012), no país, o número de imóveis desocupados ultrapassa a quantidade de pessoas que necessitam de uma moradia. Com isso, chega-se à conclusão de que esses trabalhadores poderiam e deveriam ocupar essas moradias que se encontram vazias, sem cumprir a função social da propriedade. Nessa lógica, Boulos (2012, pag. 17) afirma que: “Em tese, nenhum imóvel precisaria ser construído para resolver o problema habitacional do Brasil”. Existem muitas pessoas sem-teto, e muitos tetos sem moradores.

2. A HISTÓRICA LUTA PELO DIREITO À MORADIA NO BRASIL

O Brasil possui uma longa história de luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade. Para entender como a classe trabalhadora vem conquistando direito na sociedade urbana, é de suma importância compreender a história dos processos de ocupação e regulamentação das terras no Brasil desde a política de concessão de sesmarias, onde a coroa consentia o uso das terras brasileiras, com o objetivo de garantir a ocupação territorial (CAVALCANTE, 2005).

Em 1850, com o Brasil independente de Portugal, programa-se a lei nº 601 denominada Lei de Terras, a qual restringia o acesso a terra no país e sua aquisição, a partir de então, só poderia se dar por meio da compra e venda, não podendo mais ser permitida o direito a ela pela lei sesmaria. Diante disso, o processo de concentração de riqueza nas mãos de poucos se concretiza e se intensifica, com graves consequências, sobretudo, para os trabalhadores livres.

Essa lógica se reproduziu no espaço urbano e foi responsável pelos graves problemas sociais na cidade, pois com o Estado, em um primeiro mo-

mento, controlando o acesso à terra e, posteriormente, com o mercado definindo as formas de uso e ocupação, restou aos trabalhadores viverem em espaços mais baratos e sem a infraestrutura mínima necessária à vida.

À medida em que as cidades cresciam, crescia com elas os problemas socioespaciais e também as formas de luta por melhores condições de vida. Os movimentos sociais urbanos construíram pautas importantes que se afirmaram, sobretudo, durante o período ditatorial brasileiro, denunciando as contradições do modo de produção capitalista, a distribuição desigual da riqueza e a redemocratização do país.

Com a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, amplia-se o caráter das lutas que passa a ser garantido constitucionalmente; a partir de então, cresce a pressão dos movimentos sociais para inserir na Constituição deveres do Estado que assegurem a sobrevivência da população mais vulnerável em áreas urbanas.

A inclusão do direito à moradia, na Constituição, se deu a partir da organização das entidades sociais e profissionais, que formularam uma emenda popular e conseguiram 130 mil assinaturas. Na Assembleia Nacional Constituinte, dedicou-se um capítulo específico para a questão urbana, como a falta de moradia e o direito à cidade, evidenciando, a importância da organização da classe trabalhadora, para lutar por seus direitos e conquistar seu espaço (REDE TVT, 2014).

No ano de 2000, por meio de uma emenda à Constituição, a moradia digna como um direito de todos, foi colocada no artigo 6º de maneira clara e objetiva:

Art.6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA de 1988).

O não atendimento aos direitos garantidos faz crescer as reivindicações sociais, entre elas, a ocupação tem se destacado no cenário nacional como

método de luta que, de maneira organizada pelos grupos de trabalhadores sem-teto, tem efeitos positivos. De acordo com Boulos (2012, p. 46), “Os trabalhadores sem teto que ocupam estão exigindo o cumprimento da função social da propriedade e reivindicando legitimamente o direito à moradia digna, também prevista na Constituição”.

Como mostra Boulos (*Ibid*), o capital não está se importando se há pessoas na cidade precisando de moradia; ele só quer saber se há pessoas que tenham condições de pagar por ela, fazendo com que a classe dominante, (construtoras e donos de terra), lucre cada vez mais, aproveitando-se dessa situação de necessidade e de fragilidade dos trabalhadores.

Além da inserção do direito à moradia na Constituição Federal, outro instrumento legal que a classe trabalhadora conquistou, através de lutas de centrais sindicais, nascida da pressão e mobilização, foi o Estatuto da Cidade, lei de número 10.257 aprovada em 2001, que tem como objetivo fazer cumprir a função social da terra urbana, regulamentando os artigos 182 e 183¹ da Constituição Federal que aborda sobre o desenvolvimento do meio urbano. Moreira (2008, p.6) explica que,

O Estatuto das Cidades traz um novo padrão de política urbana, fundado nas seguintes orientações: a instituição da gestão democrática da cidade, com a finalidade de ampliar o espaço de cidadania e aumentar a eficácia da política urbana; a valorização nas relações intergovernamentais e o fortalecimento da regulação pública do solo urbano, com a introdução de novos instrumentos sintonizados com os princípios da função social da propriedade.

Com essa lei, a propriedade urbana passa a ser considerada, em sua função social, um direito universal e abre possibilidade de tornar acessível à moradia para todos os brasileiros. Rolnik (1997) esclarece que o Estatuto da

¹ **Art. 182.** A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretriz geral fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. **Art. 183.** Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 2001).

Cidade pode trazer muitos benefícios para a classe trabalhadora, que não pode pagar pela moradia, pois essa lei pode estimular a instalação de trabalhadores em locais com infraestrutura, evitando que ocupe áreas de risco como morros, encostas etc. como também, incentivar as políticas municipais, a sustentabilidade, na formação e regulamentação da cidade, a partir do Plano Diretor para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Porém, será que isso realmente ocorre na prática? Será que o poder público coloca em prática todas as determinações da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, com todas as suas diretrizes, ou os interesses da classe dominante, prevalecem como prioridade pelo Estado?

O discurso do Estado é de que não consegue atender à demanda populacional por moradia que vem aumentando a cada dia, mas que os projetos e planos para erradicar o déficit habitacional estão sendo implantados. O que se observa é que o Estado tem, historicamente, dado prioridade a atender aos interesses da propriedade privada, aos grandes capitalistas, da especulação imobiliária, instrumentalizando áreas comerciais ou condomínios de luxo, e negando a atenção à função social à terra urbana, como previsto no Estatuto da Cidade e na Constituição Federal, questões melhor discutidas a seguir.

3. OCUPAÇÕES URBANAS EM PETROLINA: UM RESULTADO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O município de Petrolina surgiu como passagem de Juazeiro, na Bahia, para tropeiros e vaqueiros que viajavam com boiadas, ocupando as terras concedidas pela coroa a família Garcia D'Ávila. Em 1895, deu-se a emancipação do município e atualmente faz parte da região intermediária do São Francisco pernambucano e possui uma extensão territorial de 4.561,864 km.

O município integra várias cidades circunvizinhas como Lagoa Grande, Orocó, Cabrobó, Afrânio, Dormentes entre outras, atendendo a demandas principalmente de saúde e educação. Possui a segunda maior população do interior do estado com 293.962 habitantes, densidade demográfica de 64,44

hab./Km e IDHM - Índice De Desenvolvimento Humano Municipal de 0,697 (IBGE, 2010).

Petrolina compõe a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro – RIDE e possui um dos maiores PIB (Produto Interno Bruto) do semiárido brasileiro; em 2016, atingiu R\$ 5.794.761,14 (IBGE, 2016). O crescimento do setor agropecuário para a produção do agronegócio da fruticultura irrigada possibilitou também o crescimento do setor de serviços que, segundo dados do IBGE (2017), responde pela maior parte do PIB do município. Os dados demonstram a seguinte distribuição: setor terciário - 2.764.475,69; setor secundário - 656.960,65; setor primário - 677.374,64.

Os grandes investimentos da agricultura irrigada iniciados no final dos anos de 1960 impulsionaram o crescimento urbano na região do vale do São Francisco, sobretudo, em Petrolina e em Juazeiro. Um número significativo de trabalhadores do campo se direcionou para esta cidade em busca de melhores condições de vida e, em grande medida, ocuparam as áreas periféricas da cidade, uma vez que a mesma já apresentava, em sua natureza, desigualdades nas formas de ocupação da cidade, o que levou à ampliação dos problemas socioespaciais.

De acordo com Cruz, (2013), muitos trabalhadores ligados à agricultura irrigada residem nas periferias urbanas de Petrolina. São problemas gerados pelo modelo de desenvolvimento proposto, que não considera aqueles que são os responsáveis pela produção da riqueza da região.

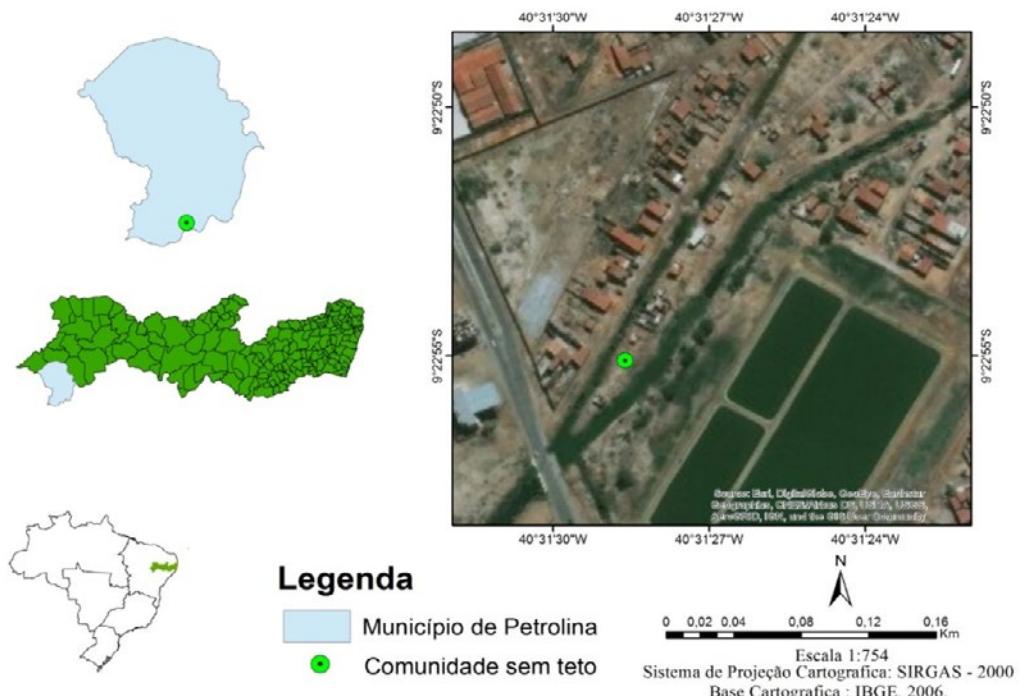
O crescimento da cidade, os significativos volumes de recursos produzidos por meio do trabalho, contrastam com a produção da miséria, que cresce a cada dia. A pobreza, como produto da geração de riqueza, revela a face cruel do modo de produção capitalista. Sob essa ótica, a moradia torna-se mercadoria e deixa de ter seu valor uso, para dar lugar ao surgimento do mercado de imóveis restringindo as possibilidades da classe trabalhadora de viver de forma digna, como garante a própria legislação.

Essas contradições no processo de produção do espaço se revelam quando as vozes das ruas se levantam em forma de ocupações, demonstrando a necessidade de pensar a sociedade de forma mais justa, conforme está no item que segue.

3.1 Ocupação da comunidade sem-teto Vila Salinas: um resultado do processo de produção desigual do espaço urbano em Petrolina

Vila Salinas é uma ocupação existente em Petrolina desde o ano de 2014; possui o nome salinas, devido às altas taxa de salinização existentes no solo da área. Localiza-se na zona norte da cidade, entre os bairros Pedro Raimundo e Jardim Amazonas, conforme o mapa a seguir:

Mapa 1: Localização da ocupação vila-salinas em Petrolina - PE



Fonte: Lopes, 2018

De acordo com pesquisas realizadas, na ocupação residem pouco mais de 2 mil trabalhadores; alguns desses vieram de outros assentamentos, pois foram expulsos das áreas ocupadas, outros vieram de cidades circunvizinhas para trabalharem nas empresas de agricultura irrigada e outros moradores, são trabalhadores desempregados sem condições de pagarem aluguel, tendo como única alternativa, viverem na ocupação.

As moradias são compostas por barracos de lonas, ou casa de taipa, que, em época de chuva, ficam alagadas e molhadas por dentro, fazendo com que o morador tenha que refazer todo o barraco novamente. A imagem a seguir demonstra essa realidade:

Figura 2: Ocupação Vila Salinas em Petrolina – PE



FONTE: Gomes, 2018

Essa ocupação, que ocorre em uma área de risco, faz parte das estatísticas do déficit habitacional que atinge 20 milhões de pessoas em todo o Brasil

e é resultado do modelo da política de habitação que, historicamente, impediu o acesso à moradia à população mais carente. Em Petrolina, mesmo com a entrega de 10.263 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, o déficit é de 6.747 famílias sem moradia (TV UNEB, 2018).

Por meio da pesquisa de campo na comunidade Vila Salinas, podemos compreender os resultados que a acumulação de riquezas produz no espaço. Os moradores entrevistados mostraram como se deu o processo de ocupação da comunidade, bem como as dificuldades enfrentadas por todos que resistem e lutam pelo direito à moradia digna.

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, educação, toda comunidade utiliza os serviços públicos oferecidos pela prefeitura. A moradora entrevistada nos explica que.

Aqui, a gente vai pro postinho de saúde, a AME as crianças vão pra escola, é tudo perto. Escolhemos um lugar que o acesso a serviços públicos é fácil de conseguir (entrevista realizada em 10 de novembro de 2018).

A disponibilidade dos serviços de energia e água, de acordo com pesquisas, são clandestinos. Eles nos informaram que já procuraram a Celpe - Companhia Energética de Pernambuco, empresa que distribui energia para toda a cidade, e também na Compesa - Companhia Pernambucana de Saneamento para exigir o direito, a regularização desses serviços básicos, que devem ser oferecidos a todos que residem na cidade. A moradora afirma que:

Já fomos reivindicar o direito a luz e a água, mas a Celpe e a compesa, sempre falam que vem realizar os serviços, mas nunca vem. Só promessas, e disso a gente está cheio. Mas por um lado, é bom, porque aqui não pagamos nem água nem luz, por ser de uso clandestino, e são duas contas fixas a menos todo mês, já que a maioria aqui, mal tem o que comer (entrevista realizada em 10 de novembro de 2018).

A partir dos relatos da moradora, podemos observar os serviços precários de luz, saneamento, água potável, falta de coleta de lixo e asfalto, problemas que existem em grande parte das periferias pelo Brasil.

Além da falta de todos esses serviços, na Vila Salinas, eles são obrigados a conviverem com um canal a céu aberto, que, em época de chuvas, transborda e alaga vários barracos, gerando doenças para os trabalhadores, como também a presença de muriçocas, mau cheiro durante todo o dia e até mesmo, como foi relatado pela moradora, a presença de jacarés na comunidade, como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 3: imagem do canal de estabilização da vila salinas em Petrolina – PE



FONTE: Gomes, 2018

Toda a população da Vila Salinas, sobrevive com rendas vindas de apó-sentadoria, bolsa família e da atividade com material reciclável, realidade de muitos brasileiros que, sem acesso a emprego, vive em condições precárias, convivendo com a miséria, que se contrasta com o conforto, luxo, de outro grupo social.

Rodrigues (2007, p.87) afirma que “o espaço segregado produto do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo não continue a ser condição de permanência, mas que se torne condição de mudança”. Identificamos, durante as pesquisas essa força de luta. Existe um movimento organizado pela comunidade que se reúne e vai em busca do direito estabelecido tanto na Constituição Federal, quanto no Estatuto da Cidade no que se refe-

re à moradia. Segundo um morador da Vila Salinas, sempre que preciso, esse grupo vai à prefeitura e através da manifestação e abaixo assinado reivindica seus direitos. “Essas manifestações, realizadas pelos trabalhadores mais pobres, “representam a resistência ao modelo mercantil e segregador da cidade do capital” (BOULOS, 2012, p. 49).

As manifestações realizadas pelos trabalhadores da Vila Salinas resultaram na presença do atual prefeito de Petrolina na comunidade, onde foi possível discutir a respeito do que deve ser feito para a melhoria das condições de vida da comunidade, ou se a prefeitura irá deslocar a população para conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida.

Segundo relatos da representante do movimento da ocupação, o prefeito informou que vai deslocar parte da comunidade, devido ser considerada uma área de risco com o canal, prometendo, também, a regularização e implementação de serviços básicos na comunidade de moradores, que irão continuar na área. Porém, segundo fala da representante do movimento e moradora da ocupação:

O prefeito, só veio aqui, por que foi época de eleição meu filho. Depois não veio mais. Nem ele e nem os secretários dele. A gente aqui vive de promessas. Mas daqui a gente não sai. Não troco minha casinha por uma das casas da minha casa minha vida, porque lá não posso plantar nenhum pé de planta, lá não vou ter privacidade. Sem falar que é muito longe de tudo (entrevista realizada dia 10 de novembro de 2018).

Diante dessa fala da moradora, percebemos que o Estado como um dos agentes que faz parte da construção da cidade, regula e cria leis urbanas, nega e exclui os trabalhadores, sucateando todos os serviços básicos que devem ser oferecidos a todo cidadão.

Vale ressaltar que o município possui o Plano Diretor, que tem entre os seus papéis regulamentar o espaço urbano, oferecendo melhores condições de vida a toda a população. Moreira (2008) explica que “O grande objetivo de Plano Diretor é construir cidades com uma qualidade urbana para todos, evitando a formação de assentamentos irregulares e informais”.

De acordo com Plano Diretor Municipal de Petrolina formulado em 2006, no art.47 diretriz I, afirma que a prefeitura tem o dever de “promover a construção de Habitações de Interesse Social, erradicando as casas de taipa”. Na IV diretriz, ainda do artigo 47, o Plano Diretor reforça o objetivo da criação de habitação, onde está escrito que é da prefeitura o dever de “Elaborar e executar a política municipal de habitação popular, em conformidade com as deliberações do conselho municipal da cidade”.

Diante dessas atribuições implementadas no Plano Diretor Municipal de Petrolina, fica evidente que a legislação nacional, estadual e municipal é bem elaborada, tratando todos iguais perante a lei. No entanto, o que a realidade demonstra é um processo contrário dessa mesma legislação, voltada a atender às necessidades de uma pequena classe, negando o direito à cidade e, consequentemente, à moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto durante toda a pesquisa, ficou evidente que um dos problemas existentes em nossa sociedade, se desenvolve no espaço produzido por modelo econômico que necessita da existência da desigualdade socioespacial para se reproduzir.

Ao nos referirmos à necessidade de destinar moradia digna, estamos falando não somente da casa bem estruturada, mas também do acesso aos serviços de que a cidade precisa oferecer a todos como educação, saúde, lazer, oportunidades, pois somente o acesso a casa, não insere o trabalhador na cidade e não resolve o problema da precarização das condições de vida.

Compreendemos que o déficit habitacional no Brasil ainda é assustador, e isso se dá devido à forma como Estado e o mercado atuam, pois a maneira como se articulam beneficiam pequenos grupos da sociedade, justamente aqueles menos necessitados.

Identificamos que existe uma organização social importante na ocupação Vila Salinas que luta pelo direito à cidade, e que resiste há quatro anos mesmo diante de tantas dificuldades. São trabalhadores que não pretendem

abandonar a luta pelo direito à moradia digna, que mesmo sendo vistos por muitas pessoas na sociedade como estereótipos negativos, que não tem coragem de trabalhar para conseguir sua casa, ou pagar um aluguel, a luta deles levanta questões mais profundas, que vão além da obtenção da casa. Questiona-se o processo desigual com que se estrutura o país, seja ele social, político ou econômico.

Esta pesquisa foi de suma importância para o mundo acadêmico, pois contribui positivamente para o entendimento do problema da falta de moradia digna, como também, contribui para a ciência geográfica, especificamente na área da Geografia Urbana, para que possamos entender as raízes dos problemas existentes nos espaços urbanos da sociedade capitalista.

Portanto, vale destacar que, durante toda a pesquisa realizada, pôde ser observado que, a partir das ocupações de moradores sem-teto, podemos desenvolver novas abordagens, necessárias à compreensão das condições de vida da classe trabalhadora nos espaços urbanos; a força do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST como também; o papel político dos movimentos sociais em lutarem pela construção de um país mais justo.

REFERÊNCIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA: **Projeto de Lei do Plano Diretor do Município de Petrolina.** Petrolina-PE, 14 de novembro de 2006. Disponível em :<https://leismunicipais.com.br/a/pe/p/petrolina/lei-ordinaria/2006/188/1875/lei-ordinaria-n-1875-2006-dispõe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-município-de-petrolina-e-da-outras-providências> Acesso em : 10 de outubro de 2018.

BOULOS, Guilherme. **Porque ocupamos?**. São Paulo: Tecc. 2012.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade, Brasília, jul. 2001. Disponível em : https://www2.senado.leg.br/bdsf/bits-tream/handle/id/531047/000954805_Estatuto_Cidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 12 de Dezembro de 2018.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Acesso em 09 de Novembro de 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo, contexto, 2007.

CAVALCANTE, J. L. **Lei de Terra de 1850.** Histórica (São Paulo. Online), v. 2, p. 1-7, 2005. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiasanteriores/edicaoo2/materiao2/> acesso em 12 de outubro de 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1995.

FREITAS, Tânia Maria. FERREIRA Cleison Leite. **A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama – DF**, Brasília, 2011.

Fundação Getulio Vargas: **déficit habitacional no Brasil.** Disponível em: <<http://controversia.com.br/8076>> acesso em 13 de outubro de 2018.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/por-cidade-estado-estatisticas.html?t=destaques&c=2611101>>, acesso em 08 de novembro de 2018.

TV UNEB. **Deficit habitacional em Petrolina.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZPnadw8I7Io>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

MIRANDA, Ângelo Thiago. . **Urbanização do Brasil: Conseqüências e características das cidades.** UOL Educação, 30 jun. 2006

MOREIRA, França Helion. **O plano diretor e as funções sócias da cidade.** Rio de Janeiro, abril de 2008.

REDE TVT. **Bom para todos: direito a moradia.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PYKkURXBc-M> acesso em 18 de novembro de 2018.

RODRIGUES Moises Arlete. **Desigualdade sócio espacial a luta pelo direito a cidade**, 6. ed. São Paulo: 2007.

RODRIGUES, Arlete Moises. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7.ed. – São Paulo: Contexto , 1997.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SOUZA CRUZ, patrícia Fernanda de **Reestruturação urbana em Petrópolis-Pe**: um olhar a partir da implantação dos novos produtos imobiliários. Dissertação (mestrado em planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SPOSITO, Beltrão Encarnação. **Espaços Fechados e Cidades**. 1. Ed. São Paulo: Unesp, 2013.



PRAÇAS PÚBLICAS ENQUANTO ESPAÇOS DE LAZER: O CASO DA PRAÇA PEDRO PEREIRA GUEDES, SÃO VICENTE FÉRRER - PE

Anderson Tafarel de Brito Férrer

Gevson Silva Andrade

RESUMO

O trabalho intitulado de praças públicas enquanto espaços de lazer: o caso da praça Pedro Pereira Guedes, São Vicente Férrer - PE possui como objetivo central explorar o conceito de praça pública, considerando o viés dos espaços públicos de lazer, tendo a praça Pedro Pereira Guedes como objeto de estudo e análise. Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas revisões bibliográficas sobre a categoria de espaço público, conceitos e função das praças públicas bem como a manifestação do fenômeno de lazer nesses espaços. Também foram realizadas visitas técnicas a praça como forma de coleta de dados para a apuração dos resultados. O método que embasou a pesquisa foi o fenomenológico diante da necessidade de compreender, a partir das visitas realizadas, como é a caracterização da praça Pedro Pereira Guedes. Os resultados mostraram as mudanças e permanências desde a construção da praça até os equipamentos presentes, uma vez que estes pro-

porcionam à população a capacidade de se apropriar de diferentes formas, sobretudo com relação ao lazer.

Palavras-chave: Praça pública; Espaço público; Lazer; São Vicente Férrer – PE.

INTRODUÇÃO

Para iniciar a discussão surge a necessidade de entender que o objeto de estudo do trabalho será a praça Pedro Pereira Guedes enquanto espaço público situado na sede do município de São Vicente Férrer. Dito isso, o município em questão apresenta uma carência muito grande com relação aos equipamentos de serviços em lazer, desta maneira, a comunidade se apropria da Praça Pereira Guedes que se transforma num espaço público apropriado ao lazer.

A princípio, a geografia enquanto ciência está totalmente preocupada em estudar o espaço e o que nele ocorre, dando condição para identificar, conhecer e compreender a natureza dos fenômenos que acontecem no espaço e que derivam de diversos fatores sociais, econômicos, políticos, ambientais e etc., esta afirmação, por excelência, diz respeito também a questão do espaço público da cidade contemporânea, sobretudo pela carência na exploração desta temática na atualidade.

A existência do espaço público na cidade enquanto espaço de direito à cidadania expõe a face de que por ser público deveria ser acessível a todos e todas, uma vez que este pode ser encarado como social, onde as relações pessoais são produzidas e reproduzidas mediante a necessidade de quem o/a frequenta.

Abordado a noção do espaço público e redirecionando o foco para o espaço público da cidade de São Vicente Férrer, que assim como demais cidades interioranas, apresenta uma carência muito grande em relação a equipamentos de serviços que gerem bem estar a população que reside tanto na cidade quanto no campo, desta maneira, a presença da Praça Pereira Guedes

enquanto espaço público de lazer se transforma em palco para a comunidade que se apropria do espaço público através do uso deste em função da necessidade de sair de casa para se divertir com os/as amigos/as, familiares e demais relações.

Por isso, cabe ao trabalho explorar o conceito de praça pública, considerando o viés dos espaços públicos de lazer, tendo a praça Pedro Pereira Guedes como objeto de estudo e análise. O trabalho justifica sua importância em função de tornar possível analisar o espaço público da cidade garantindo o compromisso em realizar leituras sobre as dinâmicas urbanas locais e por meio da fenomenologia reforça o sentimento que as pessoas que frequentam a praça possuem numa tentativa de ter um lugar para chamar de seu.

A metodologia do referido trabalho está fundamentada em revisões bibliográficas onde foram realizadas leituras em livros, artigos e outros trabalhos acadêmicos e também se deu a partir da realização de visitas técnicas para a coleta de dados como a fotografia. A pesquisa também apresenta uma abordagem do ponto de vista fenomenológico, pois levará em consideração o cotidiano, as experiências e as percepções de vida dos/as frequentadores/as da praça, colocando o sujeito (a população que frequenta a praça) sobre o objeto (a praça) como forma de compreender que as diversas apropriações da praça enquanto espaço público se dá mediante os usos da população.

Segundo Sposito (2004, p. 38)

No método fenomenológico, é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente o objeto torna-se elemento a jusante, correndo o risco de se tornar apenas o elemento a ser analisado.

Por fim, a pesquisa se enquadra como descritiva, no sentido de caracterizar a praça desde a sua construção até os dias de hoje. Em síntese, conclui-se que a praça é um espaço público capaz de conferir a capacidade de lazer à população, pois a possibilidade de visualizar um espaço para o encontro, a reunião e a conexão entre sujeito e cotidiano se faz presente diariamente dentro de uma lógica afetiva.

ESPAÇO PÚBLICO: CAMINHOS PARA ENTENDER ESTE CONCEITO

Espaço público é, fazendo uma interpretação da própria palavra, aquele cujo acesso é destinado a indivíduos que pertencem – ou não, a cidade, mas que utiliza como via de regra para devidos fins tais como a circulação, lazer, consumo, que propiciam sociabilidades e demais práticas cidadãs. Porém, não se limita apenas a esta noção, é muito mais complexo que esta, dadas as inúmeras interpretações e projeções. Cabe ressaltar que não é preocupação do trabalho apenas considerar o espaço público apenas aqueles recortes que se opõe ao privado, pois esta ótica reduz a dimensão que é o conceito abordado, a pesquisa baseia-se muito mais no espaço público enquanto espaços de fácil acesso a população e que estão total e intrinsecamente ligados a vida pública, tais como as ruas, calçadas, parques, e, sobretudo, praças.

O espaço público é aquele que, a grosso modo, é do público, já que está na cidade, mas não se limita apenas a lógica urbana, uma vez que também se faz presente nos espaços rurais, desta maneira significa então, que é o espaço onde a cidadania se manifesta. Para este pensamento, está expresso em Borja (2003, p.22) que “[...] a nossa vida depende do equilíbrio da relação entre cidade, espaço público e cidadania”, pois é no espaço público que se encontra a possibilidade de construção da cidadania, por meio das relações individuais e/ou coletivas, na afirmação da/s identidade/s construídas, na democracia e acessibilidade – que são características essenciais no papel desempenhado por estes, e, sobretudo, na dimensão destes espaços enquanto passíveis de ação política.

Outra questão importante ao entendimento do espaço público é a questão da acessibilidade e nas palavras de Serpa (2007, p. 22) esta acessibilidade

Está estreitamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica (e abstrata) na concretização física dos espaços públicos urbanos.

As palavras do autor são relevantes devido a duas questões: a primeira delas é que a acessibilidade está vinculada ao espaço físico, ou seja, propõe a construção de espaços cuja expressão máxima seja à inexistência de barreiras físicas em seus trajetos, pois estas impedem o acesso que é para todos e todas, e também ao espaço simbólico onde este, está muito mais vinculado ao padrão de estética e de comportamentos que atraem ou repelem quem quer que esteja usando o espaço. A segunda questão parte do fato de que não se pode apenas considerar os aspectos físicos como mais importantes a que os simbólicos, pois o fato de ser simbólico traduz os espaços públicos como sociais, sendo capazes de gerar bem-estar, desta maneira, deve sempre haver um equilíbrio entre as duas funções.

O diálogo que Serpa trava sobre esse conceito vai além das questões de acessibilidade, atinge também, a esfera política, pois como ele mesmo aponta o espaço público nas cidades contemporâneas se caracterizam como “espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política” (SERPA, 2007, p. 09).

Nesse sentido ele apresenta o espaço público como garantia de pertencimento e contribui para o entendimento desse espaço através de sua representação subjetiva na relação entre espaço público e sociabilidades e acrescenta que é também um “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideias de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos (SERPA, 2007, p. 09)

Na mesma linha de raciocínio, outro autor que contribui sobre essa projeção do espaço público é Paulo César Gomes quando afirma que é inapropriado e insuficiente dizer que é público aquilo que não é privado, o autor aponta que o espaço público não se coloca apenas como aquele que é coletivo, por outro lado, é justamente aquele que mantém total relacionamento com a vida pública.

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas

e interesses, nutrem-se da co-presença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (GOMES, 2006, p. 163)

Essa definição coloca o espaço público como capaz de gerar nos indivíduos a capacidade de estabelecer diálogos onde são compartilhadas as experiências de vida de diferentes indivíduos e grupos sociais.

PRAÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS, FUNÇÕES E A QUESTÃO DO LAZER

Considerando o tempo e o espaço, as praças públicas remontam o contexto histórico desde a Grécia Antiga, contudo, desde a sua gênese até os dias de hoje, as praças públicas foram ganhando novas formas, conceitos e funções dadas às condições urbanas a quais foram submetidas. A primeira manifestação de praça pública foram as ágoras¹ e sua função era fornecer a possibilidade de a população exercer o poder da fala e debate entre os cidadãos.

Porém, e como já foi exposto, o conceito de praça foi evoluindo conforme o tempo e ampliando as suas funções conforme evoluía, é pertinente abordar as praças como espaços livres que cumprem o papel de se apresentar enquanto espaço público na cidade, sobretudo as cidades contemporâneas, por isso, na atualidade, as praças não se limitam apenas a noção posta na Grécia Antiga, está muito mais além, uma vez que as praças públicas são tidas como símbolos que carregam subjetividades e que, no espaço urbano, cumprem o papel de fornecer ao sujeito a capacidade de gerar cotidianos, rotinas, sociabilidades e, ainda, gerar o lazer.

A importância das praças para a cidade e para o sujeito, sobretudo no reforço da cidadania, atinge as esferas das questões ambientais quando gera bem-estar aos frequentadores; funcionais através da disponibilização de es-

¹ A ágora grega era um espaço aberto, normalmente delimitado por um mercado, no qual se praticava a democracia direta, visto ser este o local para discussão e debate entre os cidadãos (MACEDO e ROBBA, 2002).

paços para a manifestação artística e cultural e estéticos e simbólicos no reforço da identidade produzida pelo sujeito a partir do contato com o espaço.

Para compreender as importâncias mencionadas, foi construído um quadro explicando tais esferas e seus significados.

Quadro 1. Questões e significados

Questões	Significados
Questões Ambientais	Estes dialogam sobre como a praça propicia a melhoria na ventilação e aeração urbana; sombreamento das ruas, canteiros e assentos; controle da temperatura e melhoria na drenagem das águas da chuva protegendo o solo
Questões Funcionais	Considerando que muitas cidades não dispõem de muitos equipamentos de lazer, as praças são responsáveis por disponibilizar e propiciar atratividades culturais, sociais e artísticas que geram lazer.
Valores Estéticos e Simbólicos	Imprimem na paisagem urbana a capacidade de valorização e pertencimento do indivíduo em relação à cidade. Também gera no espaço símbolos de qualidade de vida devido à valorização das formas, cores, e texturas que integram características estéticas aos equipamentos disponibilizados.

Fonte: Autor (2018) a partir dos seguintes autores Verônica Cres-tani Viero & Luiz Carlos Barbosa Filho (2009)

Por exceléncia, a existência de praças públicas nas cidades deriva de diferentes funções, dependendo de uso da população. Parte do discurso de valorização da identidade do indivíduo ao entrar em contato com a forma, da construção simbólica e afetiva na expressividade do lugar, do arranjo ambiental carregada pelo verde na cidade e que serve para o conforto ambiental e estético contribuindo visivelmente para a paisagem bem como da capacidade de gerar lazer.

As praças públicas, em seu contexto geral, estão impressas no espaço urbano enquanto equipamento de lazer, inegavelmente, não seria possível abordar a questão do lazer sem considerar que este fenômeno é, antes de

tudo, complexo e dinâmico. Complexo, pois pensar em lazer é considerar que o sujeito determina as práticas no espaço, assim como o espaço pode determinar as ações do sujeito e dinâmico porque esta relação tende a se modificar considerando os ritmos, as interações, o tempo e até mesmo o próprio espaço.

Inúmeras são as atividades que podem ser realizadas numa praça pública e que se manifestam enquanto lazer, dentre elas, o passeio, o descanso, a reunião de amigos depois da escola, as festas de ruas que movimentam o público e etc. Desta maneira, é perceptível que o lazer não se manifesta de maneira isolada bem como não apresenta uma só finalidade, mas um conjunto delas com o indivíduo, grupo ou conjunto deles, estabelecendo relações com as diversas dimensões da vida pública como a educação, a economia, a política, o trabalho e entre outros.

Em seu artigo sobre espaço público, PIMENTEL (2010, Apud MARANHO, 2016) acrescenta que para identificar o lazer é necessário compreender algumas questões

Desta forma, para compreender o significado do fenômeno lazer, é necessário recorrer à cultura, política, economia, diferentes formas de saber, crenças, mas, acima de tudo, ao momento histórico vivido. Compreende-se o lazer, então, como um fenômeno sociocultural, complexo e amplo, varável historicamente, e essencial para a análise da vida pública. (PIMENTEL apud MARANHO, 2016, p. 166)

Corroborando ao fato de que a denominação de lazer está vinculada a uma teia de fenômenos que se conectam e vão se moldando, mediante a necessidade de quem está consumindo, portanto a esse fato atribui a praça, enquanto elemento da vida pública, ser capaz de gerar no indivíduo o sentimento e interesse por um espaço, fenomenologicamente se tratando, apropriado para chamar de meu, de nosso, ou seja, um lugar onde o sujeito possa se sentir pertencente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A CARACTERIZAÇÃO DA PRAÇA PEDRO PEREIRA GUEDES, SÃO VICENTE FÉRRER – PE

É importante deixar claro que a praça Pedro Pereira Guedes está localizada no município de São Vicente Férrer este localizado no Agreste Setentrional do estado de Pernambuco e mediante os dados referentes ao censo do IBGE (2010) conta com uma população de aproximadamente 17 mil habitantes.

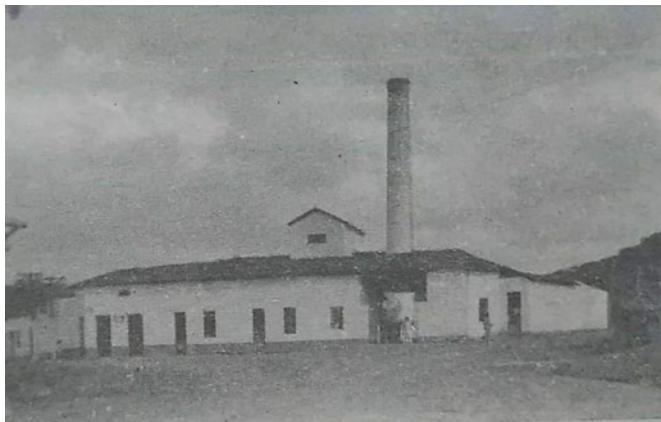
Ao que se entende sobre seu surgimento se deu a partir de uma feira livre, como consta Galvão (1927 apud LIMA, 2006, p. 49)

Começou São Vicente a povoar-se em 1852. Deveio sobretudo ao fato da criação de uma feira ali, por iniciativa dos cidadãos Jerônimo de Albuquerque Mello, João da Silva Pessoa e José Joaquim do Espírito Santo. Estes em um domingo de maio do referido ano, conseguiram reunir, sob uma copada árvore que então existia, onde hoje é a rua do comércio, no povoado, grande porção de mercadores e, com outras mais pessoas, constituíram uma feira. Desse fato nasceu a construção das primeiras casas e de uma igreja do patrocínio de São Vicente.

É pertinente afirmar que o recorte do trabalho não é abordar as questões vinculadas ao povoamento a partir da feira e consequentemente seu surgimento, entretanto, eminentemente alguns recortes deste contexto histórico auxiliam no entendimento e também conhecimento do surgimento da praça.

Antes de ser nomeada como Praça Pedro Pereira Guedes, era chamada de Praça José Francisco de Moura Cavalcanti, construída e inaugurada sob a administração do prefeito Laete Ribeiro do Egito em 1981, onde funcionava o engenho Gracioso de Lima, antes chamado de engenho Capibaribe de Baixo.

Figura 2. Engenho Gracioso de Lima em 1951



Fonte: SUNA (2013)

No contexto explicado por Suna (2013, p. 58)

O engenho Capibaribe de Baixo iniciou suas atividades no início do século XX e sem nenhuma modificação importante funcionou até 1946, quando o Sr. Pedro Pereira Guedes comprou do Cel. Nestor de Moura, mudou o nome para Gracioso onde construiu novas instalações (Local da atual praça Pedro Pereira Guedes). No ano de 1947, pôs o “engenho novo” para funcionar, mas em novembro de 1976, as moendas pararam, a fornalha apagou, a caldeira esfriou, o alambique não mais destilou e no vai-e-vem de burros carregados e trabalhadores suados, cessou.

A praça, inaugurada no dia 26 de outubro de 1981 como Praça José Francisco de Moura Cavalcanti e depois, em 09 de fevereiro de 1989, teve seu nome mudado para Praça Pereira Guedes. Para os dias de hoje, comparando com a figura 2, a figura 3 mostra que desde o período de sua construção, conserva apenas o bueiro² localizado no centro da praça e que se consolida enquanto rugosidade frente às mudanças estruturais que foram acontecendo na praça.

² Tubo pelo qual a fumaça escapa; chaminé. Acesso em: <<https://www.dicio.com.br/bueiro/>>

Figura 3. Bueiro da praça



Fonte: Anderson Tafarel de Brito Férrer (2018)

A praça em questão reúne amigos, estudantes, indivíduos do próprio município e de outras localidades que usam a praça sejam para descansar pós-rotina de trabalho ou pós termino das aulas nas escolas locais. Usam e se apropriam para a simples passagem, para conversar com os amigos marcando encontros casuais. Também é usada para a realização de eventos promovidos pela prefeitura municipal de São Vicente Férrer que estimulam o fortalecimento da cultura local, preservando e conservando sua memória bem como introduzindo na população o sentimento de pertencimento enquanto respaldo do conhecimento sobre o próprio patrimônio.

Com relação a estrutura da praça, além do bueiro, contém também espaço destinado ao assento da população, tanto em volta do bueiro quanto em volta da própria praça bem como conta com a existência de escadarias, como mostra a figura 4.

Figura 4 – Assento para a população



Fonte: Anderson Tafarel de Brito Férrer (2018)

Apresenta também no seu entorno dois pontos fixos de lanchonete, a lanchonete de seu Bosco (figura 5) e a lanchonete de Ittos (figura 6).

Figura 5 – Lanchonete de Bosco



Figura 6 – Lanchonete de Ittos



Fonte: Anderson Tafarel de Brito Férrer (2018)

Assim como possui um ponto fixo de moto táxi (figura 7) logo na chegada da praça.

Figura 7 – Ponto de moto táxi



Fonte: Anderson Tafarel de Brito Férrer (2018)

Ao fato de a praça conter duas lanchonetes e também um ponto fixo para moto taxistas revela o quanto se pode considerar que esta é acessível do ponto de vista de que, além de estar localizada na entrada da cidade onde consequentemente o fluxo de pessoas é maior, os indivíduos que estiverem frequentando a praça a qualquer momento podem também frequentar as lanchonetes, de acordo com a sua preferência e após isso, podem se descolar para a(s) sua(s) residência(s) utilizando o serviço de moto taxistas, corroborando para o fato de que esta estrutura é estratégica aos olhos dos comerciantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que a praça Pedro Pereira Guedes, é hoje, a maior expressão de espaço público apropriado ao lazer do município em questão, uma vez que este apresenta uma carência enorme vinculada a ausência de espaços

públicos de lazer que gerem recreação e entretenimento. A configuração da praça, desde a conservação do bueiro datadas do período do engenho até os dias de hoje com a construção de assentos e a presença de lanchonetes e ponto fixo de moto taxis comprova a hipótese de que a população enxerga neste espaço público estudado a possibilidade da construção de afetividades por meio do encontro, da reunião e da proporcionabilidade do lazer em diversos formatos.

REFERÊNCIAS

BORJA, J. *La ciudad conquistada*. Madri: Alianza, 2003.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 nov. 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

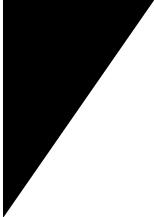
LIMA, Daniel Ferreira de. **São Vicente Férrer**: um patrimônio a ser resgadado. 2006. 97 p. Monografia (Pós-Graduação em História do Nordeste) - Universidade de Pernambuco- PE Faculdade de formação de professores de Nazaré da Mata, Nazaré da Mata, 2006.

MARANHO, Mariana Ciminelli. **O lazer no contexto do espaço público: algumas aproximações**. 2016. 8 p. Artigo (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paraná, 2016. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd216/o-lazer-no-contexto-do-espaco-publico.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: Unesp, 2004.

SUNA, Lusivan. **São Vicente Férrer**. Recife: s/e, 2003. 129 p.



A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CARTOGRÁFICO NAS AULAS DE GEOGRAFIA COM ALUNA CEGA NA ESCOLA DOM RICARDO VILELA NO MUNICÍPIO DE NAZARÉ DA MATA-PE

Darlene Marques da Silva Massaranduba

Paulo Roberto Florêncio de Abreu e Silva

1. INDRODUÇÃO

Este trabalho faz parte do TCC, defendido no ano 2018 na UPE Mata Norte. Tem como objeto de estudo investigar os movimentos de construção do conhecimento cartográfico nas aulas de Geografia com a aluna cega da turma do 1º ano do Ensino Médio na Escola Dom Ricardo Vilela do município de Nazaré da Mata PE.

Nossa problemática consiste em identificar como a professora de Geografia constrói o conhecimento cartográfico com a aluna cega; pois, a ciência geográfica é visual, que trabalha o conceito de espaço geográfico. Assim, num primeiro momento, nós teorizamos com os conceitos da Cartografia Tátil que é uma ferramenta com base teórico-metodológica que auxilia na definição dos tipos de representações utilizadas e no seu uso para o ensino de Geografia.

A Geografia sendo uma componente curricular obrigatória no currículo escolar utiliza a Cartografia Escolar num movimento de alfabetização car-

tográfica, pois esta fornece a base necessária para a representação. Assim, o nosso problema da pesquisa foi investigar se existe construção do conhecimento tanto geográfico como cartográfico com a aluna cega.

Constatamos uma série de deficiências, em primeiro lugar, é a delicada situação desta aluna, a qual em todas as disciplinas apresenta dificuldades, até mesmo na escrita do braile e que seus professores não podem orientá-la nesse tipo de escrita, porque também não dominam.

Em segundo lugar, ela possui mais de 30 anos de idade e estuda no turno da tarde junto com estudantes visuais adolescentes que estão na série correspondente a sua faixa de idade, (1º ano do Ensino Médio), o que indica falta de convívio em grupo, pois ela se sente inibida, desconfortável e até sozinha, se auto exclui do convívio com seus colegas de classe por não se sentir pertencente a aquele espaço. Ela se sente desterritorializada, ou não? Acreditamos que sim, porque contradiz totalmente o que se entende por educação inclusiva. Como será possível construir conhecimento cartográfico sem interação entre os alunos com sua colega cega e até com a própria professora? O que parece acarretar desmotivação nos estudos.

Outra dificuldade encontrada nesta construção, é a formação da professora que leciona a disciplina de Geografia, pois, sua formação é História. Assim, verificamos que a construção do conhecimento geográfico/cartográfico, é apenas através do livro didático, essa construção satisfaz, ou não? Acreditamos que não, pois, a professora não tendo a formação em Geografia, essa construção fica reduzida a partes, e o todo deixa de ser construído, tanto com os alunos visuais e mais ainda com a aluna cega.

2. CARTOGRAFIA ESCOLAR

A Cartografia é um campo do conhecimento essencial para a representação Geográfica. Por meio dela os estudos geográficos podem ser melhores dimensionados, o que permite um aprofundamento a partir da delimitação do objeto de estudo.

Castrogiovanni (2000, p. 38) comenta:

Cartografia é o conjunto de estudos e operações lógicas-matemáticas e artísticas que, a partir de observações diretas e da investigação de documentos e dados, intervém na construção de mapas, cartas, plantas e outras formas de representação, bem como no seu emprego pelo homem. Assim, a cartografia é uma ciência, uma arte e uma técnica.

Percebe-se, dessa forma, a íntima ligação entre a Cartografia e a Geografia, onde são duas áreas do conhecimento que se completam em que uma trata da representação do real (espaço geográfico), enquanto que a outra cabe à função de analisar este espaço, respectivamente.

O ensino de Geografia deve ser iniciado ainda na educação infantil, a partir da construção de um mapa, por exemplo, dando início, dessa forma, a alfabetização cartográfica. A necessidade de implantar o ensino cartográfico desde as séries iniciais surge de ações que o aluno precisa ter para “ler” representações cartográficas. No ensino de Geografia é importante esclarecer a relevância de um mapa principalmente como uma representação política, através da dominação dos territórios.

Porém, parece que há dificuldades em alguns professores em trabalhar com Cartografia e, além disso, algumas escolas, especialmente as públicas, não oferecem materiais que facilitem o trabalho do docente, o que acaba por comprometer aprendizagem. Silva (2013, p. 15), comenta a respeito da insegurança dos professores de Geografia em trabalhar os conceitos cartográficos:

A construção do conhecimento cartográfico, por parte dos professores de geografia, parece apresentar complexidades, uma vez que, sobre a forma de incertezas, de acasos, de fragmentações, tem desafiado alguns desses profissionais.

Sugere-se que os professores de Geografia busquem complementar sua formação nessa área que envolve os estudos cartográficos, especialmente os que apresentam dificuldades, para terem o embasamento teórico necessário para que possam cumprir com o propósito da dialógica entre a Geografia e a Cartografia.

3. CARTOGRAFIA TÁTIL

Cartografia Tátil é uma ferramenta importante para alunos cegos ou com deficiências visuais, pois fornece a exploração da organização e distribuição dos espaços de vivência. A mesma permite a esses alunos uma nova maneira de ler o mundo já que seus olhos não lhes permitem. Segundo Jordão e Sena (2011, p. 522)

A Cartografia Tátil é essencial para o ensino da Geografia de modo que as pessoas com deficiência visual podem atender tanto às necessidades do seu cotidiano quanto para localizar e estudar o ambiente em que vivem através da adaptação das informações.

Durante o decorrer de suas vidas, os cegos, algum dia, vão precisar se orientar, seja em uma rua, em um shopping ou em qualquer outro lugar e uma pessoa cega, em geral, tem a impossibilidade de acesso à comunicação via imagem e nem sempre a explicação oral consegue atingir seu objetivo. Cabe aos instrumentos cartográficos tátteis, proporcionar essa orientação. Mas, para que isso aconteça, é necessário que a escola (lugar onde as crianças passam maior parte do dia) em parceria com professor de Geografia construam habilidades.

Entende-se desta forma, que a Cartografia possibilita a representação de um recorte do espaço, mas como representar um recorte daquilo que não é visto?

Segundo Jordão (2011, p. 63)

A ausência ou limitação da visão interfere na relação do indivíduo com seu espaço e vivência, que por sua vez influencia na compreensão do raciocínio espacial e dificulta a apropriação e interação autônoma e independente deste sujeito com o lugar.

Dessa forma, parece que há dificuldades na construção do conhecimento com alunos cegos ou com alunos com alguma deficiência visual. Essas dificuldades interferem diretamente na vida desses alunos seja na construção do conhecimento, ou na forma de pensamento a respeito dos conteúdos ou até mesmo no interesse pelos estudos. O que é reafirmado por Sena (2007,

p. 01) “a pessoa com deficiência visual tem diminuída ou mesmo comprometida a capacidade de decodificar informações que estão sintetizadas em imagens, necessitando de uma adaptação dessa informação para sua compreensão total ou parcial”.

Diante dessas dificuldades e necessidades surge a Cartografia Tátil que é um aparato importante tanto para a sociedade, quanto para a instituição escolar, pois além de ser um meio de inclusão e também constrói conhecimento com cegos ou aqueles que possuem algum tipo de deficiência visual.

A Cartografia Tátil desenvolve nos alunos cegos a capacidade de percepção, observação e representação do espaço, pois de acordo com Almeida (2008, p.36)

De modo geral a cartografia tátil deve dar as pessoas com deficiência oportunidades semelhantes àqueles que podem ver, ou seja, as representações cartográficas que são apreendidas essencialmente pela visão podem ser concebidas pelo tato, desde que os materiais sejam adaptados e construídos com este objetivo.

Logo, percebe-se que além de auxiliar os alunos cegos a construirão noções espaciais, a lerem o mundo em qual vive, a cartografia tátil também é em sala de aula um meio de inclusão no qual todos os alunos, independentemente de grau de cegueira, se sentem inclusos e capazes de adquirir e construir conhecimentos.

A Cartografia Tátil inserida na sala de aula, é um meio de restituir aos alunos cegos a “classe regular”, que de acordo com Fonseca (1995, p.78), “Na classe regular não só se aprende com estigma como provavelmente por esta razão se aprenderá melhor, desde que, obviamente, a interação envolva um novo sistema organizacional”. Para que isso aconteça, é necessário que a escola e a classe alarguem as oportunidades de construção do conhecimento de todos os alunos, inclusive os cegos.

Embora a Cartografia Tátil possibilite a integração dos cegos nas aulas de Geografia, apenas isso não será suficiente para quebrar o paradigma que há naqueles que são ineducáveis. É preciso novos programas, novos supor-

tes, novos recursos, novos apoios, de fato, há uma enorme carência de uma nova visão, tanto interna como externamente.

4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Até o início do século XVIII, as noções ligadas às deficiências eram basicamente relacionadas ao misticismo e ocultismo, não havendo critérios científicos para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. Cruisckshank (2004, p. 11) diz que “As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos”. Ou seja, apesar da necessidade de educação para os deficientes essa ideia só passava como pequenas faíscas em mentes de alguns poucos cidadãos.

De modo geral, o novo sempre causa temor e como muito pouco se sabia sobre deficientes, acabam sendo marginalizados na sociedade.

Com o passar do tempo esse quadro foi sendo modificado. Na Europa, houve o primeiro atendimento para deficientes, refletindo mudanças nas atitudes dos grupos sociais, concretizando medidas educacionais. Tais medidas foram se expandindo, levadas primeiramente aos Estados Unidos e Canadá e posteriormente para outros países, inclusive ao Brasil.

Segundo Mazzotta (2003, p.174) “A educação especial deve ser caracterizada como uma atividade suplementar voltada para a eliminação ou minimização dos obstáculos que cerceiam ou podem cercear o desempenho do aluno deficiente”. O papel do educador para promover a inclusão é imprescindível: ele quem deve propor atividades variadas que desenvolvam as potencialidades intelectuais de cada aluno para que estes consigam identificar também suas fragilidades, levando em consideração as limitações dos alunos especiais.

Dessa forma, quando cada estudante percebe qual disciplina apresenta mais dificuldades eles passam dar suporte uns aos outros. Mas, para que isso aconteça o professor tem que estabelecer o respeito entre as diferenças de

cada aluno, de maneira que possam notar que cada um tem dificuldades e habilidades que não só podem e como devem se ajudar.

Neste sentido, o ensino especial deve oportunizar o acesso dos alunos deficientes aos conhecimentos científicos e culturais, as instituições de ensino devem promover, de formas significativas, o acolhimento aos alunos com necessidades educacionais especiais tendo como foco a formação humana.

Sabe-se da existência da lei que garante o acesso à educação para pessoas com necessidades especiais nas mesmas condições que os demais, partilhando das mesmas aulas ministradas por um professor que ensina da mesma forma a todos, preparado para explanar os assuntos para aqueles estudantes que se encontram nas mesmas condições físicas e mentais que ele, enquanto os alunos portadores de algum tipo de deficiência não entendem ou não acompanham o raciocínio saudável dos seus colegas dito “normais”. Será que esse modelo de educação inclusiva que está sendo vivenciado está de fato atendendo as necessidades intelectuais desses alunos com necessidades especiais?

A educação inclusiva propõe que o ensino para pessoas portadoras de algum tipo de necessidade especial seja inserido no ambiente escolar através da perspectiva da educação especial. O sistema educacional dispõe de leis que garantem a igualdade no acesso à educação de qualidade, independentemente da cor, raça, etnia, religião, situação financeira, opção sexual ou partidária do cidadão. Porém, há um verdadeiro abismo no que se tem garantido pela lei da educação e no que realmente acontece com os alunos deficientes: em muitos casos o aluno especial é discriminado (sofrem bullying), além de muitos professores não terem preparo e materiais que facilitem o processo de aprendizagem desses alunos.

Os profissionais da educação estão apáticos diante da estrutura educacional existente no país e resistem a mudar seus procedimentos metodológicos, não tendo saída para transformar a prática pedagógica do dia-a-dia. (GUERREIRO; LOPES; VILELLA 2013). Esses autores apontam as dificuldades existentes nas escolas, especialmente públicas, de trabalharem com

turmas bastante numerosas, que concentram alguns alunos indisciplinados, além de materiais didáticos essenciais para o exercício da docência que se faz necessário na sala de aula serem ainda precários e ultrapassados como no caso do ainda frequente quadro negro que perpassa gerações.

Muitas escolas possuem materiais mais atuais, porém receiam utilizá-los por temerem ações de depredação e vandalismo, como alguns alunos já promovem atos como esse com os frágeis materiais que resistem ao tempo. Outras escolas públicas têm realidades ainda mais chocantes, pois não tem mobiliário e nem mesmo um local adequado para os alunos estudarem.

O resultado da soma de tantos déficits tem como produto um alunado desprezado que frequenta a escola, mas não consegue construir o conhecimento juntamente com os colegas da turma porque suas limitações não são eliminadas nem tampouco amenizadas: pelo contrário, elas ganham proporções ainda maiores para esse público que deveriam receber mais atenção e na verdade acabam sendo “deixados de lado”.

Nas condições acima explanadas torna-se difícil a construção do conhecimento cartográfico com alunos cegos especificamente. Porém, apesar de tantas limitações da própria estrutura escolar, acredita-se na capacidade do professor de superar os obstáculos já expostos. Sabe-se que não é uma tarefa nada fácil, mas através muito empenho e dedicação o docente de Geografia pode desenvolver a inclusão e criar formas inovadoras de ensino que estimulem os alunos a participarem das aulas de Cartografia e fazerem as tarefas: pode ser feito oficinas e atividades de campo que estimulem os estudantes a pesquisa e provoque uma interação entre eles de forma o colega cego também se sinta incluso neste ambiente.

5. MOVIMENTOS DA PESQUISA NA ESCOLA

Após as observações das aulas de Geografia, como instrumento de pesquisa, aplicamos questionário com a população de 28 alunos do 1º ano D da Escola Dom Ricardo Vilela, “contando com a aluna cega”. As questões problematizadas no questionário tiveram como objetivo analisar qual (is)

disciplina (s) os alunos gostavam de estudar no Ensino Fundamental; avaliar como o professor utiliza os recursos cartográficos nas aulas de Geografia no Ensino Médio e conhecer as concepções dos alunos em estudar com uma aluna cega.

Assim, a primeira questão do gráfico 1: Qual disciplina você mais gosta de estudar no Ensino Fundamental? Por quê?

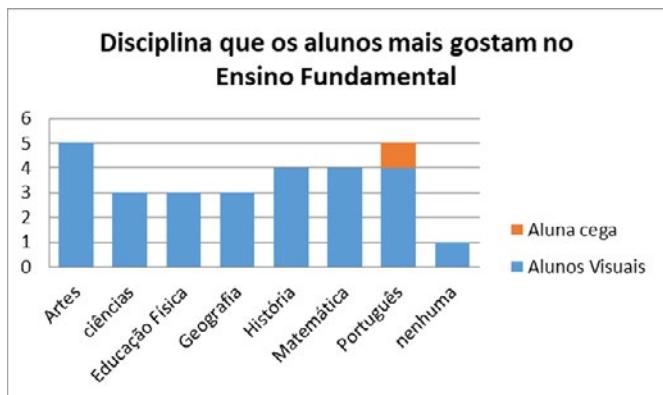


Gráfico 1 - Fonte Autores

Conforme as respostas, dos 28 alunos que responderam ao questionário 5 gostaram de Artes, 3 de Ciências, 3 de Educação Física, 3 de Geografia, 4 de História, 4 de Matemática, 5 de Português e apenas 1 aluno não gostou de nenhuma. Os alunos que escolheram a matéria de Português em sua maioria justificaram a escolha pelo fato de gostarem de ler ou de gramática. Os alunos que escolheram Ciências justificaram sua resposta dizendo que gostava de estudar a vida. Quanto aos alunos que gostaram mais de Matemática justificaram pelo fato de gostarem de números e cálculos. Como se pode observar 12 dos 28 alunos questionados escolheram as disciplinas com as quais se identificavam mais, aquela na qual existem conteúdos que lhes chamam atenção. O aluno geralmente vai apresentar habilidades e conhecimentos em uma determinada área particular do currículo escolar demonstrando interesse e envolvimento com esta área (RENZULLI, 2001).

A aluna cega respondeu que gosta mais da disciplina de Português e justificou sua resposta: - É mais fácil de entender para quem não vê. Entendemos essa concepção, pois, parece que o componente curricular Português é mais fácil de compreender lendo, não é preciso associar imagens: sentindo as letras em braile os cegos podem ler qualquer texto.

Já os alunos que apontaram por História, justificaram: “Tive uma ótima professora”. Isso nos mostra que os professores também são responsáveis pela afeição ou aversão dos alunos a disciplina.

Neste contexto, Oliveira (2011, p.36) afirma que:

O professor poderá despertar simpatias e antipatias pela disciplina, causar traumas e dificuldades de aprendizagem ao longo da vida escolar, deixando marcas registradas no desenvolvimento futuro do aluno.

Ou seja, o professor efetua um papel de enorme importância como administrador de mudanças e construtor de opiniões e caráter ao longo da vida estudantil de muitos alunos, ele pode fazer com que o aluno desenvolva o interesse pela disciplina ou o desinteresse. Para que o professor desenvolva o interesse do aluno é necessário que o docente tenha afeição pela disciplina que ensina. Fica claro assim que além de construir conhecimento o professor deve também ter um “romance” com a disciplina que ensina, e assim, despertar nos alunos o interesse por ela.

Os alunos que responderam Educação Física (3) e Artes (5) alegaram que a afeição às disciplinas é devida o fato das mesmas não possuírem cálculos e serem fáceis: os alunos não veem Artes e Educação Física como uma disciplina de fato, mas como aulas recreativas, onde nas aulas de Artes apenas desenhavam e coloriam os desenhos e a de Educação Física como a aula que iam jogar bolas e realizar brincadeiras e que no fim do ano letivo estavam aprovados.

Apenas 3 alunos escreveram que gostavam de estudar Geografia. O que podemos entender por tão poucos alunos dos 28 pesquisados gostarem de Geografia? Pensamos ser pela formação da professora ser em História, ou

não? Acreditamos que sim, se a docente não tem vínculos com a disciplina, sua aula será sempre linear, ou não?

O segundo gráfico, aborda as respostas dos alunos a respeito da frequência em que a professora de Geografia utiliza mapas nas aulas. As respostas foram divergentes, pois, 3 alunos responderam que a professora utiliza os mapas e a maioria disse que utiliza pouco ou não utiliza.

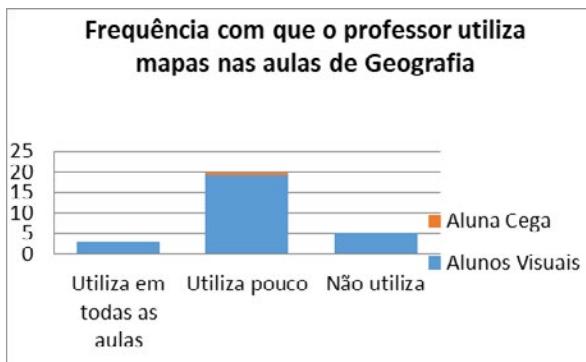


Gráfico 2: Fonte Autores

Pode-se observar no gráfico 2: 20 alunos afirmaram que a professora utiliza pouco os mapas em sala de aula e 5 afirmaram que a professora não utiliza. A aluna cega respondeu que utiliza pouco.

Assim, entendemos a causa do quase não uso dos mapas nas aulas de Geografia pela não formação geográfica/cartográfica da professora, ou não? Pensamos que sim, pois para trabalhar com Geografia na sala de aula, o professor precisa ter o conhecimento pedagógico, metodológico da disciplina.

Deste modo, Conterno (2014, p.87) nos auxilia ao explicar que: ” Os mapas são uma importante ferramenta de trabalho a serem usados pelo professor de Geografia em suas aulas”. Os mapas nas aulas de Geografia colaboram no entendimento da representação espacial, pois é mais fácil para os alunos compreenderem os conteúdos a partir do momento em que eles têm um “recorte espacial em mãos”. A aluna cega também assinalou a opção em a professora utiliza pouco o mapa, mas no nosso entendimento, a resposta

da aluna não contribui em nada nesta contextualização, pois pouco importa para ela se a professora trabalha com mapas ou não, vai importar sim para os outros alunos.

Desta forma, verificamos neste movimento, ações de não inclusão da aluna cega nas aulas de Geografia, pois, o papel das representações gráficas, especialmente dos mapas, no processo de percepção do espaço e na aquisição de noções geográficas, deixa de existir quando há exclusão do uso dos mapas táteis para a aluna.

Mas qual a importância dos mapas táteis? Carmo e Sena (2013, p. 08), nos iluminam quando afirmam que:

A Cartografia Tátil propõe o desenvolvimento de materiais adaptados especialmente para as pessoas com deficiência visual, mas se a linguagem tátil for combinada à linguagem visual, utilizando, por exemplo, cores e letras impressas, podem ser utilizadas por qualquer usuário.

Neste sentido, a professora que trabalha com Geografia nesta sala de aula, parece que deixa de construir o conhecimento geográfico pela falta do não conhecimento de recursos didáticos direcionados aos alunos cegos. Quais as dificuldades que você encontra em estudar em uma sala inclusiva?



Gráfico 3 – Fonte: Autores

Como podemos observar no gráfico 3, as respostas apontam para as inúmeras dificuldades nesta escola em trabalhar com a inclusão. Percebemos que a educação inclusiva idealizada e certificada por lei não tem cumprido com seu papel na prática.

Diz-se ser desejada uma escola democrática, onde os direitos de todos sejam respeitados, mas ainda é preciso refletir muito acerca deste assunto, já que é a partir da reflexão e da observação que se constrói a ação pedagógica. (GUERREIRO; LOPES; VILLELA, 2013).

Nesta análise, notamos que a realidade vivenciada no 1º ano D da Escola Maciel Monteiro está longe de ser uma sala de aula de inclusão. Aliás, trata-se de uma situação que tem proporções que vão além dos limites impostos pelas paredes da sala dessa turma: na verdade é a escola como um todo que não dispõe de uma estrutura física e pedagógica acessível para deficientes.

Os colegas não sabem como conviver com sua colega cega e até a própria professora apresenta dificuldades para ensiná-la. A estudante cega é bem mais velha do que seus colegas de turma, com 30 anos de idade, que somam a sua cegueira e, o que a leva a pensar que há indiferença por parte de seus colegas e se distancia cada vez mais do convívio de sua turma, o que parece potencializar suas dificuldades de aprendizagem, uma vez que não se sente a vontade de pedir ajuda de um colega quando está com dúvida ou nem mesmo da própria professora. Somando-se a essas dificuldades, os alunos são indisciplinados, o que reflete um ambiente barulhento e desconfortável, impossibilitando a construção do conhecimento de forma interativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a investigação realizada, cabe propor, para amenizar as dificuldades existentes nas relações pedagógicas, não só dos alunos visuais, mas também da própria professora com a aluna cega, a adoção de procedimentos metodológicos mais inclusivos, ou seja, práticas que desenvolvam habilidades de cada estudante, ao mesmo tempo que possam ajudar-se mutuamente. Isso só pode ser possível quando a docente se dispõe a refletir sobre novas

propostas de ensino e assumir nova postura, renovando sua maneira de ensinar para conquistar a atenção e a participação de sua turma nas aulas de Geografia.

Entendemos que a responsabilidade da professora é mínima. Na verdade, as obrigações do Estado em fornecer acessibilidade à educação de qualidade para todos, não tem cumprido, a responsabilidade de criar um ambiente inclusivo. Por não ter formação que a prepara para lidar com situações de salas inclusivas a prática da professora parece não satisfazer.

Através da pesquisa realizada e das observações na sala de aula, podemos perceber falta de ações na escola e na sala de aula dos movimentos de inclusão. Assim como na construção do conhecimento dos conteúdos cartográficos.

A BNCC, destaca a importância da Cartografia ao apontar como um dos objetivos do ensino da Geografia no Ensino Fundamental: “saber utilizar a linguagem cartográfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos”. Também sugere blocos temáticos, listando conteúdos entre os quais “leitura e compreensão das informações expressas em linguagem cartográfica”.

Assim, a construção do conhecimento geográfico/cartográfico nesta escola parece não estar sendo realizado através das orientações de Geografia, o que poderá acarretar dificuldades dos alunos nas próximas séries.

Quanto aos movimentos de inclusão, observamos que na escola não há ambiente. O que existe é a presença na sala de aula de uma aluna cega, com deficiências na aprendizagem por conta da não organização escolar, com alunos visuais com faixa etária inferior a dela, e sem nenhum recurso pedagógico. Esta prática é percebida pelos alunos, conforme a resposta de uma das questões quando a maioria afirma que a presença da aluna cega na sala atrapalha a aula.

Desta forma, associando a construção do conhecimento da Cartografia Escolar, com os de inclusão, entendemos que parece haver dificuldades por parte da professora, que tem outra formação.

É preciso que haja maiores investimentos, como cursos de extensão nas Universidades, para que professores dessas escolas sejam preparados para os processos de inclusão, pois, é dessa forma que se constrói uma sociedade igualitária como rege a Constituição Federal do Brasil. Mas para que isso aconteça é necessária a participação de todos no ambiente escolar para garantirmos força em favor de uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosangela Doin de (org). **Cartografia escolar.** São Paulo. Editora: Contexto, 2008.
- CARMO, W. R. do; SENA, Carla C. R. Gimenes de. **A Cartografia e a Inclusão de Pessoas com Deficiência Visual na Sala de Aula: construção e uso de mapas táteis no LEMADI1 – DG – USP.** Universidade de São Paulo – FFLCH – Departamento de Geografia, 2013.
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. (Org.). **Ensino de geografia: práticas e contextualizações no cotidiano.** Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CONTERNO, Lucy. **A importância dos mapas enquanto instrumento pedagógico nas aulas Geografia.** 2014. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 201.
- CRUICKSHANK, W. M. **A Educação da Criança e do Jovem Excepcional,** Porto Alegre: Globo, 1974, v. 1.
- FONSECA, Vitor Da. **Educação especial:** Programas de estimulação precoce. 2^a ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello; LOPES, Silvia Carla; VILLELA, Tereza Cristina Rodrigues. **Os desafios da inclusão escolar no Século XXI.** Disponível em:<<http://www.bengalalegal.com/desafios>>. Acesso em: 30 de outubro de 2016.

JORDÃO, Bárbara Gomes Flaire. **Cartografia tátil na educação básica: os cadernos de geografia e a inclusão de estudantes na rede estadual de São Paulo**, 2011.

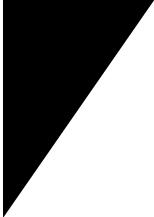
JORDÃO, Bárbara G. F.; SENA, Carla Cristina Gimenes de. **Coordenadas e Geografia: o globo adaptado para pessoas com deficiência visual**. VII colóquio de cartografia para crianças e escolares. Vitória, ES, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

RENZULLI, Joseph S. **Enriching curriculum for all students**. Arlington Heights. IL: SkyLight Professional Development, 2001. (artigo traduzido).

SENA, Carla Cristina Reinado Gimenes de. **Experiência na aplicação da cartografia tátil no ensino de geografia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, Paulo Roberto Florêncio de Abreu e. **Cartografando a construção do conhecimento cartográfico no ensino da geografia**. Tese de doutoramento, Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013.



O PLÁSTICO COMO AGENTE POLUIDOR E FACILITADOR DAS AULAS DE GEOGRAFIA: ESTUDO DE CASO EM TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Pablo Wesley Alves de Oliveira

Anderson Vitor Lopes Dias

Helena Paula de Barros Silva

RESUMO

O plástico é um material bastante utilizado devido, principalmente, a seu baixo valor aquisitivo, leveza e facilidade no manuseio e no transporte. Na construção civil é facilmente modelado o que favorece o consumo desse material. Alguns desses fatores tornaram o plástico um material utilizado diariamente e consumido cada vez mais. A sua longa durabilidade também favorece seu consumo, entretanto esses pontos positivos também trazem grandes consequências negativas para o meio ambiente e para a vida humana. Essa pesquisa teve como objetivo realizar uma análise sobre os materiais plásticos como agentes poluidores do meio ambiente quando descartados de forma incorreta, além de sugerir alternativas de reciclagem com o intuito de facilitar o ensino da Geografia. A pesquisa foi realizada com 41 alunos do oitavo e nono ano do Ensino Fundamental de uma escola localizada na cidade de Olinda-PE. Buscando uma maior interação dos alunos com os temas trabalhado em sala de aula, foi desenvolvido, com a participação de todos um

mapa-múndi de material reciclado. Foi constatado que os métodos lúdicos aplicados trouxeram resultados positivos, principalmente em relação ao interesse com a maior participação dos alunos durante a aula.

Palavras-chaves: Ensino de Geografia; Plástico; Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Com a proposta de trazer uma sensibilização acerca da poluição ambiental causada pelo descarte indevido do plástico e suas consequências diretas para a vida dos seres vivos do planeta, essa pesquisa teve como objetivo propor artifícios facilitadores para as aulas de Geografia utilizando a reciclagem de materiais plásticos para promover uma sensibilização iniciada com os adolescentes do Ensino Fundamental II e com uma divulgação mais abrangente podendo chegando aos pais, amigos, vizinhos e parentes.

Esta pesquisa apresenta pequenas ações para a reutilização do plástico, facilitando o ensino da educação ambiental e promovendo um melhor entendimento a respeito da poluição ambiental.

Os objetivos específicos da pesquisa foram realizar um levantamento bibliográfico sobre o processo histórico de utilização do plástico, principalmente como agente poluidor; analisar as consequências ambientais negativas causadas pelo plástico não reciclado; desenvolver ferramentas facilitadoras para o ensino da Geografia em sala de aula verificando como o ensino lúdico pode influenciar no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS A RESPEITO DO DESCARTE INDEVIDO DO PLÁSTICO

O plástico é um instrumento de fundamental importância no cotidiano da população, o mesmo, facilita e moderniza a vida dos seres humanos por ser um material resistente, de fácil manuseio e em sua grande maioria de peso leve para o transporte. Mas afinal, o que é o plástico? De acordo com

a definição de Ferreira (2002) encontrada no dicionário Aurélio de língua portuguesa:

Plástico: adj. 1. Relativo à plástica. 2. Que tem a propriedade de adquirir determinadas formas. 3. Diz-se de matéria sintética, dotada de grande maleabilidade e facilmente transformável mediante o emprego de calor e pressão. 4. Diz-se da cirurgia que visa a modificar, embelezando ou reconstruindo, uma parte externa do corpo humano [...]. (FERREIRA, 2002, p.539)

Sendo assim, o material plástico vem a ser um dos principais objetos utilizados para melhorar economicamente o acesso ao bem-estar dos indivíduos. Corroborando com essa ideia Piatti e Rodrigues (2005, p.12) trazem a definição química desse material:

Plástico: material cujo constituinte fundamental é um polímero, principalmente orgânico e sintético, sólido em sua condição final (como produto acabado) e que em alguma fase de sua produção foi transformado em fluido, adequado à moldagem por ação de calor e/ou pressão.

Em uma forma mais simples e atual de entender os autores nos trazem a compreensão da utilização desse polímero e das suas transformações durante sua vida útil. Esse rico material é utilizado em diversas formas, como é citado por Piatti e Rodrigues (2005, p.11) que mostra a funcionalidade do mesmo em diferentes formas, como: “Utensílios domésticos, brinquedos, peças automotivas, peças de equipamentos eletrônicos, calçados, embalagens, pisos, revestimentos e, até mesmo, próteses que substituem partes de nossos corpos”. Nesse sentido, os autores nos apresentam os diversos usos do plástico no nosso uso habitual, mas também nos serve como alerta para um problema ambiental que assola o planeta Terra, que vem a ser o descarte desse material.

Antes de discutir o problema ambiental que o descarte indevido do plástico causa no ecossistema, é necessário entender o conceito de meio ambiente, poluição e consequentemente a reciclagem, termos que auxiliam a compreender melhor a problemática do descarte irregular desse plástico. De

acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981), Artigo 3, Inciso I. Meio Ambiente é: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Nos deixando notório que o meio ambiente é todo o espaço no qual estamos inseridos e interagindo.

Partindo para o conceito de poluição Mano, Pacheco e Bonelli (2010, p.41) define como sendo “toda alteração das propriedades naturais do meio ambiente que seja prejudicial à saúde, à segurança ou ao bem-estar da população sujeita aos seus efeitos, causada por agente de qualquer espécie”. Contribuindo com essa ideia Barsano, Barbosa e Viana (2015, p.13) trazem alguns exemplos, como: “mortandade de peixes e outras espécies aquáticas no ecossistema; desvalorização imobiliária em áreas urbanas; perda econômica em setores de turismo e pesca, entre outros”.

Esses, em meios a tantos outros exemplos, servem para ilustrar essa problemática ambiental, que vem a ser a poluição e como a mesma pode influenciar diretamente na vida dos seres vivos. No entanto, existem algumas estratégias simples para amenizar essa poluição ambiental, o descarte correto é uma grande ferramenta para tal ação minimizadora, abrindo espaço para a reciclagem que é uma forte arma contra esse problema. Para Mano, Pacheco e Bonelli (2010, p.135) reciclagem é “o resultado de diversas atividades, como coleta, separação e processamento, por meio das quais materiais aparentemente sem valor servem como matéria-prima na manufatura de bens, anteriormente feitos com matéria prima virgem”.

Os autores ainda contribuem trazendo a ideia que esses materiais só serão reciclados quando não forem atrativos, no sentido financeiro, para o mercado comercial, esses resíduos são descartados como “lixo” pelas empresas e consumidores diretos desses produtos, e só assim, que tais objetos são recolhidos, separados e reciclados. Essa ação de reciclagem permite que o material seja reutilizado para um novo fim e em alguns casos reinserido no mercado comercial como um novo produto.

Trazendo para a reciclagem de materiais plásticos os autores Mano, Pacheco e Bonelli (2010, p.135) destacam para diversos fatores positivos, como “A redução do volume descartado em vazadouros e aterros sanitários; a preservação dos recursos naturais; a diminuição da poluição; a economia de energia; a geração de emprego. Além disso a reciclagem tem ampla aceitação pela população”.

Com base em inúmeros fatores positivos citados podemos dividir a reciclagem em várias formas de acordo com Mano, Pacheco e Bonele (2010, p. 136) que afirmam que existem sete tipos de reciclagem para o plástico: reciclagem primária, reciclagem secundaria, reciclagem terciaria, reciclagem quaternária, reciclagem mecânica, reciclagem química e reciclagem energética. Essa pesquisa foi baseada na reciclagem mecânica, que de acordo com os autores vem a ser a “reutilização de um resíduo industrial (reciclagem primária) ou artefato plástico pós-consumo (reciclagem secundaria) para obtenção de outro artefato plástico e é o tipo mais difundido de reciclagem”. Baseando-se nas contribuições dos autores a reciclagem mecânica é o tipo de reciclagem mais utilizada atualmente pelos cidadãos, talvez por ser a mais simples e com resultados mais visíveis e imediatos. A presente reciclagem resume-se a reutilização dos materiais descartados após seu uso, em grande parte são embalagens, canudos, copos descartáveis, sacolas plásticas, entre outros objetos utilizados apenas uma única vez e descartado em seguida. Esses objetos descartados em ruas, vias ou destinado ao “lixo comum”, sem passar por uma separação e destinado a coleta seletiva acaba chegando aos rios e oceanos, são ingeridos pelos animais marinhos e aves que consequentemente morrem, ou são servidos a mesa para nossa alimentação diária.

Quando esses animais são capturados do meio natural, são servidos em seguida para o consumo humano, exemplos desses animais são os peixes, camarões e crustáceos; esses animais ingerem esse plástico, na sua forma micro, encontrada durante a desagregação desse material. Sobre essa temática Holanda (2016) afirma que:

[...] ameaça para os organismos marinhos é o impacto causado pela poluição de plástico através da ingestão e emaranhamento da fauna marinha. Além das imensas quantidades de pedaços de redes e todo tipo de plástico visíveis a olho nú, os micro plásticos formados através de fotodegradação e outros processos de intemperismo, são encontrados em todas as praias e oceanos do planeta. Desta forma, os plásticos, são ingeridos por organismos que vão desde o zooplâncton aos cetáceos. (HOLANDA, 2016, p.53)

Em adição, a mesma autora afirma que esse o plástico encontrado constantemente nas praias e oceanos que é descartado pelos seres humanos acabam sendo inseridos na cadeia alimentar, desde sua base, os zooplântons, até nós, seres humanos, topo da cadeia alimentar. Após consumido esse material será digerido e fará parte do animal, que será consumido pelos seres humanos, desse modo os humanos consomem de forma indireta o plástico descartado por eles mesmos.

METODOLOGIA

Buscando uma maior interação entre os alunos com a temática abordada em sala de aula, foi desenvolvido um mapa-múndi, onde os alunos puderam trabalhar com a educação ambiental, reciclagem, separação correta do lixo e o ensino da Geografia.

O mapa-múndi foi confeccionado pelos alunos do 8º e 9º ano. Os mesmos foram desafiados a confeccionar o mapa utilizando material 100% plástico, o único auxílio que os mesmos receberam foi um banner antigo que seria descartado pela escola, servindo como base para o mapa.

Os autores auxiliaram os discentes durante todo o tempo, mas sem tirar a autonomia dos mesmos. Os mesmos foram divididos em grupos e cada equipe ficou responsável em confeccionar um continente do planeta Terra. Baseando-se na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018, p.387), nas competências (EF08GE18), (EF08GE19), (EF08GE21) e nos assuntos trabalhados com a turma em sala de aula, o 8º Ano ficou responsável por construir os oceanos, as Américas, Antártica e Oceania.

Já o 9º Ano, baseando-se nas competências (EF09GE04), (EF09GE07), (EF09GE08) e (EF09GE09) da BNCC (2018, p.389) ficou responsável pela África, Ásia e Europa. Durante a divisão levou-se em consideração o quantitativo de alunos presentes em cada sala; 8ºAno com 24 alunos e 9º Ano com 17 alunos. Foram utilizadas sacolas de tamanho G na cor azul, popularmente conhecidas como “sacolas de lixo”, para montar os oceanos.

Após a montagem e colagem dos oceanos utilizando cola de isopor, os alunos utilizaram papel tamanho A4 para identificar cada oceano, o mesmo grupo ficou responsável pela criação da Antártica, na qual os mesmos utilizaram tampas de água mineral de 20 litros reutilizadas, recolhidas em uma distribuidora de água do bairro.

O continente europeu foi criado pelos alunos do nono ano em formato de mosaico feito de garrafas pet's picotadas, após o desenho do continente sobre a sacola plástica azul, já colada sobre o banner, foi posto cola quente sobre toda superfície do desenho e em seguida colado cuidadosamente peça por peça do mosaico, formando assim todo o continente.

Os demais continentes foram construídos com sacolas plásticas em diferentes cores recortadas e coladas sobre a sacola azul (oceanos), formando assim os continentes Ásia, África, América do Norte, América central e América do Sul; o continente da Oceania foi confeccionado em formato de mosaico, assim como a Europa, no entanto os alunos do oitavo ano utilizaram sacolas plásticas brancas picotadas para montar o mosaico que preencheu a Oceania.

Ao finalizar todos os continentes, os alunos utilizaram um dos Atlas Geográficos para identificar todos os países de cada continente e demarcarem os mesmos dentro do território continental, utilizando folhas de papel A4 os alunos nomearam cada país e finalizaram o Mapa-Mundi.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O ensino de Geografia vem mudando, passando de um ensino tradicional, de ouvir e decorar, para um ensino mais crítico, essa criticidade no ensi-

no não é alicerçada em debates textos e levantamento de indagações sobre o mesmo, mas por um ensino diferenciado, no qual leva o aluno a uma maior interação e absorção do conteúdo através da prática e formação do conhecimento. Moraes (1989) nos adverte:

[...] é mister gerar um esforço de traduzir pedagogicamente as novas propostas e os novos discursos desenvolvidos pela Geografia [...] aproximar teoria e prática no plano do ensino de Geografia, estimulando uma reflexão pedagógica que assimile os avanços teóricos da Geografia nas últimas décadas. (MORAES, 1989, p.122)

Reafirmando a colocação de Moraes (1989), Vesentini (1987) propõe um ensino que vá além do conteúdo:

Um ensino crítico de Geografia não consiste pura e simplesmente em reproduzir num outro nível o conteúdo da(s) Geografia(s) crítica(s) acadêmica(s); pelo contrário, o conhecimento acadêmico (ou científico) deve ser reatualizado, reelaborado em função da realidade do aluno e do seu meio [...] não se trata nem de partir do nada e nem de simplesmente aplicar no ensino o saber científico; deve haver uma relação dialética entre esse saber e a realidade do aluno - daí o professor não ser um mero reproduutor mas um criador. (VESENTINI, 1987, p. 78)

A dinâmica do Mapa-Múndi foi realizada com a intenção de promover uma interação direta entre os alunos e o conteúdo trabalhado - Os Continentes. A construção do mapa foi desenvolvida durante seis aulas, com as turmas do 8º e 9º ano, compostas de 24 e 17 alunos, respectivamente.

A confecção foi feita separadamente, os alunos do nono ano utilizaram três aulas e os alunos do oitavo mais três para a construção total do mapa; a confecção foi realizada de forma complementar e colaborativa entre as turmas, visto que, as aulas foram distribuídas durante as semanas, os alunos começavam a construção em uma aula e terminavam na aula seguinte. Houve muito respeito entre as turmas sempre utilizando da empatia para não prejudicar o trabalho feito pelo outro.

A idealização da criação desse mapa feito de material 100% plástico reciclado vem da preocupação advinda do descarte indevido desse material, conforme Santos, Silva e Silva (2013):

Diante da complexidade que o descarte inadequado das embalagens plásticas apresenta no ambiente, torna-se necessário uma visão sistêmica e integrada a Educação Ambiental sendo possível minimizar os impactos causados pelos resíduos sólidos a base de plásticos, através de mudanças de hábitos e comportamentos no dia a dia. (SANTOS; SILVA; SILVA, 2013, p.5)

Antes de iniciar a criação, os alunos foram convidados a buscarem em suas casas materiais plásticos que seriam descartados, como tampas e garrafas pets, sacolas de supermercado, canudos, entre outros. Vislumbrando uma análise ambiental, sobre o consumo exacerbado do plástico, e buscando um melhor entendimento dos alunos sobre o meio ambiente e os continentes, por eles estudados, levando os mesmos a uma visão ampliada sobre as temáticas, poluição ambiental do plástico e formação territorial dos continentes terrestres. Vesentini (1995) relata que:

Mas que tipo de geografia é apropriada para o século XXI? É lógico que não aquela tradicional baseada no modelo “A Terra e o Homem”, onde se memorizavam informações sobrepostas [...] E também nos parece lógico que não é aquele outro modelo que procura “conscientizar” ou doutrinar os alunos, na perspectiva de que haveria um esquema já pronto de sociedade futura [...] Pelo contrário, uma das razões do renovado interesse pelo ensino de geografia é que, na época da globalização, a questão da natureza e os problemas ecológicos tornaram-se mundiais ou globais, adquiriram um novo significado [...] O ensino de geografia no século XXI, portanto, deve ensinar – ou melhor, deixar o aluno descobrir – o mundo em que vivemos, com especial atenção para a globalização e as escalas local e nacional, deve enfocar criticamente a questão ambiental e as relações sociedade/natureza [...], deve realizar constantemente estudos do meio [...] e deve levar os educandos a interpretar textos, fotos, mapas, paisagens. (VESENTINI, 1995, p. 15-16)

Foi solicitado aos mesmos que utilizassem a criatividade durante a coleta e criação do mapa, a figura 1 representa os primeiros passos para a criação

do mapa, os alunos do 8º ano colaram sacolas plásticas tamanho grande para representar os oceanos do mapa.

Figura 1: Inicio da confecção dos Oceanos pelo 8º Ano



Fonte: Autor (2019)

Após a colagem e secagem dos oceanos, os alunos do 9º ano utilizaram as garrafas pets e sacolas plásticas para formar a Ásia, Europa e a África. Os mesmos cortaram a garrafa pet em vários pedaços e colaram sobre o continente europeu formando um mosaico. Os outros dois grupos usaram as sacolas plásticas para dar forma ao continente africano e asiático. Na figura 2 podemos observar a montagem dos continentes pelos alunos do 9º Ano.

Durante a criação do mapa-múndi os alunos do 9º Ano demonstraram surpresa em identificar alguns países, aos quais os mesmos não conheciam. Essa prática pedagógica auxiliou na localização geográfica dos alunos, incentivando a criatividade.

Figura 2: Montagem dos continentes Europeu e asiático



Fonte: Autor, 2019

Utilizando de um molde feito em folha de papel tamanho A4, os alunos produziram a Oceania, demarcaram sobre a sacola azul (oceano) e com retalhos de plástico branco cortado montaram o continente. Utilizando de plástico na cor azul escura um grupo do 8º Ano elaborou as Américas, montando e cortando diretamente na sacola plástica. Como podemos observar na figura 3.

Figura 3: Criação da Oceania e Américas



Fonte: Autor, 2019

Durante a confecção do mapa-múndi foi nítido o debate e surpresa dos alunos ao identificarem a localização dos continentes e dos países, pois alguns alunos sabiam da existência dos mesmos, mas não conseguiam localizá-los no mapa. Ao final da atividade o mapa-múndi foi exposto no pátio da escola, a fim de socializar o conhecimento conforme sugerido por Saviani (2012) com os demais alunos. Como podemos observar na figura 4.

Figura 4: Mapa-múndi concluído e exposto no pátio da escola



Fonte: Autor (2019)

Durante a exposição no pátio da escola, foram realizados diálogos com os alunos que observavam o mapa, um ponto que chamou atenção dos outros alunos foi o tamanho da América central que se mostrou maior que a América do Sul e a América do Norte, essa colocação dos alunos causou uma surpresa para o ministrante da oficina, pois demonstrou que os alunos se envolveram e prestaram atenção no que estavam fazendo.

A diferenciação de tamanho aconteceu, uma vez que o grupo se subdividiu para a construção do continente americano, no momento da montagem foi exposto a diferença de tamanhos, indagando o grupo em relação a isso, os

mesmos explicaram o erro ocorreu devido a colagem do tamanho indevido por conta do tempo de aplicação da oficina e, não tiveram tempo para refazer todo o continente. Ao final causou uma curiosidade aos demais alunos que observavam o trabalho, servindo como incentivo a pesquisa e socialização do conhecimento entre os alunos sobre o tamanho real dos continentes.

Desse modo, Cavalcanti (2003, p.137-138) nos alerta para “o ensino escolar é o processo de conhecimento do aluno mediado pelo professor. Ensinar é uma intervenção intencional nos processos intelectuais e afetivos do aluno buscando sua relação consciente e ativa com os objetos de conhecimento”. Sendo assim, o professor faz a ligação do conteúdo com o aluno, fazendo uma intervenção, como exemplo temos o pequeno erro dos alunos do 8º ano em relação a escala no mapa quando reproduziram a América Central maior que a América do Sul, mas rapidamente foi corrigido pelo professor, incitando no aluno uma busca pelo conhecimento e uma criticidade a partir da interação com o objeto - construção de um mapa-múndi, para o despertar do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O 8º Ano, da escola onde foi realizada essa pesquisa, é uma turma de extremos, em alguns momentos são extremamente calmos e participativos, já em outros são extremamente agitados e expressivos, mesmo com suas características opostas são muito participativos e adoram trabalhar com aulas lúdicas. O 9º Ano é uma turma de personalidade forte que desafia o profissional da educação diariamente, solicitam aulas mais dinâmicas, no entanto não se agradam facilmente com as inovações propostas, um ponto que foi percebido é a utilização de rodas de diálogos, algumas vezes apresentam bons resultados com a turma, os alunos buscam se expressar, falar, soltar os problemas adolescentes e o único local que encontram para fazê-lo é a escola, já que não encontram espaço para conversar em casa, relato feito pelos alunos.

Após a confecção do mapa-múndi, foi realizado um diálogo em relação aos continentes e países, todos os alunos (9º ano) sentados em círculo conversando sobre o tema, já com o 8º Ano utilizando o mesmo mapa-múndi foi permitido uma interação e movimentação em sala, permitindo aos alunos apontarem no mapa as suas colocações, circularem entre si, dialogarem, levantarem indagações uns com outros.

Buscando uma sensibilização dos alunos do ensino fundamental II, confeccionando objetos feitos de plástico reutilizados que facilitaram a sua aprendizagem, acerca, da ciência geográfica, todos os objetivos propostos na introdução dessa pesquisa foram alcançados, principalmente a realização de uma análise ambiental sobre a problemática do plástico enquanto agente poluidor.

Essa pesquisa discorreu sobre o plástico e seu potencial como agente poluidor, analisando as consequências ambientais causadas por esse polímero não reciclado, para a vida dos seres vivos terrestres e marinhos. Foram realizadas aulas com alunos do ensino fundamental II sobre o plástico como agente poluidor e facilitador das aulas de Geografia, verificando como o ensino lúdico pode influenciar no processo de ensino aprendizagem. De modo geral observou-se que grande parcela dos alunos comprehende melhor o conteúdo a partir das aulas lúdicas e materiais de apoio.

Baseando-se em Vesentini (1995) e Moraes (1989) foi comprovado que a ciência geográfica da sala de aula busca uma interação entre aluno, professor e material estudado sempre com a construção do conhecimento. Consegiu-se através de diálogos, aulas e materiais pedagógicos confeccionados com os alunos despertar a sensibilização ambiental e melhorar a compreensão dos mesmos acerca dos conteúdos geográficos trabalhados.

REFERÊNCIAS

BARSANO, P. R; BARBOSA, P. B; VIANA, V. J. **Poluição Ambiental e saúde Pública.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em 08 de abril de 2019.

_____. **Base Nacional Comum Curricular:** Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimento.** 5º ed. Campinas - SP: Papirus Editora, 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI:** o dicionário da Língua Portuguesa. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

HOLANDA, P. C. **O papel dos aquários públicos no antropocenico:** Uma Avaliação da “Estratégia global dos aquários para conservação e sustentabilidade”. Edital FUNCAP/ CAPES 02/2014. Fortaleza:UFC. 01-162/2016.

MANO, E. B; PACHECO, E. B. A. V; BONELLI, C. M. C. **Meio Ambiente, Poluição e Reciclagem.** 2. Ed. São Paulo: Blucher, 2010.

MORAES, A. C. R. Renovação da geografia e filosofia da educação. In: OLIVEIRA, A. U. de (org). **Para onde vai o ensino de geografia?** São Paulo: Contexto, 1989.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** 42. Ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2012. p.93.

SANTOS, G. M; SILVA, C. O; SILVA, L. N. **A degradação ambiental causada pelo descarte inadequado das embalagens plásticas:** estudo de caso. Revista do Centro do Ciências Naturais e Exatas - UFSM, Santa Maria, v. 13 n, p. 2683- 2689, 13 Ago. 2013.

VESENTINI, J. W. O método e a práxis (Notas polêmicas sobre geografia tradicional e geografia crítica). **Terra Livre**. São Paulo: AGB, nº 2, jul. 1987.

_____. **O ensino de geografia no século XXI**. Caderno Prudentino de Geografia (17). Presidente Prudente: AGB, jul. 1995.



DESERTIFICAÇÃO E SEUS INDICADORES DE ANÁLISE: PERSPECTIVA REGIONAL E GLOBAL

Mara Camila Pinto Carvalho Almenbergas

Francelita Coelho Castro

Antonio Marcos dos Santos

RESUMO

A desertificação é uma problemática mundialmente conhecida por afetar todas as terras secas e se tornou um tema bastante relevante nas discussões científicas. O presente artigo tem como objetivo apresentar o panorama das discussões sobre a problemática da desertificação. Para elaborar este artigo foram realizadas duas etapas distintas e interligadas. A primeira fase foi destinada ao levantamento de materiais em bases de dados como: SciELO (Scientific Electronic Library Online); periódicos CAPES; Science Direct, entre outros avulsos, que apresentassem sobre a definição de desertificação, discussões em nível regional e internacional e os indicadores de análise. Na segunda fase de posse dos materiais os mesmos foram fichados, analisados e feitas as contabilizações e gerações de gráficos, essa última apenas para os indicadores. Os resultados demonstram que no semiárido brasileiro as práticas agrícolas em grande escala, manejo inadequados dos solos, desmatamento da caatinga, acelera o processo de erosão e salinização, provocando a perca de fertilidade dos solos. No panorama internacional causa a migração

da população da zona rural para a zona urbana, com destaque para o continente africano. Em relação às práticas que promovem ou impulsionam os riscos a desertificação a maioria estão correlacionadas ao manejo dos solos seja inadequado as características físicas naturais ou com alta exploração e em alguns pontos aparecem os impactos das mudanças ou variabilidades climáticas.

Palavras-chave: Degradação ambiental; Ambientes secos e Panorama mundial.

1. INTRODUÇÃO

As discursões sobre os problemas ambientais na atualidade são frequentes e já não se limitam aos ambientes acadêmicos, avançando pelas esferas jornalísticas, políticas administrativas, ou seja, a sociedade em geral. Dentre esses processos está a desertificação, que tem origem na derivação da palavra latina *desertus* com significado adjetivo em algo distante de ser habitado ou algo de natureza hostil (MELO, 1998; SOUZA, SUERTEGARAY & LIMA, 2009).

Ainda do ponto de vista do significado da palavra recorremos a Nimer (1989). Para este pesquisador desertificação soa bem próximo de deserto, porém são situações diferentes. Deserto é resultado de um processo de mudança no clima local que entra em estado de estabilidade atingindo um clímax ecológico, configurando, assim uma nova paisagem. Paisagem com estrutura físico-natural de aridez, alta penetração da radiação solar entre outras características.

Os desertos são regiões naturais com certa distância dos oceanos, apresentam reduções de umidade e encontram-se influenciados pelas divergências de massas de ar, a exemplo das atuações da célula Hadley, entre outros fatores (D'ODORICO *et al.*, 2013).

Outro conflito conceitual está entre os termos desertificação e arenização. Esta última, segundo Suertegaray (1996) é configurada pelo retrabalha-

mento dos depósitos areníticos pouco consolidados ou arenosos sem consolidação. A alta movimentação dos sedimentos provocam dificuldades da fixação da cobertura vegetal nestas paisagens.

Sem confundir desertificação com deserto e arenização retoma-se ao questionamento inicial. O que é desertificação? Como vem sendo trabalhada a temática da desertificação? Como estão os cenários regional e Global das áreas susceptíveis a desertificação? É na tentativa de responder aos questionamentos levantados anteriormente que se estrutura este artigo, o qual tem como objetivo apresentar o panorama de discussões sobre a problemática da desertificação.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização do presente trabalho foram necessárias duas fases distintas e interligadas. A primeira fase foi destinada ao levantamento de materiais em bases de dados como: SciELO (Scientific Electronic Library Online); periódicos CAPES; Science Direct, entre outros avulsos que apresentassem sobre a definição de desertificação, discussões em nível regional e internacional e os indicadores de análise. Na segunda fase de posse dos materiais os mesmos foram fichados, analisados e feitas as contabilizações e gerações de gráficos, essa última apenas para os indicadores.

Os trabalhos que foram empregados na análise dos indicadores de desertificação foram: Nimer (1980); Soyza et al., (1998); Matallo Junior (1994); Matallo Junior (2001); Bakr et al., (2012); Ferrara et al., (2012); Ladisa, Todorovic, Liuzzi (2012); Rrubio e Bochet (2012); Brandt e Geeson (2013); Wijitkosum (2016).

3. DESERTIFICAÇÃO – CONCEITOS

O termo desertificação foi empregado pela primeira vez por Louis Lavauden no ano de 1927 em estudo realizado na Tunísia. Neste estudo Lavauden identificou que as más gestões das terras em parte daquele país acarretaram baixa produtividade (PEREIRA & NASCIMENTO, 2013).

No entanto, na literatura científica o termo desertificação está associado aos estudos desenvolvidos por Aubreville. No levantamento de Aubreville datado de 1949, o termo desertificação foi utilizado para conceituar às terras que estavam tornando-se semelhante a um deserto. Esta observação foi aferida na África ocidental onde o desmatamento intenso da floresta local ocasionou erosões e deterioração das terras provocadas por ações humanas associadas à má gestão ambiental (D' ODORICO *et al.*, 2013).

Aubreville fez uso do termo desertificação ao observar desertos onde a precipitação anual varia entre 700 a 1500mm. Segundo Pereira e Nascimento (2013) Aubreville ao descrever o processo desertificação correlacionou como sendo o processo de mudança produtiva das terras em deserto. Os métodos utilizados nas análises de Aubreville foram baseadas em observações próprias os quais apontavam para: cortes de árvores; uso indiscriminado do fogo e práticas de plantio que deixava o solo exposto a erosão hídrica e eólica.

Aubreville deixa claro nos seus estudos que o processo de desertificação na África teve como causa central a ação humana, principalmente no período histórico recente com destaque para os manejos agrícolas sem significativa contribuição das mudanças climáticas (PEREIRA & NASCIMENTO, 2013).

Outro estudo de Aubreville foi desenvolvido na grande planície dos Estados Unidos. Nesta região houve quase uma década de seca intensiva que mexeu com a produção agrícola e pecuária. Aliado a esse fenômeno climático neste período, assim como, a posteriores, essa região ela foi submetida ao forte desmatamento e uma deterioração do solo (BRASIL, 2009).

Após esses estudos em 17 de junho de 1994, na convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) com a participação de 179 países, incluindo o Brasil como signatário, foi definido o atual conceito oficial do termo desertificação como a degradação das terras áridas, semiáridas e subúmidas secas decorrente das dinâmicas climáticas e das atividades humanas (UNCCD, 2011).

O critério básico utilizado na identificação das terras com susceptibilidade a desertificação é o índice de aridez. Este índice pode ser obtido através da equação 1 proposta inicialmente por Thorntwaite (1941).

$$IA = 100X \frac{P}{ETo} \quad (1).$$

Em que: IA corresponde ao índice de aridez; P representa a precipitação pluviométrica e ETo corresponde a evapotranspiração potencial obtida a partir dos dados do ar.

Ao aplicar a equação 1 tem-se a classificação climática a qual vai apontar as áreas propícias ou não a desertificação. O quadro 1 apresenta o índice de aridez e a qualificação climática correspondente.

Quadro 1: Índice de aridez e a qualificação climática corresponde

Índice de aridez	Classificação climática
<20	Árido
20 a 50	Semiárido
50 a 65	Subúmido seco
65 a 100	Subúmido úmido
>100	Úmido

Fonte: FUNCEME, 2016.

As regiões de clima árido, semiárido e subúmido seco são consideradas terras secas ou zonas áridas denominações instituídas pela UNCCD. No Brasil não possui áreas com clima árido, apenas semiárido e subúmido seco (IA entre 0,20 e 0,65). Além dessas classes, decidiu-se agregar uma terceira categoria às ASD - as áreas do entorno das áreas semiáridas e subúmidas secas. Apesar de não se enquadrarem no que se concerne ao índice de aridez mas apresentam elevada ocorrência de secas e enclaves de vegetação típica do semiárido brasileiro, a caatinga (BRASIL, 2009).

4. DESERTIFICAÇÃO: INDICADORES DE ANÁLISE

Os estudos sobre desertificação recaem sobre uma grande parábola. Trata-se dos indicadores metodológicos, os quais divergem entre os estudiosos. Indicadores são empregados para indicar algum problema ou solução. No caso da desertificação Brandt e Gaeson (2013) apontam que serve para alertar uma possibilidade de haver o referido problema, porém não aponta como certo a ocorrência do mesmo.

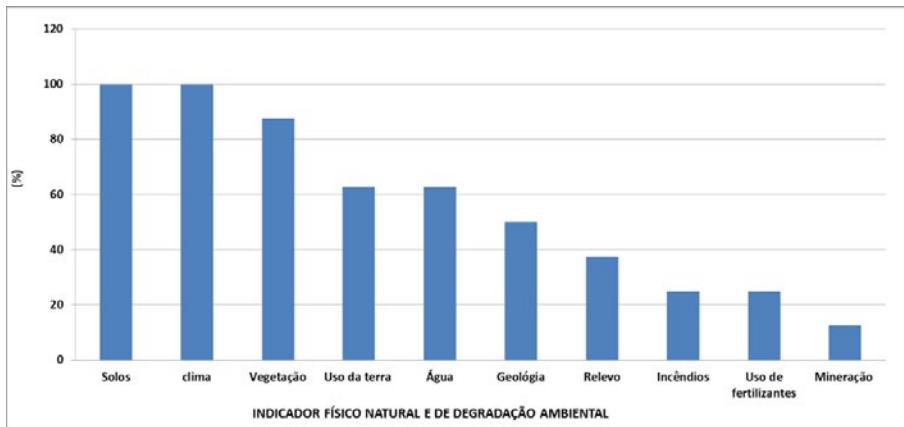
Para Matallo Junior (2001) existem vários procedimentos formados por diversificados indicadores que vem sendo desenvolvidos e praticados para diagnosticar e/ou analisar a problemática da desertificação. Porém, o referido autor destaca que os quantitativos de procedimentos fogem da ideia clássica de método e são um aglomerado de conhecimento das mais diversas áreas científicas. Acrescentando que não ver problema nos vários ramos científicos pensar parâmetros de análise diferentes, a questão está na ausência de um método de estudo universalmente aceito.

A ideia do autor citado anteriormente assemelha-se as reflexões de Pacheco, Freire e Borges (2006). Para estes pesquisadores determinar com precisão os indicadores ideais para o diagnóstico da desertificação torna-se conflituoso devido à ausência de consenso entre os estudiosos no âmbito internacional aliado as particularidades regionais.

O gráfico 1 apresenta os indicadores de cunho físico natural e os atrelados a degradação ambiental que mais aparecem nos estudos científicos voltados para o diagnóstico e análise da desertificação. Observa-se que em 100% dos trabalhos avaliados as variáveis clima e solo estão presentes como indicador principal.

Essa presença de clima e solo em 100% dos trabalhos está correlacionado ao clima ser o fator principal que delimita as áreas susceptíveis, nesse contexto as variáveis como precipitação, temperatura do ar, índice de aridez e índice de umidade aparece praticamente em todos os estudos analisados. Já os solos eles são os receptores das práticas e manejos agrícolas e agropecuários, são neles que reflete a degradação com mais visibilidade.

Gráfico 1: Indicadores físicos naturais encontrados nos trabalhos analisados.



Fonte: autores, 2019.

No segundo colocação aparece a variável vegetação presente em 87,5, seguida por uso da terra e água (recursos hídricos) com 62,5% dos trabalhos avaliados. A importância dada a vegetação está correlacionada a degradação da mesma e a perda da biodiversidade a partir de qualquer agente intrusivo voltado para a degradação ambiental. Quanto ao uso da terra ela está atrelada as questões pedológicas e aos impactos provocados pelas atividades agrícolas e pecuária bastante eficaz na degradação das terras secas.

Em relação ao uso da água, está também, tem um papel importantíssimo principalmente no que tange ao uso da mesma para atividades agrícolas e domésticas. Por isso a mesma aparece em mais 50% dos trabalhos correlacionados a desertificação. Boa parte deles pontuando para a escassez e acesso deste recurso como um dos pontos importantes quando se trata da desertificação.

Em metade dos trabalhos analisados utilizam como indicador físico natural a variável geologia. Abaixo de 50% aparecem as variáveis relevo, incêndios, usos de fertilizantes e mineração presentes em 37,5, 25, 25 e 12,5% dos estudos, respectivamente.

O gráfico 2 apresenta os indicadores econômicos presente nos trabalhos analisados. Observa se que comparando os indicadores econômicos no gráfico 2 com indicadores físicos naturais presente no gráfico 1, os econômicos são menos utilizados, as práticas dos estudos da desertificação estão concentradas nos indicadores físicos naturais. Ou seja, nos elementos que compõe o sistema físico da terra, neste contexto retornando para o gráfico 2 percebe-se que 50% ou seja metade dos trabalhos utiliza duas variáveis, com mesmo valor quantitativo a agricultura e a pecuária logo depois vêm turismo, macro e micro economia e o consumo de água este último com valores abaixo de 15%.

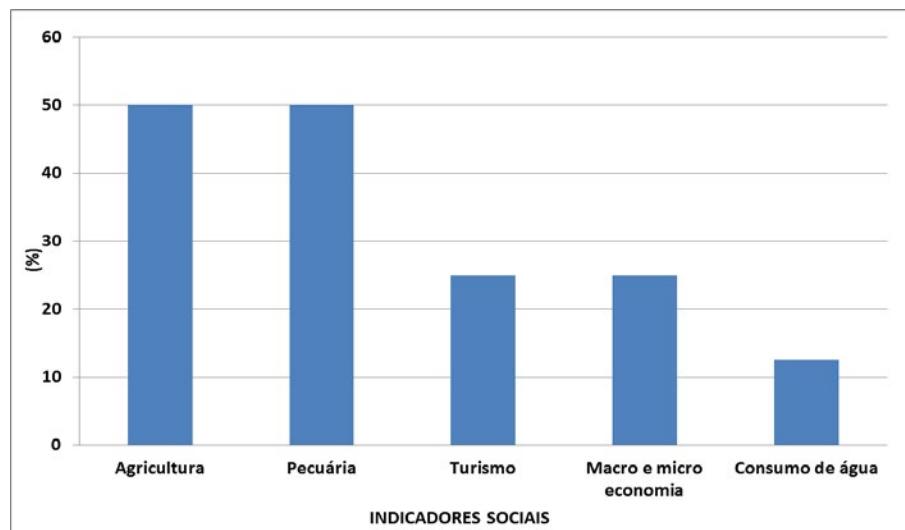
O turismo aparece em 25% dos trabalhos analisados. Este indicador possui duas fases de avaliação a primeira esta correlacionada ao quantitativo financeiro que o mesmo fornece para as comunidades envolvidas, ou seja, quanto maior retorno financeiro, menor a vulnerabilidade ou a susceptibilidade a desertificação. Na segunda face do turismo esta correlacionada a degradação que esta prática econômica promove nas áreas. Neste caso um turismo mal planejado, mal desenvolvido pode acarretar uma série de implicações ambientais, assim como, sociais nas áreas suscetíveis a desertificação.

Em relação à macro e micro economia a mesma aparece semelhante ao turismo em 25% dos trabalhos. Um valor baixo levando em consideração a discursão e importância que a mesma tem como indicador econômico em boa parte dos trabalhos. A questão econômica está presente nas oportunidades que os residentes dessas áreas vão ter para gerar recursos sobre as possibilidades de desertificação que possuem, sendo assim quanto menos a movimentação na economia maior o risco da degradação ambiental nessas regiões.

Por último, aparece o consumo de água presente em 12,5 % dos trabalhos. O consumo de água está correlacionado aos condicionantes econômicos que a população tem para ter acesso a esse recurso, ao contrário dos recursos hídricos empregado nos indicadores físicos naturais.

Nesse contexto, as comunidades com maior poder econômico terão maior acesso a água, e as de menor poder econômico consequentemente terá menor acesso a água. Água essa utilizada para fins domésticos, dessementação animal e agricultura irrigada presente nas regiões susceptíveis a desertificação.

Gráfico 2: Indicadores econômicos encontrados nos trabalhos analisados.



Fonte: autores, 2019.

O grau de instrução da população também aparece como um dos importantes indicadores sociais. Nele é possível avaliar a instrução populacional no manejo das terras e de elementos correlacionados aos sistemas físicos naturais. Quanto maior o grau de instrução melhor as práticas de manejo, segundo os estudos avaliados. Os demais indicadores aparecem com apenas 12,5% de presença nos trabalhos.

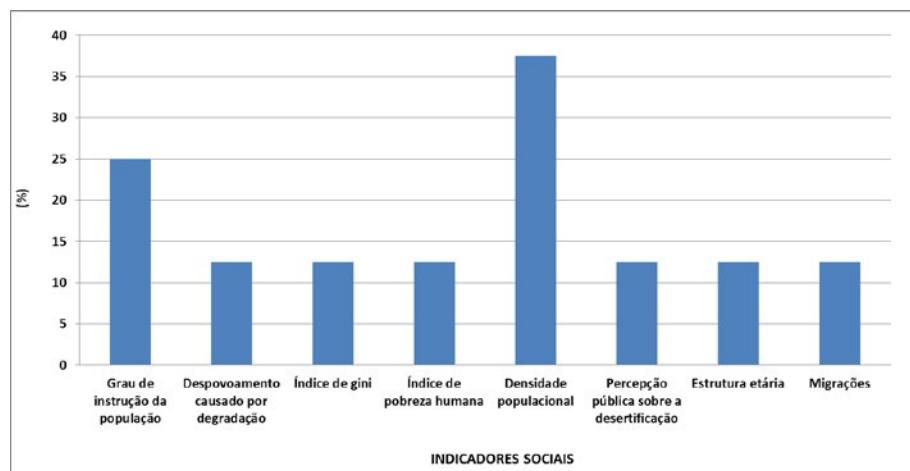
Para Matallo Junior (2001) os indicadores econômicos e sociais têm grande importância nos estudos da desertificação, porém, ainda são pouco explorados. A reflexão deste autor pode ser visualizada no gráfico 2, enquan-

to alguns indicadores físicos naturais estão presentes em todos os trabalhos, os sociais aparecem com certa timidez nestes estudos.

Os indicadores institucionais estão presentes no gráfico 4. Observa-se que metade dos estudos utilizam as políticas ambientais como parâmetro institucional para avaliação da desertificação e 25% o parâmetro de áreas protegidas. De acordo com os trabalhos analisados estes parâmetros têm importância devido as práticas institucionais de preservação e conservação das terras o que balizam e reduzem as áreas degradadas e consequentemente, reduz os riscos de desertificação. Ainda foram apontadas neste parâmetro que as regiões com avançado estado de desertificação não possuem eficazes políticas ambientais.

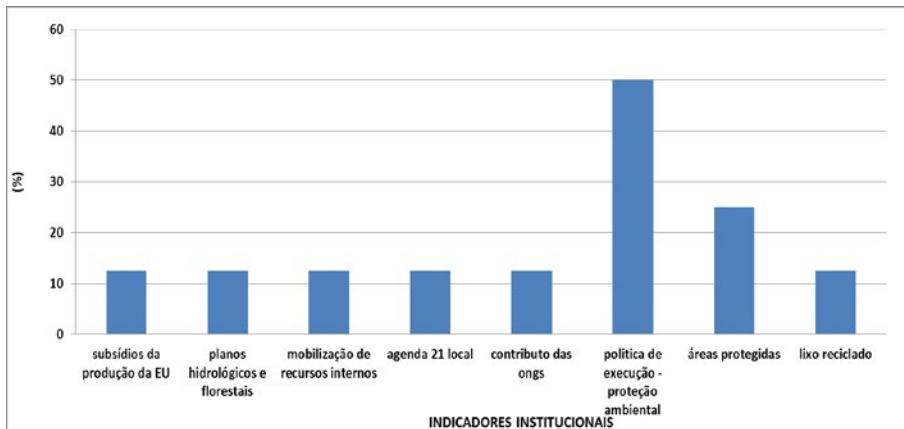
Os demais indicadores institucionais foram utilizados 12% dos estudos cada, os quais varia desde os incentivos institucionais, reciclagem do lixo, subsídio a produção comercial, e agropecuário na União Europeia, neste caso para os países pertencentes a este bloco econômico.

Gráfico 3: Indicadores sociais encontrados nos trabalhos analisados.



Fonte: autores, 2018.

Gráfico 4: Indicadores Institucionais encontrados nos trabalhos analisados.



Fonte: autores, 2018.

5. PANORAMAS DA DESERTIFICAÇÃO

5.1. Panorama regional da desertificação

Em um levantamento realizado por Brasileiro (2009) no semiárido brasileiro, as práticas agrícolas em grande escala e com variadas intensidades vem proporcionando o avanço das áreas em processo de desertificação. O autor pontua que o desmatamento da caatinga vem colocando em risco toda sua biodiversidade. Ele acrescenta que a partir do desmatamento seguida de práticas inadequadas do manejo do solo amplia os processos erosivos, a compactação dos solos e o acúmulo de sais sobre os mesmos.

Quanto à erosão dos solos Sampaio *et al.*, (2003) destacam que o semiárido brasileiro a perda de solos torna-se preocupante. Isto porque, os solos locais em sua maioria apresentam alta fragilidade a erosão devido serem rasos e muitas vezes arenoso-argilosos.

Brasileiro (2009) acrescenta mais um ponto na discussão no processo erosivo no semiárido no Brasil. O autor destaca que parte das terras cultivadas apresentam plantios anuais, método que exigem uma maior exposição do solo tornando-os mais vulneráveis a erosão.

Outro fator importante a ser destacado como contribuinte no processo de desertificação nas terras secas do Brasil é a compactação dos solos. Braseiro (2010) aponta que o manejo inadequado de rebanho ligado a pecuária extensiva, ou seja, atividade que ocupa grande extensão de terra vem proporcionando o processo de selagem dos solos.

Guerra (2012) destaca que a compactação do solo contribui para o início do processo erosivo. É através da compactação que água proveniente das chuvas ou de atividades agrícolas irrigadas escorram com mais facilidade e velocidade sobre os solos, visto que os mesmos estão com os poros fechados. Consequentemente, através da compactação dos solos as feições erosivas como sucos, ravinas e voçorocas se formam.

Outro processo que também impulsiona a desertificação no território brasileiro é a salinização dos solos. Este problema pode ser definido segundo Ribeiro (2010) e Castro e Santos (2015) como o acúmulo de sais solúveis nas camadas superficiais dos solos. São exemplos desses sais o sódio, o magnésio dentre outros. A salinização provoca a perda da fertilidade dos solos e predomina nas regiões áridas e semiáridas da terra.

De acordo com Brasil (2015) na região seca do Brasil as baixas precipitações e o alto déficit hídrico impulsionam o uso da irrigação. A partir daí, em muitos dos casos parte das terras irrigadas não possui eficientes sistemas de drenagem. Para Castro (2015) a água acumulada devido o mal uso ou ausência de sistemas de drenagem favorece a elevação dos sais presentes nas camadas não superficiais dos solos. Consequentemente, com as altas taxas de evaporação os sais ficam retidos nas camadas agricultáveis dos solos.

Ribeiro (2010) afirma que os sais presentes nas superfícies dos solos do semiárido brasileiro ocasiona problemas na disponibilidade de água e nutrientes necessários para o desenvolvimento das plantas, por desequilíbrio da pressão osmótica, intoxicação e degradação das propriedades físicas do solo impulsionando perda de fertilidade.

No Brasil parte das áreas em processo de desertificação apresentam problemas de salinização. Pode citar, por exemplo, o perímetro irrigado de Ibi-

mirim localizado no estado de Pernambuco nesta região boa parte das terras degradadas apresentam sais oriundos do mau uso da água do processo de irrigação (VASCONCELOS *et al.*, 2013).

Outra área que sofre com problema de salinização é o vale do São Francisco região que compreende os estados de Pernambuco e Bahia. O estudo desenvolvido por Castro e Santos (2015) apontou para a diferente susceptibilidade à salinização. No referido trabalho mais da metade das terras que compreende os municípios Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista, Dormente e Afrânio apresenta de média a alta susceptibilidade à salinização.

5.2. Panorama internacional

A desertificação está bem concentrada em continentes cuja susceptibilidade climática favorece ao processo de desertificação. Para começar vale destacar o continente Africano. Neste local existe o deserto do Saara e nas bordas de transição entre o deserto do Saara e as áreas úmidas encontra-se os climas subúmidos secos e semiárido. Estas áreas são conhecidas como Sahel africano onde a degradação das terras vem sendo acentuada devido ao intenso uso agrícola e a pecuária atrelada ao mau manejo dos solos e das águas.

Valem citar os exemplos de países como Camarões, Chade, regiões da Argélia em que mais de 30% das terras agricultáveis estão degradadas principalmente atreladas aos processos de erosão e em alguns casos de salinização dos solos (DIONE, 2016).

Em outros países do continente africano a desertificação, nos últimos anos, tornou-se um problema comum. Vale destacar a Tanzânia e outros países do centro da África, em regiões rurais da Tanzânia, República Centro Africana e outros países da África nos últimos 20 anos observa-se um grande deslocamento da população local em direção aos centros urbanos, isto devido ao processo de degradação das terras secas locais (FERRARA *et al.*, 2012).

O principal problema em uma série de estudos está correlacionado as mudanças do clima nestas regiões, houve nos últimos 30 anos, ou seja, nas últimas 3 décadas uma redução da precipitação e aumento da temperatura, provocando o aumento do déficit hídrico o que dificulta as práticas agrícolas na região.

Como consequência muitas comunidades de agricultores vêm utilizando água do lençol subterrâneo com uma grande quantidade de sais. Isso vem proporcionando também a degradação dos solos locais, com o acúmulo de sais (FERRARA *et al.*, 2012).

Outro continente o qual a desertificação é visível o sul da Europa principalmente as regiões do mediterrâneo em destaque aos países da Grécia, o sul de Portugal e Espanha nesses países é comum encontrar grandes áreas já em processo de abandono devido à queda da produção dos solos locais (BRANDT & GEESON, 2013).

Na Ásia a situação não é diferente, centenas de hectares de terras foram abandonadas nas últimas duas décadas devido ao desgaste do solo provocado por desmatamento descontrolado, uso agrícola sem responsabilidade. Países como Irã, Iraque, Cazaquistão entre outros, os quais estão próximo da área do deserto do Saara, já apresenta elevados estados de desertificação.

Apesar de uma série de políticas públicas e papel das ONGs a tendência é que avancem ainda mais as áreas degradadas, ou seja, aumentem à suscetibilidade da desertificação (MATALLO JUNIOR, 2001).

Na China o uso intensivo do plantio do arroz irrigado atrelado ao sobre carregamento dos solos vem provocando erosão, salinização e assim como outros países da Ásia, na China principalmente próximas ao deserto de clima semiárido, deserto central da China está sob forte pressão ligada a degradação ambiental (WANG, 2018).

6. CONSIDERAÇÃO FINAIS

Existem diferenças conceituais entre desertificação, deserto e arenização e estas definições estão quase que claras no seio científico. Em relação às

práticas que promovem ou impulsionam os riscos a desertificação a maioria estão correlacionadas ao manejo dos solos seja inadequado as características físicas naturais ou com alta exploração e em alguns pontos aparecem os impactos das mudanças ou variabilidades climáticas.

Quanto aos indicadores vale destacar que os mais utilizados são os das esferas que representam os sistemas físicos naturais, a exemplo do clima, solo e vegetação. Já os indicadores sociais, econômicos e institucionais aparecem em segundo patamar de utilização nos estudos. Como colocado por alguns autores no decorrer do artigo, vale destacar que não existem consenso quanto aos indicadores e isto ficou evidente nesta análise.

REFERÊNCIAS

- BAKR, N. WEINDORF, D.C.; AHNASSY, M.H. EL-BADAWI, M.M. Multi-temporal assessment fland sensitivityto desertification in a fragileagro-ecosystem: Environmental indicators. *Ecological Indicators*, 15, p.271–280, 2012.
- BRANDT, J.; GEESON, N. **Desertificação e Indicadores**. Série do Fascículo: A. LUNCINDA: Madrid, 2013.
- BRASIL. Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2009.
- BRASIL. **Combate à Desertificação**. Brasília: MMA, 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/combate-a-desertificacao>>. Acesso em: 17 de setembro de 2015.
- BRASILEIRO, R. S. Alternativas de desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino: da degradação à conservação. *Scientia Plena*, v.5, n.5, p.1-12, 2009.
- BRASILEIRO, R. S. Espaços híbridos da agricultura familiar: a paisagem cultural das feiras agroecológicas do Recife-PE. *Geoambiente On-line*, v. 14, p. 1-167, 2010.

CASTRO, F. C.; SANTOS, A. M. Susceptibilidade ambiental a salinização das terras em municípios da microrregião de Petrolina - Pernambuco - Brasil. **Caminhos de Geografia** (UFU), v.16, p.160-172, 2015.

CASTRO, F. C. **Salinização dos solos na microrregião de Petrolina – Pernambuco: contribuição à análise do processo de susceptibilidade a desertificação local.** 2015. 51f. Monografia. (Graduação) – Colegiado de Geografia, Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2015.

DIONE, O. Déficit pluviométrique et variation de l'écoulement dans le Sahel occidental. **Revue de géographie de Lyon**, v.70; P. 3-4, 2016.

D'ODORICO P.; BHATTACHAN A.; DAVIS, K. F., RAVI S., RUNYAN C. W. Global Desertification: Drivers and feedbacks. **Advances in Water Resources**, v.51, p.326–344, 2013.

FERRARA, A.; SALVATI, L.; SATERIANO, A.; NOLÈ, A. **Ecological Indicators**, n.23, p.123–129, 2012.

FUNCENE. Índice de Aridez para o Ceará. 2016. Disponível em: <<http://www.funceme.br/index.php/areas/17-mapas-tem%C3%A1ticos/542-%C3%ADndice-de-aridez-para-o-cear%C3%A1>>. Acesso em: 15 de março de 2016.

GUERRA, A. J. T.O início do processo erosivo. In: GUERRA, A. J. T., SILVA, A. S., BOTELHO, R. G. M. (orgs). **Erosão e Conservação dos Solos: Conceitos, Temas e Aplicações**. 8ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 2012, p.17-49.

LADISA, G.; TODOROVIC, M.; LIUZZI, M. GIS-based approach for desertification risk assessment in Apulia region, SE Italy. **Physics and Chemistry of the Earth**, v.49, p.103–113, 2012.

MATALLO JUNIOR, H. Diretrizes para a Elaboração do Plano Nacional de Combate à Desertificação. **Anais da Conferência Nacional da Desertificação**. Brasília: Fundação Grupo Esquel – Brasil, 1994.

MATALLO JUNIOR, H. **Indicadores de Desertificação:** histórico e perspectivas. Brasília: UNESCO, 2001.

MELO, S.T. Desertificação: etimologia, conceitos, causas e indicadores. **Revista da UNIPÊ**, João Pessoa, v.2, p.19-33, 1998.

NIMER, E. **Balanço hídrico e clima da região dos cerrados**. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.

NIMER, E. Subsídio ao Plano de Ação Mundial para Combater a Desertificação - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 42, n.3, 1980.

PACHÊCO, A.P.; FREIRE, N.C.F.; BORGES, U.N. A transdisciplinaridade da desertificação. **Geografia**, v. 15, n.1, p.5-34, 2006.

PEREIRA, I. J. J. F.; NASCIMENTO, F. R. PANORAMA DA DESERTIFICAÇÃO EM CHICUALACUALA, MOÇAMBIQUE (ÁFRICA AUSTRAL). **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 171-189, 2013.

RIBEIRO, M. R. Origem e classificação dos solos afetados por sais. In: GHEYI, H. R.; DIAS, N. S.; LACERDA, C. F. (Orgs.) **Manejo da salinidade na agricultura: estudos básicos e aplicados**. Fortaleza: INCTSAL, 2010, p.12-19.

RUBIO, J. L.; BOCHET, E. Desertification indicators as diagnosis criteria for desertification risk assessment in Europe. **Journal of Arid Environments**, v.39, p.113-120, 2012.

SAMPAIO, E.V.S.B.; SAMPAIO, Y.; VITAL, T.; ARAUJO, M.S.B.; SAMPAIO, G.R. **Desertificação no Brasil**: Conceitos, núcleos e tecnologias de recuperação e convivência. Recife: EDUFPE, 2003.

SOUZA, B. I.; SUERTEGARAY, D. M. A.; LIMA; E. R. V. Desertificação e seus efeitos na vegetação e solos do cariri Paraibano. **Mercator**, n.16, p. 217- 232, 2009.

SOYZA, A.G.; WHITFORD, W.G.; HERRICK, J.E.; VAN ZEE, J.W.; HAVSTAD, K.M.; Early warning indicators of desertification: examples of tests in the Chihuahuan Desert. **Journal of Arid Environments**. n.39, p.101-112, 1998.

SUERTEGARAY, D. M. A. Desertificação: recuperação e desenvolvimento sustentável. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B (Orgs.) **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 249-289.

THORNTHWAITE, C.W. **Atlas of climatic types in the United States 1900-1939**. U.S.D. Misc. Publ.Nº.421, 5 pp.95 plates. 1941.

UNCCD. **United Nations Convention to Combat Desertification**; 2011. Disponível em: <<http://www.unccd.int/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2015.

VASCONCELOS, R.R.A.; BARROS, M.F.C.; SILVA, E.F.F.; GRACIANO, E.S.A.; FONTENELE, A.J.P.B.; SILVA, N.M.L. Características físicas de solos salino-sódicos do semiárido pernambucano em função de diferentes níveis de gesso. **Rev. Bras. Eng. Agríc. Ambient.** 17, 12, 1318–1325, 2013.

WANG, X.; CHEN, W.; HASI, E.; LI, J. Desertification in China: An assessment. **Earth-Science Reviews**, n.88, p.188 - 206, 2018.

WIJITKOSUM, S. The impact of land use and spatial changes on desertification risk in degraded areas in Thailand. **Sustainable Environment Research**, v.26, p.84-92, 2016.



Tipografías

Open Sans

FreightText Pro